



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Lina Ferrari de Carvalho

Os falatórios de Stella do Patrocínio: sexualidades e processos de subjetivação no contexto manicomial

Florianópolis – SC

2022

Lina Ferrari de Carvalho

Os falatórios de Stella do Patrocínio: sexualidades e processos de subjetivação no contexto manicomial

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Marivete Gesser

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carvalho, Lina Ferrari de

Os falatórios de Stella do Patrocínio : sexualidades e processos de subjetivação no contexto manicomial / Lina Ferrari de Carvalho ; orientadora, Marivete Gesser, coorientadora, Maria Juracy Filgueiras Toneli, 2022.

141 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Stella do Patrocínio. 3. Falatórios. 4. Sexualidade. 5. Manicômio. I. Gesser, Marivete . II. Toneli, Maria Juracy Filgueiras . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Lina Ferrari de Carvalho

Os falatórios de Stella do Patrocínio: sexualidades e processos de subjetivação no contexto manicomial

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Andréa Vieira Zanella, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Rachel Gouveia Passos, Dra.
Universidade Federal Fluminense

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Prof. Adriano Beiras, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Marivete Gesser, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2022.

Dedico esta dissertação a Stella do Patrocínio e a Zilda Francisca do Patrocínio, mas também as tantas outras Stellas e Zildas que já se foram ou ainda (sobre)vivem por aí fora, que caem no anonimato entre tantos corpos e faces transeuntes pelas ruas e cotidianos brasileiros, ou que ainda permanecem entre infelizes e violentos muros manicomiais.

AS MUITAS QUE ME FIZERAM AQUI CHEGAR

Quero aqui agradecer e abraçar a todas que contribuíram para viabilizar a concretização desta dissertação, hoje tenho noção de que uma produção como essa não se resume apenas as elaborações contidas nessas páginas, mas diz de toda uma trajetória que começa muito antes do mestrado e está para além dele, e de quem escreve. Portanto, agradeço inicialmente aos meus pais, Julinha e Aurélio, por sempre terem acreditado na educação e me incentivado a continuar estudando como uma das principais vias emancipatória para construção de mundos outros onde, de fato, haja justiça social e ambiental.

Agradeço também às minhas orientadoras Marivete Gesser e Maria Juracy Toneli. À Marivete, por sua confiança e paciência ao longo desse trajeto, por ter aceito o desafio de embarcar nas minhas ideias e apostas teóricas. À Jura, pela sensibilidade, escuta, afeto e pelos questionamentos teóricos e políticos que sempre me fortaleciam para pensar além do que estava posto. Minha admiração por ambas é imensa e só tenho a agradecer pelo companheirismo e dedicação durante esses dois anos de mestrado.

À professora Michele de Freitas Faria de Vasconcelos pelas contribuições fornecidas durante a banca de qualificação. Ao professor João Manuel de Oliveira também pelas contribuições na banca de qualificação, pelas aulas-debates, indicações de leituras e pelas pontes de diálogos e parceria que conseguimos estabelecer ao longo do processo de mestrado. Às professoras que vieram antes mesmo do mestrado e foram valiosas para a minha formação acadêmica e profissional, como Fátima Catão, Sandra Dahia, Adriano de León e Jeane Félix.

Obrigada às minhas colegas do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED-UFSC), pelas orientações coletivas, e por proporcionarem um espaço de trocas tão potentes, onde era possível compartilhar as dúvidas, inseguranças, mas também leituras enriquecedoras e muito afeto. Ao grupo Margens, pelas reuniões nas tardes de sexta, sempre com debates muito proveitosos.

Minha gratidão se expande também para as minhas colegas de mestrado, que se tornaram amigas para a vida: Verò, Bruna, Carla e Alana. Obrigada pelas leituras atentas dos meus escritos, mas também pelo vínculo de carinho e apoio que fomos criando ao longo das nossas trajetórias. Grata também as amizades cultivadas pelos cantos que pude fazer morada durante os últimos anos, seja em Amargosa (BA), João Pessoa (PB) ou em

Florianópolis (SC), obrigada por estarem junto comigo e tornar tudo mais leve: Heloise, Allysson, Mateus Osório, Amanda Mariano, Carolzinha, Lanna, Glenda, Karen, Revva, Ediane e Verônica. Obrigada à Hyolitta por ter me feito enxergar poesia em lugares e momentos de muita aridez. À “La Casita”, mais especificamente, Verò e Julian, por tecer comigo o cotidiano dos últimos meses, compartilhando um espaço sempre de muito acolhimento, alegria e anarquia.

À CAPES pela bolsa de incentivo à pesquisa. Viva a educação pública e de qualidade principalmente, em um momento de tão escassas verbas.

Por fim, agradeço a todas as mulheres-autoras-artistas-feministas-enlouquecidas que pude encontrar ao longo desse caminho e foram fundamentais para os diálogos traçados aqui.

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata

São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará

De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão

De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Dessa crença num enorme coração

Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução

São cruzes sem nomes
Sem corpos
Sem datas

...

(Elza SOARES, 2019)

RESUMO

No contexto atual de retrocessos no campo da saúde mental e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, os falatórios poéticos de Stella do Patrocínio ecoam como registros de um passado manicomial que insiste em retornar. Stella do Patrocínio tem sua história marcada por trinta anos de institucionalização em um hospital psiquiátrico, onde conseguiu elaborar falatórios poéticos que posteriormente foram gravados e transcritos no livro *“Reino dos Bichos e dos Animais é o Meu nome”* (2001). O objetivo desta dissertação é problematizar os falatórios de Stella do Patrocínio, no que se refere às sexualidades. A partir de um diálogo interseccional, tais falatórios permitiram ver uma sexualidade associada a enquadramentos normativos de gênero, raça e classe e seus efeitos nos processos de subjetivação, e no estatuto ontológico que torna determinados corpos, como o de Stella, abjetos e não passíveis de luto. Além disso, foi evidente não só a articulação entre a lógica asilar, a biopolítica e a eugenia com os saberes e práticas das ciências *psis* que tendem a tutela e normalização das sexualidades, como também a articulação entre o sistema manicomial e o sistema sexo-gênero colonial. Mesmo encarcerada, Stella nos permitiu ver vias de resistência às opressões que reverberam na atualidade.

Palavras-chave: Stella do Patrocínio; sexualidade; subjetivação; biopolítica; saúde mental.

ABSTRACT

In the present context of setbacks in the fields of mental health and of sexual and reproductive rights, Stella do Patrocínio's poetic talks echo as records of an asylum past that insists on coming back. Stella do Patrocínio's history is marked by thirty years of institutionalization in an asylum, where she managed to elaborate poetic talks that were later recorded and transcribed in the book “Reino dos Bichos e dos animais é o meu nome” (2001). The objective of this dissertation is to problematize Stella do Patrocínio's talks about sexualities. From an intersectional dialogue, her talks allowed us to see a sexuality that is associated with normative frameworks of gender, race and class and their effects on the subjectivation processes and on the ontological status that makes certain bodies, such as Stella's, abject and not subject to mourning. In addition, it was evident, besides the articulation between the asylum logic, biopolitics and eugenics with the knowledge and practices of the psy's sciences that tend to tutor and normalize sexualities, the articulation between the asylum system and the sex-gender colonial system. Even incarcerated, Stella allowed us to see ways of resisting the oppressions that reverberate today.

Keywords: Stella do Patrocínio; sexuality; subjectivation; biopolitics; mental health.

SUMÁRIO

1 INICIANDO FALATÓRIOS: ENTRE CAOS, PROBLEMATIZAÇÕES E AFETOS	7
1.1. UM ENCONTRO ENTRE FALATÓRIOS: ENSAIANDO UMA INTRODUÇÃO.....	10
1.2. DEAMBULANDO COM STELLA	20
2 ALGUNS FALATÓRIOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS	27
2.1. SEXUALIDADES, NORMAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	27
2.2. ANDANÇAS HISTÓRICAS.....	33
2.2.1. Mulheres, loucura e sexualidade: Uma história ainda pouco contada	34
2.2.2. Os cemitérios das vivas: moinhos movidos pelos ventos do Norte	43
2.2.3. Por uma sociedade sem manicômios: Luta Antimanicomial, Reforma Psiquiátrica e a atualidade	53
3 STELLA DO PATROCÍNIO: PISTAS DE UMA VIDA	57
3.1. <i>“EU VIM PARA FICAR. AQUI VOU ASSISTIR AO FIM DO MUNDO”</i>	58
3.2. <i>“PROCURANDO GRAVAR O FALATÓRIO TODO”</i>	65
4 O QUE OS FALATÓRIOS DE STELLA PERMITEM VER?	72
4.1. <i>“EU SOU UMA NEGA PRETA E CRIOULA/QUE ANA ME DISSE”</i> : O OUTRO QUE ME NOMEIA, O OUTRO QUE ME COLOCA PARA NASCER?.....	72
4.2. <i>“ME ADOECERAM/ ME INTERNARAM NO HOSPITAL/E ME DEIXARAM INTERNADA”</i> : PROBLEMATIZANDO A DOENÇA MENTAL, AS PUNIÇÕES E A PRISÃO PERPÉTUA.....	82
4.3. <i>“EU SOU SEGUIDA ACOMPANHADA IMITADA/ASSEMELHADA/TOMADA CONTA FISCALIZADA EXAMINADA REVISTADA”</i> : OS OLHOS CANIBAIS, AS MORDAÇAS DISCIPLINARES E AS SEXUALIDADES QUE VAZAM	91
4.4. <i>“E EU JÁ CARREGADA DE RELAÇÃO SEXUAL/JÁ FODIDA/BOTANDO O MUNDO INTEIRO PRA GOZAR E SEM GOZO/NENHUM”</i> : SOBRE SEXUALIDADES, SUAS INTERSECÇÕES E A BIOPOLÍTICA.....	103
5 “DE QUE MAIS EU VOU FALAR? ENTÃO EU JÁ VOU...” : PARA FALATÓRIOS FUTUROS.....	120
REFERÊNCIAS	126

1 INICIANDO FALATÓRIOS: ENTRE CAOS, PROBLEMATIZAÇÕES E AFETOS

Eu não tenho coragem de enfrentar nada
 Não tenho coragem de enfrentar nada
 Não tenho coragem de enfrentar
 Tenho que enfrentar a violência, a grosseria
 E ir à luta pelo pão de cada dia
 (Linn da QUEBRADA, 2021)

Escrever uma dissertação não é um exercício fácil, gera medo. Medo do que vai sendo posto no papel, o que se deixa escapar entre o que se pensa, o que se sente e o que é lido, estudado, debatido, vivido. Ainda mais quando essa escrita é atravessada por um contexto de tantos golpes, de crise política e sanitária. Um período em que mais de seiscentas mil pessoas morreram no Brasil em decorrência não só da covid-19, mas da proposta de um governo que sucateia o sistema público de saúde, nega a ciência, as medidas de prevenção contra a propagação do vírus e até mesmo a vacinação. Ou seja, um governo que não só deixou e continua deixando morrer todas essas pessoas, como também mata, um verdadeiro necrobiopoder¹ (BENTO, 2018).

Trata-se de um contexto de retrocessos, dentre eles os incentivos a políticas manicomiais, como o investimento na abertura de leitos em instituições psiquiátricas e nas comunidades terapêuticas (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020; ONOKO-CAMPOS, 2019) em detrimento dos serviços substitutivos e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Um contexto de ofensivas antigênero (ABIA *et al*, 2021) e de ataque a todas/es/os aquelas/es que falam, pesquisam, lecionam, lutam pela promoção dos direitos básicos de sobrevivência e para que todos os corpos possam ser considerados como corpos vivíveis, passíveis de luto (BUTLER, 2017). “Um tempo onde lutar/Por seu direito/É um defeito que mata” (SOARES, 2019).

Foi em meio a esses tempos, a grandes perdas, a morte de uma multidão de corpos, muitos desses jogados em valas², aos medos de estar com o outro, do contágio, de um vírus, de habitar um país permeado por políticas de morte, que esse trabalho e essa escrita foi sendo

¹ Conceito proposto por Bento (2018), ao articular duas formas de gestão da população e sua relação com o Estado-Nação, que são o biopoder, proposto por Foucault, e necropoder, proposto por Mbembe. Para Bento, o que se percebe na realidade brasileira é uma gestão do poder estatal que não só faz viver, como um biopoder, mas há também uma consonância com o poder soberano que faz morrer, como um necropoder. Desse modo, é um Estado-Nação que não só deixa morrer, como também mata.

² <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/02/corpos-de-vitimas-da-covid-enterradas-empilhadas-em-valas-comuns-em-manaus-serao-exumados-diz-prefeito.ghtml>

tecida. Todavia, “...não é à toa que as djaniras do campo em flor/ São filhas do menor chuvisco...” (FRANÇA, 1979) e em meio a esse caos, pude encontrar em Stella do Patrocínio³ e em seus falatórios⁴, um espaço de diálogo, companhia e vias de resistência aos tempos/espacos de mortificação. Uma produção de vida, de florescimento mesmo em terrenos difíceis para cultivo. E assim, entre meu corpo e o de Stella, entre seus falatórios e os meus, foram se estabelecendo conexões, atravessamentos distintos, mas escritas possíveis.

Permaneci confinada em uma casa por quase dois anos, sentindo efeitos adoecedores do isolamento social, a falta do movimento cotidiano, dos outros corpos, vozes, cheiros, cores, dos encontros presenciais tão triviais e onde a gente “se cria”. Ainda assim, em um país com tamanha desigualdade como o Brasil, poder estar confinada em uma casa espaçosa, com direito a comida, bebida, internet e acesso/permanência em um mestrado, numa universidade pública, torna-se privilégio. Um privilégio de ter um teto todo meu para trabalhar, ler, escrever, como apontava Virginia Woolf (2014).

Diferentemente do meu confinamento e da concepção de Woolf que muitas vezes atravessa corpos brancos, classe média e com acesso à educação formal, a produção e o aprisionamento de Stella do Patrocínio apontam os abismos e hierarquias de poder-saber que vão sendo traçadas ao longo da história. Stella do Patrocínio, na sua condição de mulher negra, empobrecida, enlouquecida e institucionalizada aos 21 anos de idade - onde passou o resto da sua vida -, mesmo presa nas teias do saber-poder *psi*, sem um teto todo seu, produziu falatórios a que hoje, confinada na minha casa, tenho acesso.

Entre eu e Stella, são cruzamentos de vida distintos, posições históricas e de poder distintas, tornando-se um desafio escrever uma dissertação em Psicologia a partir de/com Stella do Patrocínio. Em muitos momentos me vi afetada e convocada a pensar sobre as políticas de localização dos saberes (HARAWAY, 1995), de onde estou partindo, com quem estou dialogando, quais aspectos escolhi visibilizar em detrimentos de outros: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p.25). Entre meu corpo, o corpo de Stella e das muitas outras com as quais fui dialogando ao longo deste trabalho, há atravessamentos distintos. Para que mulheres brancas e classe média, como eu, pudessem ter adentrado a academia, ter um teto todo seu e ocupassem posições mais elevadas no mercado de trabalho, foi necessário o trabalho de muitas outras mulheres, principalmente das mulheres

³ Ao longo da dissertação citarei o nome de Stella do Patrocínio, ora como Stella, considerando o vínculo afetivo que fomos criando ao longo dessa trajetória de escrita e estabelecimento de diálogos, ora como Patrocínio, considerando-a para além de uma companheira de escrita que pude me vincular, também como uma autoria/referência que deixou saberes importantes do ponto de vista teórico.

⁴ Falatórios é a forma como a própria Stella do Patrocínio nomeava suas enunciações.

negras e subalternizadas que historicamente vêm ocupando funções nas esferas do cuidado e das atividades domésticas, uma herança de um sistema escravocrata que se atualiza (CARNEIRO, 2003; VERGÈS, 2020; GONZALEZ, 2020).

Trago tudo isso não para cair em um estágio de culpabilização dentro de uma conscientização coletiva, como aponta Grada Kilomba (2019), mas para que seja possível uma reparação dos efeitos nefastos produzidos pela branquitude colonial e a criação de novas configurações de saberes e práticas. Afinal, muitos dos conhecimentos a que tive acesso no curso de graduação em Psicologia são saberes que tendem muito mais à patologização de corpos como o de Stella do que saberes engajados com a transformação social e o combate às opressões como racismo, sexismo, cisheteronormatividade, colonialidade⁵ e capacitismo⁶. Desse modo, peço licença à Stella e todas as outras que me antecederam e que romperam silêncios para que nesse momento eu pudesse escrever/pesquisar, enfrentar o medo que há em cada uma de nós e continuar rompendo com silêncios outros que infelizmente ainda insistem em perdurar na atualidade.

Esse trabalho é justamente sobre romper com a gestão de silêncios, inclusive de onde estou partindo e principalmente em relação a uma temática pouco debatida, mas que me atravessa, assim como atravessou Stella: as sexualidades e seus enquadramentos normativos. Deixei-me ser conduzida pelos falatórios de Stella, tendo em vista sua produção como uma ferramenta potente para os saberes *psis*. Como Anzaldúa (2000), Stella falou em línguas, tornando possível pensar sobre os aspectos em questão por outras vias, vias de revolta, vias que gritam mesmo entre mordanças manicomialis: “*Eu sou Stella do Patrocínio/Bem patrocinada*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 66).

⁵ Considerando as normas com base no racismo, isto é, opressão baseado no conceito moderno de raça, ou como afirma Schucman (2012): “qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça” (p.41). Assim como, na cisheteronorma - norma baseada na matriz cisgênera e na matriz heterossexual como organizadoras das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero e orientações sexuais, respectivamente, ambas produzindo efeitos de naturalização na cultura, constituindo uma noção daquilo que deveria ser considerado normal, ou seja, dentro da norma, em detrimento da condição de anormalidade e produzindo a abjeção de experiências transgressoras ao que essas normas impõem (viviane v, 2015); O sexismo é entendido como a discriminação de gênero ou concepção socialmente construída de que mulheres são inferiores aos homens (ZANELLO, 2018). Já colonialidade trata-se de uma categoria de análise e de opressão que transcende as particularidades do colonialismo histórico, não tendo desaparecido com o processo de independência do país, possibilitando análises acerca da continuidade de formas coloniais de dominação e de geração de estruturas de poder e subordinação (QUIJANO, 1998), que estão totalmente atreladas ao processo de racialização, à imposição do sistema sexo-gênero moderno (LUGONES, 2014) e ao capitalismo.

⁶ O capacitismo é utilizado para nomear a discriminação de pessoas em decorrência da deficiência, além de ser entendido também como um eixo de opressão que se intersecciona com o racismo, sexismo, LGBTfobia e classismo (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

Desse modo, por mais que haja medo, que em determinados momentos-tempos-espços nos sintamos/situemos como “medrosas”, como canta Linn da Quebrada no Ode à Stella e como essa afirma em um dos seus falatórios, por mais que a voz demore a sair e a escrita trema, percebemos que os silêncios não nos protegem, nem nos protegerão (LORDE, 2019) e devemos permitir que nossas v(e)ias abertas não coagulem, sejam pulsantes, latentes, nossas vozes se façam audíveis, como os falatórios de Stella. Assim segui, como afirma Clareto e Veiga (2016):

Fazer fazendo. Escrever escrevendo. Contorcer, torcer, distorcer. Mudar o palco, o lugar, o território. Escrever em roda. Rodar. Fazer a escrita rodar. Fazer a voz tremer. Fazer a escrita tremer. Tremer o corpo. Tremer o pensar. O caminho do pensar. Há um pensamento que se projeta. Afinal, como pensamos? Tremer o falar. Tremer a escrita. A passagem na língua. A travessia da língua. O caminho do falar. O caminho do escrever. Tremer. (CLARETO; VEIGA, 2016, p.33).

Os falatórios não são produzidos de forma isolada e, assim como Stella que tinha interlocutoras – falarei sobre isso mais a frente -, esta é uma construção permeada por falatórios não só meus, nem apenas de Stella, mas das autoras, intelectuais e artistas, convocadas ao debate, das mulheres, sejam enlouquecidas ou não, que tive oportunidade de conhecer nos espaços da luta antimanicomial e da luta feminista, assim como nos livros, filmes, pinturas, músicas e poesias que tive acesso nesses trajetos. Esta é uma produção coletiva e posicionada ética e politicamente, permeada por encantamentos e desejos de transformações em prol da luta por formas diversas de ser e estar no(s) mundo(s), de respiros e florescimentos múltiplos. Uma jornada em detrimento de qualquer tipo de enquadramento normativo e opressor. Sigo/Sigamos⁷.

1.1. UM ENCONTRO ENTRE FALATÓRIOS: ENSAIANDO UMA INTRODUÇÃO

Gostaria de introduzir aqui, inicialmente acerca do meu encontro com Stella do Patrocínio, bem como algumas vivências e inquietações acumuladas que me fizeram chegar à problemática e aos objetivos desta pesquisa. Posteriormente me aprofundarei em alguns aspectos dessa problemática e em como escolhi organizar, dar corpo, a essa pesquisa.

⁷ Tendo em vista que essa é uma escrita situada e parcial, em que proponho a diluição das fronteiras entre sujeito/objeto, utilizarei a primeira pessoa do singular ao longo da dissertação, todavia considerando que é uma escrita entrecortada por muitas vozes e falatórios, inclusive a de quem vier a ler, utilizarei em alguns momentos a primeira pessoa do plural.

A primeira vez que ouvi falar sobre Stella do Patrocínio foi em uma aula da disciplina de Atenção Psicossocial em Saúde Mental, no sexto período da graduação em psicologia, a partir da professora Elisângela Barreto. Estávamos estudando o livro “*Saúde Mental e Atenção Psicossocial*” de Paulo Amarante (2007). Nessa aula, em específico, debatíamos sobre arte e loucura e a professora citou algumas/uns “loucas/os” – enlouquecidas⁸ - artistas, dentre essas/es: Stella do Patrocínio. Eu não a conhecia.

Nesse mesmo semestre, tive a oportunidade de visitar pela primeira vez o Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira (JP- PB), no estágio supervisionado básico. Recordo-me de ter entrado nesse espaço, a partir de um longo corredor, com alguns quartos com leitos, e em um deles estava uma mulher com os cabelos longos, deitada, adormecida. Depois de uma tarde “conhecendo” o espaço, atravessei novamente esse corredor para sair. Essa mesma mulher, estava no mesmo corredor, em pé, olhou-me com um olhar fosco, sem sorriso no rosto, sem choro, sem expressão, apenas um olhar que ainda insistia em viver, nem radiante, nem apagado, apenas um olhar fosco (sobre)vivo, cinza. Talvez os olhos falem, e aquele olhar, em questão de segundos, conseguia me falar e transmitir tantos afetos/sentimentos. Um olhar tão impactante que até hoje me lembro. Naquele momento, eu desviei o meu olhar, fiquei tensa, afinal, o que dizem sobre loucos e manicômios? Mesmo com minhas leituras antimanicomiais, aquela era a primeira experiência dentro de um hospital psiquiátrico, assim, simplesmente continuei andando. Ela – a moça do olhar - pegou no meu braço, de forma leve, e em silêncio me conduziu até a porta de saída. Eu saí, ela permaneceu lá, não soube seu nome, nem sua história, nem por quanto tempo permaneceu nesse espaço, mas seu olhar me acompanhou desde então.

Enquanto estava ali, dentro do hospital psiquiátrico, conheci um garoto que não tinha atingido nem seus 14 anos. Sobre a história desse garoto, soube que já tinha sido soldado do tráfico, abandonado pela família e o conselho tutelar havia o encaminhado para aquele espaço. Conheci também uma jovem adolescente que havia sido encaminhada para lá por causa do uso de drogas, com suspeita de gravidez e de ser explorada sexualmente. Lembro do psicólogo que atuava nesse local me falando que muitas adolescentes eram encaminhadas pelas próprias famílias, quando estavam dando muito “trabalho”, simplesmente como forma de punição, para a “endireitar”. Aqui, me lembro de Foucault (2018b) ao afirmar a família como instância de controle que passa a ser aliada e objeto de intervenção dos saberes médicos. Como afirma Stella, em um dos seus falatórios: “*Uma família pra mim é uma reunião de médicos e cientistas*”

⁸ Ao longo desta dissertação utilizarei o termo “enlouquecida” ao invés de louca, considerando a loucura como produção social e política que ao longo da história foi sendo apropriada pelos saberes *psis*, se configurando como “doente mental” (FOUCAULT, 2019).

(PATROCÍNIO, 2001, p.130). Nesse sentido, o campo da psiquiatria serve de força para reiterar, atravessar, transpor e patologizar os restos das instâncias disciplinares, funcionando como princípio de normalização:

Da pequena soberania da família à forma geral e solene da lei, a psiquiatria aparece agora, deve aparecer e deve funcionar como uma tecnologia do indivíduo que será indispensável ao funcionamento dos principais mecanismos de poder. Ela vai ser um dos operadores internos que vamos encontrar indiferentemente ou comumente em dispositivos de poder tão diferentes quanto a família e o sistema judiciário, na relação pais-filhos ou ainda na relação Estado-indivíduo, na gestão dos conflitos intrafamiliares assim como no controle ou na análise das infrações às proibições da lei. Tecnologia geral dos indivíduos que vamos encontrar afinal onde quer que haja poder: família, escola, fábrica, tribunal, prisão, etc (FOUCAULT, 2018b, p. 241–242).

Naquela tarde eu pude sair do hospital psiquiátrico, mas a moça do olhar, o garoto, a adolescente e tantas outras permaneceram. No período, fiquei com indagações: Qual era a função de fato daquele espaço? Qual o limiar utilizado entre normal e patológico? Entre quem pode circular no espaço público, atravessar a porta de saída de um hospital psiquiátrico e quem deve permanecer segregado, isolado, se “endireitando”? Quantas mulheres já passaram, passam e continuarão a passar por ali e ali permaneceram e permanecerão? Quais são as suas histórias?

No caso da história de Stella, no mesmo dia em que tive a aula sobre arte e loucura e soube de sua existência, pesquisei sobre ela na internet. Encontrei pouquíssimas informações. Seu livro “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” (2001) encontrava-se esgotado em todas as livrarias que o busquei e só consegui acesso via *pdf* algum tempo depois dessa primeira busca. Assim que comecei a ler seus falatórios, como alguém tão acostumada à forma cartesiana de organização, senti o impacto de suas palavras. Eu sentia muito mais do que conseguia elaborar algum sentido para aqueles falatórios, por mais que os desejos de razão me fizessem tentar. Eram palavras pesadas, cruas, duras, organizadas em outra lógica, que faz qualquer burocrata das palavras e da literatura se revirar, e delicia os psiquiatras tão ávidos pelo encaixe em suas teorias e hipóteses diagnósticas.

As poéticas de Stella me atravessaram de uma forma que pude perceber que não adiantava meu esforço e incômodo ao não conseguir encaixar nas minhas zonas de sentido aquelas palavras, era justamente sobre isso. Era sobre se deixar atravessar por outra lógica, por outro campo que não o da razão sistematizada pelo positivismo. Assim, me vi diante não só de poéticas que impactam, que doem, que “sacodem” e incomodam, mas também de saberes, tão verdadeiros quanto quaisquer outros. São importantes produções discursivas que permitem ir além do que as ciências *psis* historicamente tentam encobrir, colocando-as no campo do delírio, da desrazão como sinônimo de invalidez, do que não deve ser levado em conta.

São como “saberes sujeitados”, saberes silenciados por um longo tempo e situados como não conceituais, elaborações insuficientes, desqualificadas – “saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requerida” (FOUCAULT, 2005, p. 11). São esses saberes que me interessam e assim venho sendo conduzida pelos falatórios-saberes elaborados por Stella nesta pesquisa. Justamente pelo reaparecimento desse tipo de saberes “sujeitados” que Foucault (2005) chama também de “saber das pessoas” - um saber particular, local, regional –, que é possível a realização da crítica. Entre os saberes sepultados da erudição e os saberes desqualificados pela hierarquia científica e da produção de conhecimento que emergiu a crítica dos discursos (FOUCAULT, 2005).

Stella e seus falatórios dizem, dentre muitas questões, sobre a condição de uma mulher negra, empobrecida e enlouquecida, na segunda metade do século XX. A partir dos seus falatórios, pude pensar acerca dos enquadramentos normativos, dispositivos de controle e normalização que permeiam as estruturas sociais, dando base para à expansão e fortalecimento do saber-poder das ciências *psis* e das instituições psiquiátricas. Stella também diz de um aspecto que muito me intriga, ainda pouco debatido, até mesmo no âmbito da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica (DETOMINI; RASERA; PERES, 2016; DETOMINI; RASERA, 2018; BARBOSA; SOUZA; FREITAS, 2015; SILVA, 2015; BESSA, 2017; MACHADO, 2018), mas de grande relevância a ser explicitada, que é(são) a(s) sexualidade(s).

Apesar de muitos dos falatórios de Stella estarem articulados à questão da sexualidade, pouco se tem dado ênfase a ela⁹. Dos escassos trabalhos acadêmicos encontrados que se debruçam nos falatórios de Stella, apenas três citam a questão da sexualidade, como é o caso das seguintes dissertações: “*Stella do Patrocínio: da internação involuntária à poesia brasileira*”, de Anna Zacharias (2020), no campo da Teoria e História Literária, “*Stella do Patrocínio: Entre a letra e a negra garganta de carne*”, de Sara Martins Ramos (2022), no campo da Literatura Comparada, e, “*Me transformei com esse ‘falatório’ todinho*”: cotidiano institucional e processo de subjetivação”, de Telma Zara (2014), no campo das Ciências Sociais.

No caso do trabalho de Zacharias (2020), a autora abarca de forma breve, a partir de alguns dos falatórios de Stella, a evidência de abuso sexual sofrido pela mesma. Já Ramos (2022), traz a sexualidade falada por Stella, dando destaque para um dos falatórios onde a

⁹ Ao realizar uma busca nas plataformas acadêmicas digitais – Lilacs, Scielo, Pepsic, Base de dados de teses e dissertações (BDTD) e Indexpsi -, encontrei um total de 18 publicações, sendo 14 artigos e 4 dissertações, desses trabalhos apenas 3 eram no campo da Psicologia (2 artigos, com aporte teórico na psicanálise e 1 dissertação na Psicologia Social). Ou seja, fica evidente a lacuna da psicologia no que se refere à produção de Stella do Patrocínio, principalmente no campo crítico da Psicologia Social.

sexualidade não era posta como sinônimo de violação, como é recorrente na maioria deles. Em tal falatório, destacado por Ramos (2022), Patrocínio evidencia ter tido muitos homens e lembrar de todos eles. Nesse sentido, a autora problematiza o que está implicado quando Stella, - em uma sociedade permeada pela moral cristã, que prega o exercício sexual restrito ao casamento monogâmico, mesmo não tendo registro de ser casada -, afirma ter tido muitos homens. Todavia, Ramos (2022) não se aprofunda na análise, apenas cita rapidamente essa questão, em nota de rodapé.

No trabalho de Zara (2014), ao analisar o prontuário de Stella, a autora afirma que, em 1988, consta que “não houve informação sobre qualquer atividade sexual” (2014, p. 94). Ou seja, por mais que em muitos dos falatórios de Stella a sexualidade seja explicitada, ainda assim, das informações encontradas fica nítido o registro de uma ausência, uma “falta” de informações ou de aprofundamento na temática. A ausência de informações sobre a sexualidade, diz de uma presença imposta, de uma invisibilidade que visibiliza a falta, a ausência, a não existência de um corpo sexual. Para Michel Foucault (2018a), existem técnicas polimorfas de poder que colocam o sexo em discurso, que penetram e controlam o prazer cotidiano, mas também organizam silêncios. Sobre essa organização de silêncios, Foucault (2018a) afirma que é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos, os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros.

O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 2018a, p.110).

De acordo com Foucault (2018a), falar de sexo não deve ser algo a ser condenado ou tolerado, mas que deve ser gerido, inserido em sistemas de utilidade, regulado para o bem de todos: “O sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 2018a, p.27). Assim, essa lacuna sobre a sexualidade nos documentos institucionais que se tem acesso acerca de Stella (ZARA, 2014), diz muito de uma forma de administração do sexo em uma instituição asilar, afinal mesmo não tendo registro de “qualquer atividade sexual”, a própria Stella fala: “...*E fico vendo tudo em cima da minha cabeça/Em cima do meu corpo/Toda hora me procurando me procurando/ E eu já carregada de relação sexual/Já fodida/Botando mundo pra gozar sem gozo/nenhum*” (PATROCÍNIO, 2001, p.125).

Como é possível um corpo que afirma ser carregado de relação sexual, nem sequer ter a sua sexualidade levada em conta nos registros oficiais de um hospital em que passou trinta anos de sua vida? E que, mesmo os trabalhos encontrados, nenhum deles se aprofunde nessa questão? E mais, considerando o campo da Psicologia, o que a escassez de trabalhos sobre essa pauta pode nos dizer? Uma gestão de silêncios acerca das sexualidades em prol de que? Em prol de um dispositivo da sexualidade que faz parte de uma economia de poder, sustentada por jogos de verdade que atravessam os processos de subjetivação-objetivação dos sujeitos, como diria Foucault (2018a)?

Em meio a tantas perguntas, tenho como objetivo nessa dissertação problematizar os falatórios de Stella do Patrocínio, no que se refere às sexualidades. Desse modo, busco também analisar a relação entre os processos de subjetivação e as sexualidades evidenciada nesses falatórios, bem como identificar os dispositivos de controle e normalização que perpassam tal articulação. Além disso, pretendo investigar as vias de resistência contidas nos falatórios de Stella do Patrocínio, no que se refere às sexualidades.

Em diálogo com Foucault (2018a), entendo a sexualidade como um dispositivo¹⁰ histórico, situado em determinado contexto cultural e social, e uma expressão das relações de poder. A sexualidade é concebida através da sociedade, por meio de um processo de circulação de discursos que implicam não só na regulação e normatização, mas traçam saberes e configuram jogos de verdades. Trata-se de jogos que vão se estabelecendo por meio de uma rede de múltiplas narrativas, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, pressupostos científicos, concepções filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 2018a).

A sexualidade, assim, não pode ser considerada apenas na sua dimensão individual, mas também, e sobretudo, na esfera social e política, englobando rituais, linguagens, representações, símbolos, marcada pela cultura e sua pluralidade, não podendo ser entendida como algo dado, imutável e “natural” (LOURO, 2000; 2014; WEEKS, 2000). Destarte, a experiência sexual pode ser vivenciada de formas diversas a depender dos atravessamentos sociais (gênero, raça, etnia, classe) e do contexto histórico e cultural (LOURO, 2000; 2014; WEEKS, 2000).

Nesse sentido, a sexualidade no contexto ocidental vem sendo marcada pelo controle, principalmente em se tratando dos enquadramentos normativos impostos às mulheres, havendo

¹⁰ Para Foucault (2018a) o dispositivo vem a ser uma rede composta por elementos diversos como os discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, englobando tanto o dito quanto o não dito.

uma articulação entre os desvios das normas e a patologização desses corpos, em específico associando-os à loucura. Historicamente, as mulheres foram consideradas “naturalmente” predispostas à loucura, e suas práticas sexuais como elementos centrais para distinguir quem viria a ser considerada “normal” ou não (ENGEL, 1999; SILVA; GARCIA, 2019). Foucault (2018a) chega a evidenciar a “histerização” dos corpos das mulheres como uma das grandes estratégias para o desenvolvimento de dispositivos específicos de saber-poder a respeito do sexo:

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), como espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, por meio de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível de histerização. (FOUCAULT, 2018a, p.113).

A figura da “mulher ideal” moderna, de acordo com a normativa do que vem a ser dito como civilizado, estaria associada a determinados padrões como o da virgindade, recato sexual, restrição ao ambiente privado, ao casamento monogâmico e à função materna (CUNHA, 1989) e todas que desviassem desse ideal estariam mais próximas da loucura. É relevante afirmar que tais normas estiveram destinadas às mulheres brancas das classes burguesas, como afirma Foucault (2018a), uma vez que não houve uma política sexual unitária, e o dispositivo da sexualidade foi elaborado para e pelas classes dominantes.

Considerar apenas o gênero e a sexualidade como categorias de análise, portanto, não seria suficiente nessa seara, seria reproduzir uma lógica de manutenção de violências em relação às mesmas, sob o pressuposto da “mulher universal” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2009). O dispositivo da sexualidade atrelado aos corpos das mulheres está totalmente associado à intersecção com gênero, raça, classe, deficiência e colonialidade, existindo o gendramento e a sexualização da raça, assim como, a racialização das performatividades de gênero e sexualidade (LIMA, 2017; VIGOYA, 2009).

Maria Lugones (2020) evidencia um sistema sexo-gênero colonial, em que diferentemente dos corpos de mulheres brancas burguesas do norte global, as mulheres terceiro-mundistas, negras, indígenas e empobrecidas nem sequer seriam consideradas mulheres, mas fêmeas, fêmeas ora hipersexualizadas, ora exploradas na esfera do trabalho. Segundo Lugones (2020), a partir dos processos de colonização, a imposição do dimorfismo sexual implicou na

associação das mulheres brancas a um modelo de feminilidade interligado a fragilidade, domesticidade e submissão, implicado em um regime heterossexual como ordem de organização familiar social e garantia do controle pela figura do homem branco, viril e capaz. A partir disso, as mulheres africanas e ameríndias que viviam em regimes diferenciados passaram a ser questionadas pelos colonizadores, tendo seus corpos lidos e entendidos como bestiais, selvagens, fêmeas que precisavam ser domesticados. As mulheres e homens negros e indígenas são comumente identificados não só como corpos, mas como corpos hipersexualizados, corpos dotados não de gênero, desejo e sexualidade, mas de sexo, instinto, impulso (GOMES, 2018).

Assim: “Existirmos: a que será que se destina?” (VELOSO, 1979), a que será que se destinou e se destina historicamente a sexualidade de mulheres consideradas loucas? Aos corpos de mulheres que ousam romper com enquadramentos normativos opressores? E aqui, não considero tais sujeitas como passivas e dóceis, nem desconsidero a potência de ação e resistência, mas questiono: quais enquadramentos normativos históricos esses corpos enfrentaram/enfrentam? E quais as consequências de resistir e subverter esses enquadramentos?

Como corpos fora do enquadramento normativo dominante, mulheres como Stella, consideradas loucas e institucionalizadas em hospitais psiquiátricos, encontram-se em condição de precariedade (BUTLER, 2017), tornando-se uma ameaça ao sistema normativo, alvo de controle e de múltiplas formas de violações e aniquilamentos, principalmente se tratando da sexualidade. Há um controle ainda maior dos seus corpos e sexualidades, sendo vistas como assexuais ou sexualmente afloradas (BIRMAN, 1980; MACHADO, 2018) e sujeitas a torturas em manicômios (CUNHA, 1989; ARBEX, 2013), esterilização involuntária e medicalização em excesso (CAMPOS, 2016; SILVA, 2015; BESSA, 2017). Como afirmava Stella: “*Passo mal porque eu tomo constantemente/injeções*” (PATROCÍNIO, 2001, p.149)

O processo de controle das sexualidades de mulheres, que estiveram e ainda estão no mesmo contexto de Stella, tem como efeito a tentativa de retirada do *status* de pessoa que sente desejos, e também a deslegitimação do direito de exercer a sexualidade, ao mesmo tempo que encobre as vulnerabilizações e violências a que estão submetidas. A visibilidade e o reconhecimento das sexualidades dos corpos das mulheres institucionalizadas só ocorre se estiverem dentro de um escopo heterossexual, afinal poderia implicar a reprodução, como evidenciaram Joel Birman (1980), no livro “*Sexualidade na Instituição Asilar*”, e Gustavo Machado (2018) na sua dissertação “*Experiência Macabéa*”, sobre processos de subjetivação no contexto asilar.

Desse modo, a sexualidade se mostra articulada aos prontuários: os direitos de sentir prazer, desejos, afetos e exercer a sexualidade são vigiados e tutelados. Assim, os direitos reprodutivos e sexuais, como direitos humanos fundamentais, que deveriam ser garantidos pelo Estado, visando o exercício pleno da sexualidade e reprodução humana (VENTURA, 2004; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015), encontram-se comprometidos. Segundo Machado (2017), com a transformação das pessoas em prontuários, a subjetividade e a própria condição de estar “vivo” são transformados em números que não se relacionam, muito menos transam, são normalizados e contabilizados. A partir daí, tornam-se engavetados, esperando-se nada além da ação do tempo sobre tais corpos (MACHADO, 2017).

Assim, o que teriam a dizer as mulheres que tiveram suas vidas perpassadas pela loucura e encarceradas em instituições psiquiátricas, no que se refere à sexualidade? Como investigar os dispositivos de poder, controle e as normas que atravessam os processos de subjetivação dessas mulheres, bem como, as formas de resistência encontradas por esses corpos? Em meio a tantas questões não tenho como objetivo pensar o que levou a mulheres como Stella ao enlouquecimento, muito menos negar a existência de sofrimentos psíquicos, mas, para além de problematizar as sexualidades no contexto asilar, colocar em cheque as instituições psiquiátricas e saberes *psis* que tendem historicamente à patologização dos corpos e sexualidades dissidentes, como é o caso de Stella. Como um corpo aprisionado por trinta anos em uma instituição psiquiátrica, uma mulher que corporifica a condição de precariedade, que foi “*agarrada pra relação sexual e/pra foder*” (PATROCÍNIO, 2001, p.102) e afirma: “*Perdi o gosto o prazer o desejo a vontade o querer*” (PATROCÍNIO, 2001, p.121).

Os falatórios de Stella trazem não só pistas-respostas aos tantos questionamentos feitos até aqui, mas fazem suas palavras ecoarem na atualidade gerando ainda mais perguntas. Seus falatórios se alinham à escrevivência, proposta por Evaristo (2021), por extrapolar a singularidade e demonstrar um compromisso com a vivência não apenas dela, mas de muitas outras. Como a escrevivência evaristiana, os falatórios de Stella captam a dinâmica e o fluir da vida, trazendo um sujeito que é coletivo, uma voz que reverbera entre outros corpos.

Ademais, sei que, como afirmam Clareto e Veiga (2016), a escrita de um texto pode se desenrolar em múltiplas entradas, principalmente quando me proponho a dialogar com falatórios tão polifônicos quanto os de Stella. Poderia puxar diversos outros falatórios a partir desses, mas escolhi estabelecer um diálogo entre os falatórios de Stella, com os falatórios das autoras que trabalham a partir de epistemologias feministas negra e decolonial, como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Maria Lugones, Mara Vigoya, Carla Akotirene, Audre Lorde, Sueli Carneiro e autoras de vertentes mais pós-estruturalistas como Judith Butler e Michel Foucault.

Foi a partir dos saberes que vêm sendo produzidos principalmente por essas intelectuais negras e terceiro mundistas que consegui construir pontes de diálogo, amarrações possíveis em meio a muitas errâncias, descaminhos e afetos que emergiam à medida que ia me aprofundando nesse emaranhado de falatórios. Portanto, busquei a construção dessas pontes de diálogo que pudessem contemplar os falatórios, pontes que auxiliassem nas constantes travessias que é o exercício de pesquisar, de pesquisar indignada, implicada.

Nos traçados descompassados dessa escrita fui me movendo, me contorcendo, me deslocando com Stella e outras autoras em uma temporalidade não linear, onde os amadurecimentos teóricos ali e acolá foram se delineando. Ao longo dessa produção, pude ir me descobrindo e sentindo os pesos e as levezas das escolhas epistemológicas e de ir encontrando uma (des)harmonia textual como via possível. Assim, entre o primeiro parágrafo escrito desde o projeto para qualificação dessa pesquisa às últimas frases de agradecimento digitadas, há um percurso. Talvez um tecer mais bem elaborado, mais criativo e movente foi se configurando nas entrelinhas e interlocuções estabelecidas aqui.

Desse modo, escolhi dividir esse percurso da seguinte maneira: inicialmente irei explicitar a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica fundamental para traçar os percursos que utilizei na tessitura desse diálogo, na sessão: “Deambulando com Stella”. Posteriormente, no capítulo 2: “Alguns Falatórios conceituais, históricos e literários”, trago rastros conceituais e históricos no que se refere ao tema da pesquisa e situo os falatórios no campo literário. Dividi o capítulo 2 em duas sessões: na primeira, abarco conceitos fundamentais para as pontes de diálogos que foram se estabelecendo ao longo do trabalho, como o dispositivo da sexualidade, normas e processos de subjetivação e objetivação; na segunda sessão traço apontamentos históricos sobre a articulação entre sexualidade, loucura e mulheres, em seguida sobre a fundação e expansão dos manicômios no Brasil e alguns traçados sobre o campo da saúde mental, reforma psiquiátrica e os retrocessos atuais nesse campo.

Posteriormente, no capítulo 3: “Stella do Patrocínio: Pistas de uma história”, adentrei nos fragmentos e lacunas encontradas acerca da vida e história de Stella do Patrocínio. No capítulo 4: “O que os falatórios de Stella permitem ver?” busquei traçar uma rede de diálogos, com base nesse questionamento, principalmente no que se refere à sexualidade. Dividi o capítulo em quatro sessões que nomeei com os próprios falatórios de Stella. Nessas sessões pude explicitar os diálogos que os falatórios de Stella suscitaram. Inicialmente identifiquei questões acerca do estatuto ontológico que considera determinados corpos normais, logo, humanos, distintos dos abjetos, assim, não tão humanos, inumanamente impensáveis. Trata-se de um estatuto segundo o qual corpos como o de Stella são nomeados, categorizados, tornados

Outro. A partir disso, foquei nos mecanismos disciplinares dentro das instituições psiquiátricas e dos saberes *psis* que capturaram o corpo de Stella, “*para forçar a ser doente mental*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 149), e seus efeitos na sexualidade, “não” dita. Na última sessão, adentro em um diálogo mais profundo acerca da sexualidade evidenciada por Stella, por meio das suas intersecções e relação com as biopolíticas. Por fim, algumas considerações finais no capítulo 5: “*Do que mais eu vou falar? Então eu já vou...*”: Para falatórios futuros.

Escolhi nomear todos os capítulos, exceto o terceiro, contendo a palavra “falatório” por considerá-la um conceito importante trazido por Stella do Patrocínio, entendo-a como uma palavra não só falada, mas escutada, uma poesia feita na língua (FLORES, 2021). Assim, foi falando em línguas, como aponta Glória Anzaldúa (2000), ou melhor, tensionando, a partir de Stella, por meio dos “falatórios em línguas” que esse texto foi sendo escrito. A partir e em meio aos nossos – meu, de Stella, das minhas orientadoras, autoras e todas as interlocutoras deste trabalho - “falatórios em línguas” esse trabalho foi sendo traçado, em uma tentativa de organização que pudesse visibilizar e se aprofundar nos falatórios-poéticas-saberes de Stella. Ao longo da dissertação os falatórios citados de Stella estarão em itálico, como forma de destacá-los.

Portanto, que os falatórios-poéticos-saberes de Stella possam continuar vibrando e atuem como verdadeiros cacos pontiagudos que rasgam a pele, que podem produzir fissuras (MORAES, 2021) e vias possíveis na (des)construção de práticas e saberes *psis* e para além desse campo. Dessa maneira, que os nossos falatórios em línguas possam contribuir para o fortalecimento da articulação entre lutas antimanicomial e feministas que reivindicuem a promoção dos direitos humanos, em específico e, principalmente, no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos no contexto da saúde mental.

1.2. DEAMBULANDO COM STELLA

Uma vez, quando ainda estava na graduação em Psicologia, fui visitar uma ocupação urbana organizada por mulheres. Algumas pessoas daquela ocupação haviam demandado ao curso de Psicologia uma intervenção por detectarem muitos casos de sofrimento psíquico/psicossocial. Eu e algumas colegas, em conjunto com uma das professoras do curso, decidimos que ficaríamos visitando o local, pelo menos uma vez na semana, para conhecer as pessoas e organizar intervenções a partir do que elas dissessem e desejassem. Por várias dificuldades que foram acontecendo ao longo do trajeto, só conseguimos ir poucas vezes à

ocupação. Ainda assim, pude conhecer algumas das mulheres, dialogar com elas e refletir sobre muitas questões que até então os espaços formais de sala de aula não haviam me fornecido.

Lembro de alguns dos diálogos e de algumas das mulheres que pude me aproximar. Uma delas que me marcou bastante foi uma senhora, na faixa dos sessenta anos, negra, viúva e desempregada. Nosso primeiro contato visual foi cheio de desconfiança, ela me olhava como quem se questiona: “o que esse povo está fazendo aqui?”. No segundo encontro, quando me aproximei e puxei assunto, ela afirmou que não tinha nada para conversar. Muitas das mulheres ali diziam que Psicologia era pra gente doida e quase ninguém se atrevia a solicitar uma escuta individual, como no caso dessa senhora.

Em um dos encontros seguintes, estávamos em uma roda de conversa e ela me puxou pelo braço para uma conversa. Ali, estávamos. Nós duas, em um dia chuvoso, sentadas em uma arquibancada, numa quadra ocupada por muitas barracas de famílias que haviam sido despejadas de prédios abandonados pelo Estado. Assim que sentamos, ela desabou em lágrimas e contou fragmentos de sua história, desde a origem das mão caalejadas do trabalho infantil na roça – zona rural – aos trabalhos desempenhados como empregada doméstica e diarista, na cidade. Contou acerca de processos vivenciados como seu casamento com um homem que gastava o dinheiro que ela recebia com bebida alcoólica, acerca também da viuvez, do analfabetismo, da falta de uma moradia, de um emprego, e a preocupação com o sustento de um neto, ainda criança.

No final, com os olhos vermelhos e arregalados, a senhora me olhou como quem espera uma devolutiva e disse que nada daquilo que havia falado era importante. Eu ouvia, com meus 20 anos de idade, uma jovem branca, classe média, estudante de graduação em Psicologia, numa universidade pública, que apesar de atravessamentos dissidentes no que se refere à sexualidade, nunca havia precisado trabalhar para me manter e com acesso à educação desde criança. Tudo isso passou pela minha cabeça: O que a fazia pensar que sua história não era importante? Qual encaminhamento eu deveria fornecer? O que a fazia pensar que eu teria uma fórmula para solução das suas dores e conflitos? Quais relações de saber-poder estavam ali implícitas e mais, qual a minha função e que tipo de Psicologia eu gostaria de exercer depois de formada? Sai dali impactada.

Naqueles dias em que visitei a ocupação pude refletir não só sobre meu posicionamento dentro de um sistema desigual e que hierarquiza determinados corpos em detrimento de outros e como os saberes *psi* vão trabalhando ou não com essas questões. Pude aprender/refletir sobre interseccionalidade antes mesmo de me aprofundar em teorizações acadêmicas. Aqui, ao me reencontrar com Stella, relembro de cenas como a que narrei acima e

mais questões vão pululando: como me enveredar nos falatórios poéticos de Stella sem cair em solos movediços e inférteis da categorização, homogeneidade, medição e pretensa exatidão tão comumente disseminadas como parâmetros imprescindíveis no campo das ciências *psis*? Como problematizar os dispositivos de poder e saber que atravessam a história desses corpos e de seus processos de subjetivação, sem ser conivente com epistemicídios¹¹ (CARNEIRO, 2005), explicações generalistas e universalistas pautadas na norma mítica (LORDE, 2019) do homem branco, cisgênero, heterossexual, do norte global?

Como pensar a produção de saberes de forma situada (HARAWAY, 1995), sem incorrer em ou lançar mão de dicotomias hierarquizantes (LUGONES, 2014) e com base em uma escrita orgânica (ANZALDÚA, 2000)? Escrita tal que, como afirma Anzaldúa (2000), possa ir além do papel, pulsando no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos, sem deixar o sangue coagular na caneta. Penso o processo de pesquisar conduzido pela abertura ao que vai aparecendo, sem *a priori*, sem explicações lineares das realidades histórica e pseudoneutralidades, aberta ao que Stella tem gritado desde o século passado e que fazem eco até os dias atuais.

Foi a partir das perspectivas feministas, principalmente negra e decolonial, que me aprofundi na interseccionalidade e é a partir dessa ferramenta que encontrei espaço não só para expandir os questionamentos expostos acima, como para deambular com Stella neste trajeto. Tenho presente que toda produção de conhecimento está envolta em um tempo histórico determinado, que o saber não é neutro, mas situado e parcial, e o corpo-pesquisadora e as práticas de visualização do que é escolhido para ser evidenciado é atravessado por sistemas de privilégios e opressões (HARAWAY, 1995).

Trata-se da busca por atuar visando o rompimento com epistemicídios coloniais sustentados por visões dicotômicas, universalistas e patologizantes que categorizam e omitem clivagens de opressões constituintes das experiências de diferentes sujeitos (AKOTIRENE, 2019). Afinal, historicamente as dicotomias hierárquicas são utilizadas como ferramentas normativas para objetificação dos sujeitos, agindo de forma a fomentar a lógica do Outro como inferior (LUGONES, 2014) e revelando uma redução da existência a partir do olhar de quem domina, um processo de aniquilação da condição de humano (KILOMBA, 2019).

¹¹ Para Sueli Carneiro (2005) o epistemicídio é uma tecnologia de poder produzida pelo dispositivo de racialidade/biopoder que coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios”. De acordo com a autora tal conceito advém de Boaventura de Sousa Santos, sendo compreendido como um dos instrumentos mais eficientes na dominação étnica/racial, através da negação que advém da legitimidade de determinadas formas de conhecimento, em detrimento dos saberes produzidos pelos grupos dominados e, conseqüentemente, dos seus membros como sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005).

Aqui, entendo a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica (AKOTIRENE, 2019; PLATERO, 2015), ou uma sensibilidade analítica, como afirma Carla Akotirene (2019), que busca analisar de forma inseparável as múltiplas estruturas de opressão, produtoras de avenidas identitárias dos sujeitos (AKOTIRENE, 2019; HILL COLLINS, 2015). A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem também a fluidez dessas avenidas identitárias, principalmente em se tratando das identidades subalternas submetidas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual emergem (AKOTIRENE, 2019). Lucas Platero (2015) afirma que ao invés de compreender a identidade evidenciada pela interseccionalidade de forma fixa e estável, deve-se entendê-la em relação às estruturas sociais desiguais.

Ademais, como alerta Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade traz consigo a possibilidade de analisar as condições estruturais que atravessam corpos, como também quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, constituídas por meio da matriz de opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, 2019). Nesse direcionamento, dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída (AKOTIRENE, 2019).

A interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade, elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. Frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre interação estrutural em seus efeitos políticos e legais (AKOTIRENE, 2019, s/p via *kindle*).

A interseccionalidade foi cunhada pela intelectual Kimberle Crenshaw (2004) e surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal (AKOTIRENE, 2019). Todavia, é importante ressaltar que no contexto brasileiro, o pensamento de Lélia Gonzalez, que, embora não tenha utilizado o termo, certamente empregou uma analítica interseccional em suas produções sobre racismo e sexismo na sociedade brasileira. Desse modo, tal ferramenta foi pensada não só por Crenshaw, mas por Lélia Gonzalez e outras feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, focado nos homens negros (AKOTIRENE, 2019). De acordo com o Coletivo Combahee River, composto por mulheres

negras lésbicas, nos EUA, em um dos primeiros manifestos a trabalhar com a noção de interseccionalidade:

Feministas negras, além de muitas outras mulheres negras que não se definem como feministas, experimentam e experimentaram a opressão sexual como um fator perene em suas existências cotidianas. Quando crianças, percebemos que éramos diferentes dos meninos e que éramos tratadas de forma diferente. Por exemplo, diziam-nos em um só fôlego que ficássemos quietas tanto para sermos “mulheres sofisticadas” como para nos tornarmos menos censuráveis aos olhos dos brancos. Quando crescemos, tomamos consciência da ameaça de abuso físico e sexual por parte dos homens. No entanto, não tínhamos meios de caracterizar o que era tão evidente para nós, coisas que sabíamos que realmente aconteciam. Feministas negras freqüentemente falam que se sentiam loucas antes de terem contato com conceitos como política sexual, dominação patriarcal e, mais importante, feminismo – a análise política e prática que nós mulheres usamos para lutar contra nossa opressão. O fato de que a política racial e o racismo são fatores difundidos em nossas vidas não permitiu, e ainda não permite, que a maioria das mulheres negras olhe mais profundamente para as próprias experiências e, dessa consciência, compartilhada e crescente, construa uma política capaz de mudar nossas vidas e acabar inexoravelmente com nossa opressão (COMBAHEE RIVER COLECTIVE, 1977/2019, p.198,199).

Para Patricia Hill Collins (2015), a interseccionalidade não traz uma perspectiva de adição de opressões passíveis de hierarquização e excludentes, mas uma coalizão, tendendo a uma produção de conhecimentos diversificados e transformadores. Neste direcionamento, realizar análises a partir da interseccionalidade não está associado à soma dos sofrimentos, trata-se de visibilizar um sistema que gera uma matriz de opressões e privilégios. Desse modo, a interseccionalidade tem capacidade de assinalar e imaginar outras formas de pensar que ajudam a desenvolver maneiras de resistir à imposição da normalidade, dos binarismo e invisibilidades inerentes às sociedades capitalistas (PLATERO, 2015).

Ademais, Platero (2015) afirma que não há uma única metodologia interseccional, mas um conjunto de ações e formas de realizar investigações que contribuem para explicar as formas de desigualdade que se articulam. O autor propõe, a partir da análise dos seus próprios trabalhos, que a interseccionalidade se torna uma metodologia que pode ser desenvolvida a partir de, pelo menos, quatro passos, que entendo como premissas, não necessariamente a serem seguidas de forma linear e rígida, a saber: a análise crítica das categorias analíticas com que se interroga os problemas sociais; explicitação das relações mútuas que se produzem entre tais categorias; explicitação da invisibilidade de algumas realidades ou problemas sociais que eram “inconcebíveis”; e inclusão da posição de quem interroga, quem articula a pesquisa.

Assim, por meio da interseccionalidade, pude me permitir ir deambulando com Stella e expandindo os falatórios, considerando a sexualidade atrelada a gênero, raça, classe, colonialidade e deficiência, além de permeada por uma gestão de silêncios históricos. Busquei

investigar os rastros e lacunas da história de Stella, não só em plataformas de dados digitais de trabalhos acadêmicos, mas também por meio do acesso aos vídeos, filmes, peças e músicas baseados nela. Quanto aos falatórios de Stella, me utilizei como base de acesso a esses, a obra *“Reino dos bichos e dos animais é o meu nome”* (2001), livro organizado pela filósofa Viviane Mosé a partir dos falatórios de Patrocínio. Todavia, ao longo do meu percurso nessa pesquisa fui me deparando também com outros materiais e trabalhos que me fizeram perceber as limitações e críticas associada a forma como Mosé optou por estruturar tal obra – falarei sobre isso mais a frente -. Assim, mesmo me utilizando de tal obra, a considerando como minha via de encontro com Stella e de acesso a seus falatórios, me utilizei também de outros trabalhos e materiais encontrados.

Fui dialogando com as revisões¹² críticas dos falatórios disponibilizadas por Anna Carolina Zacharias (2020) em sua dissertação: *“Stella do Patrocínio: da internação involuntária à poesia brasileira”*. Gostaria de ter me atido também as transcrições na íntegra e as gravações dos falatórios, mas o acesso a essas só foi disponibilizado de forma virtual, a partir da dissertação de Sara Ramos: *“Me transformei com esse ‘falatório’ todinho”: cotidiano institucional e processo de subjetivação*”, no início deste ano (2022), período em que essa dissertação já estava em fase de finalização. Essa é uma lacuna que se abre para pesquisas futuras que possam expandir ainda mais esses falatórios.

Desse modo, não proponho categorias fixas, nem enxurradas de interpretações, mas diálogos interseccionais possíveis, uma multidão de falatórios em línguas que se entrelaçam, compostos por restos e cacos que pude ir encontrando ao deambular com Stella. Como Manoel de Barros (2015), tentei usar a palavra para compor silêncios, como uma apanhadora de desperdícios – desperdícios no sentido de restos, restos de uma história muitas vezes contada a partir de uma versão única, a dos colonizadores, governadores da norma mítica (LORDE, 2019). Isto é, restos que escapam da suposta versão única, contada pelos senhores médicos, psiquiatras, que carimbam corpos com seus diagnósticos, os que aplicam eletrochoque: *“Os que trabalham com a voz ativa média e/reflexiva”* (PATROCÍNIO, 2001, p.150), o sujeito-suposto-saber (GONZALEZ, 2020) que até os dias de hoje têm seus nomes estampados em muitos hospitais e instituições afins. Aqui, o que me importa, é o rastro do que o sistema manicomial não pôde apagar. A voz ativa considerada aqui, é a que produziu falatórios, que mesmo afirmando não ter mais voz porque já havia falado tudo o que tinha para falar, ainda assim:

¹² Zacharias (2020) no final do sua dissertação, já citada, fornece em anexo os falatórios de Stella que constam no livro *“Reino dos bichos e dos animais é o meu nome”*, em comparação com o material disponibilizado por Carla Guagliardi e Mônica Ribeiro de Souza, que foi base para a organização de tal obra por Mosé.

“*Falo, falo, falo, falo o tempo todo/E é como se eu não tivesse falado nada*” (PATROCÍNIO, 2001, p.142).

Portanto, essa pesquisa é uma aposta no encontro dos falatórios em línguas desobedientes, por meio da junção de cacos pontiagudos que rasgam a pele, que podem produzir fissuras, como afirmou Márcia Moraes (2021)¹³. Cacos pontiagudos que tensionam/rasgam os saberes fossilizados e que tendem ao aprisionamento e opressão de determinados corpos. Cacos de vidas. Cacos vividos. Cacos como fragmentos mínimos, restos e sobras que podem ser acionados e atualizados organicamente como fios que componham tramas de sentidos múltiplos (RIBETTO, 2016), em uma escrita trêmula (CLARETO; VEIGA, 2016), mas insistente. Assim, uma escrita enveredada por um caminho composto por errâncias e encontros afetivos, de luta, de troca, onde foi possível “...fazer escrita na inquietude, na implicação, em uma complicação.” (CLARETO; VEIGA, 2016, p. 37).

¹³ Essa analogia entre o exercício do pesquisar e os cacos pontiagudos foi proposta pela professora Márcia Moraes na disciplina de “Deficiência e Contemporaneidade”, ofertada pela parceria entre os programas de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Fluminense, no dia 30 de novembro de 2021.

2 ALGUNS FALATÓRIOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

2.1. SEXUALIDADES, NORMAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Quanto a nós, estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneração, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade, quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo (FOUCAULT, 2018a, p.159-160).

Macabéa, esqueci de dizer tinha uma infelicidade: era sensual. Como é que num corpo cariado como o dela cabia tanta lascívia, sem que ela soubesse que tinha? Mistério. (LISPECTOR, 1998, s/p via *kindle*).

Início esse fragmento a partir de uma personagem, tão bem evocada por Gustavo Machado, na dissertação: “*Experiência Macabéa: modos de subjetivação e sexualidade em internações psiquiátricas de longo prazo ou asilares*”, e que muito tem a contribuir para a compreensão dos conceitos trabalhados aqui. Essa personagem é Macabéa, protagonista do livro “*A hora da estrela*”, de Clarice Lispector (1998), uma nordestina, empobrecida, que se mudou para o Rio de Janeiro, se definindo como: “...sou datilógrafa e virgem, e gosto de coca cola”. Uma virgem que segundo o narrador da história: “...sonhava estranhamente em sexo, ela que de aparência era assexuada. Quando acordava se sentia culpada sem saber por quê, talvez porque o que é bom devia ser proibido. Culpada e contente.” (LISPECTOR, 1998, s/p via *kindle*).

Mesmo Macabéa sendo considerada pelo narrador da história como um “corpo cariado”, “de aparência assexual”, ela é exposta como sensual, com “lascívia”, como evidencia a segunda epígrafe acima, e mesmo se sentindo culpada, acessa o sexo por vias clandestinas, como o sonho. Nesse sentido, em um sistema onde o sexo é tão difundido e central, como evidencia Foucault (2018a), por que é situado como proibido e gerador de culpa para determinados corpos, como o de Macabéa? O que torna um corpo, como o de tantas Macabéas, “cariado” e de “aparência assexual”? Ou melhor, o que torna o sexo e para além dele, a sexualidade, um dispositivo que está implicado com a existência e processos de subjetivação dos corpos? Para elucidar essas questões, chamo Michel Foucault para o debate.

Na primeira epígrafe acima, retirada do livro “*História da Sexualidade I: A vontade de saber*”, Foucault (2018a) afirma a sexualidade como elemento central para a emergência e manutenção dos mecanismos de poder sobre o corpo social, tornando-se objeto e alvo desse mesmo poder. Nesta obra, Foucault (2018a) afirma que a sexualidade se constituiu como domínio a ser conhecido e objeto para o investimento de técnicas de saber e procedimentos

discursivos. Assim, diferentemente da proliferação de discursos históricos que situa a sexualidade a partir da “hipótese repressiva”, isto é, que a coloca como algo refém de uma repressão - que não deve ser falada, mas barrada -, o autor afirma que a partir do século XIX, o que ocorre é uma explosão de discursos e saberes ávidos por capturar o sexo através de regimes de verdade, resultando em um dispositivo de “saber-poder”.

O objeto de todos esses empreendimentos concernentes à loucura, à doença, à delinquência, à sexualidade e àquilo de que lhes falo agora é mostrar como o par “série de práticas/regimes de verdade” forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Desse modo, para Foucault (2018a) a sexualidade é um dispositivo histórico envolvido em uma imensa rede formada por técnicas polimorfas, moventes e conjunturais de saber e poder que encadeiam aspectos como: a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências. Assim, o dispositivo da sexualidade gera diversas áreas de domínio e modos de controle penetrantes, sendo o corpo a principal área de domínio e que se estende para as populações, tendo em vista um controle cada vez mais globalizado.

O dispositivo da sexualidade evidenciado por Foucault (2018a) emerge a partir de um processo histórico atrelado não a um poder repressor, restrito a um conjunto de instituições ou a um sistema geral de dominação, exercido por um elemento ou grupo sobre outro, mas a um poder produtor. Trata-se de um poder onipresente, que se produz a cada instante, que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis, efeito de emaranhado de forças imanentes ao domínio onde são exercidas (FOUCAULT, 2018a). Segundo Souza e Furlan (2018) o poder, em Foucault, não está restrito a castração, interdição ou proibição, mas instaura positivities, cria realidades. “...o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2018a, p.101).

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade emerge e se mantém por meio das engrenagens de relações históricas de poder, se constituindo como uma das principais estratégias para vigência de um novo tipo de poder que nasce, entre os séculos XVIII e XIX: o biopoder (FOUCAULT, 2008, 2014, 2018a). O biopoder tem como um dos principais objetivos, diferentemente do poder soberano¹⁴ - já não mais matar -, mas investir sobre a vida, administrar

¹⁴ Segundo Foucault (2018a), o poder soberano é aquele em que o direito à vida é condicionado a defesa do soberano, um direito que envolve à apreensão das coisas, do tempo, dos corpos, caracterizado inclusive e principalmente pelo direito de causar a morte ou deixar viver em prol desse soberano/soberania.

os corpos e gerir de forma calculista a vida, inaugurando dois mecanismos distintos de sujeição dos corpos e controle das populações (FOUCAULT, 2008, 2014, 2018a). O primeiro desses mecanismos foi desenvolvido a partir do século XVII e abarca a sujeição dos corpos, se caracteriza pela disciplina anátomo-política, centrada no corpo como máquina, no adestramento, docilização e integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. O segundo mecanismo, desenvolvido a partir da metade do século XVIII, trata-se de uma biopolítica da população, centrada no corpo-espécie, no corpo que é transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos – a exemplo dos nascimentos e mortalidade, o nível da saúde, a duração da vida, dentre outros -, mediado por intervenções e controles reguladores (FOUCAULT, 2018a).

Fiz esse breve apanhado acerca do poder e do biopoder para evidenciar que o dispositivo da sexualidade se constitui como um dos agenciamentos concretos mais importantes do biopoder e um dos elementos dotados da maior instrumentalidade, sendo utilizado de variadas formas e estratégias (FOUCAULT, 2018a). Afinal, como alerta Foucault (2018a), o controle do sexo se torna fundamental por acessar simultaneamente, tanto a vida do corpo, quanto a vida da espécie, como uma matriz de disciplinas e um princípio das regulações.

É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenção que visam a todo o corpo social ou grupos tomados globalmente (FOUCAULT, 2018a, p.157).

Ademais, umas das características do biopoder é a distribuição dos vivos em domínio de valor e utilidade, ou seja, é um poder que opera através de distribuições em torno de uma determinada norma, necessitando qualificar, medir, avaliar e hierarquizar os corpos (FOUCAULT, 2018a). Nesse sentido, uma sociedade regida por um biopoder, necessariamente é também uma sociedade normativa que busca normalizar os corpos, principalmente a partir das sexualidades. O dispositivo da sexualidade encontra-se do lado da norma que está atrelada às disciplinas, às regulamentações (FOUCAULT, 2018a) e a forma como os corpos e populações são situadas e reconhecidas no campo social. Acerca disso, Judith Butler (2014) tem valiosas contribuições.

Butler (2014) afirma que a norma é uma medida e um meio de produzir um padrão comum e se constitui como norma a ser seguida em virtude do seu poder de repetição, conferindo realidade àquilo que se repete. É por meio das normas que são definidos os parâmetros de quais corpos, práticas e ações serão ou não reconhecidos socialmente, gerando uma matriz de inteligibilidade. Nesse direcionamento, determinados corpos são inteligíveis dentro de um estatuto normativo de humano – ontológico – enquanto outros são ininteligíveis, assim, “cariados”, menos humanos, inumanamente impensáveis, suscetíveis a mais diversas violências (BUTLER, 2017). Desse modo, tratando-se das normas atreladas ao dispositivo da sexualidade e suas intersecções, criam-se diferenciações entre aqueles corpos que performam as normas, considerados normais – norma(t)lizados -, não cariados, dóceis, que devem ser conhecidos como seres sexuais, e aqueles anormais, dissidentes de tais enquadramentos normativos, que devem ser tutelados, punidos e violentados.

Todavia, à medida que a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo, ela não simplesmente exclui os corpos “cariados”, não passíveis de encaixe na régua da norma, mas cria um paradoxo, onde mesmo aqueles que estão fora da norma, em certo sentido, acabam sendo definidos a partir dela (BUTLER, 2014, p.253). Segundo Machado (2018), uma vez que é no corpo que a norma vai exercer sua força, para que os corpos sejam reprodutores de um mesmo modelo pelo considerado “normal” no que se refere à sexualidade, é preciso que determinados corpos sejam situados e definidos como assexuais, ou tenham a sexualidade infantilizada e/ou patologizada, a partir de mecanismos disciplinares e regulatórios.

Assim, em meio ao emaranhado normativo de um biopoder - tendo o dispositivo da sexualidade como uma das principais estratégias de controle e docilização -, os corpos dos sujeitos não só são inteligíveis ou não, no campo social, como são atravessados por processos de subjetivação e individualizados a partir das normas. Nesse direcionamento, Foucault (2017) afirma que o Ocidente introduz e organiza o dispositivo da sexualidade atrelado à constituição da individualidade e subjetivação. Aqui, preciso explicar brevemente o que estou entendendo como “indivíduo” e “subjetivação”, a partir de Foucault (2006, 2017), como dois dos conceitos-chaves nesse emaranhado de falatórios.

Para Foucault (2006) o indivíduo é oriundo do que ele denomina de “função-sujeito”, proveniente de um poder disciplinar – fabrica corposujeitados - e diz do ajustamento a determinada “singularidade somática”, aplicada e exercida a partir do corpo, seus gestos, seu lugar, suas mudanças, sua força e seus discursos. Assim, o poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função-sujeito à singularidade somática por intermédio de sistemas de vigilâncias que não só projeta atrás da singularidade somática, uma “psique”, como estabelece

a norma como uma prescrição universal para todos esses indivíduos constituídos (FOUCAULT, 2006).

...também devemos ver a constituição efetiva do indivíduo a partir de certa tecnologia do poder; e a disciplina me parece ser essa tecnologia, própria do poder que nasce e se desenvolve a partir da idade clássica, que isola e demarca, a partir do jogo dos corpos, esse elemento historicamente novo, creio, que chamamos indivíduo (FOUCAULT, 2006, p. 71).

Desse modo o processo de individualização, de tornar-se indivíduo perpassa os processos de subjetivação que, por sua vez, se trata da sujeição às normas (FOUCAULT, 2014). O indivíduo não preexiste à função-sujeito, à projeção de uma psique ou à instância normalizadora, mas se constituiu através de mecanismos que enquadraram o corpo sujeitado. Assim, o indivíduo é resultante de algo que lhe é anterior, que vincula o poder político ao corpo, se caracterizando a partir da distribuição, exclusão, e retomada de um corpo-psiquê gerido pela instância normalizadora. O corpo foi subjetivado à medida que a função-sujeito se fixa nele, sendo psicologizado-normalizado (FOUCAULT, 2006).

Desse modo, o indivíduo é uma realidade fabricada pela tecnologia específica de poder disciplinar, mas também efeito e objeto de poder e saber. Assim, um indivíduo torna-se sujeito à medida que é assujeitado às normas por meio de modos de subjetivação, mas também de objetificação – tornado alvo de conhecimento, objeto a ser conhecido e problematizado -. Ainda de acordo com Foucault (2017), o modo de subjetivação e de objetivação não estão independentes, mas fazem parte de um processo recíproco e mútuo que dão espaço para a emergência dos regimes de verdade acerca desse sujeito que é também objeto de conhecimento.

...estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível. Trata-se em suma, da história da “subjetividade”, se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo (FOUCAULT, 2017, p.230).

É possível notar que há uma produção de indivíduo e de sujeito totalmente cerceado pelo dispositivo da sexualidade. “Trata-se de analisar a “sexualidade” como um modo de experiência historicamente singular, no qual o sujeito é objetivado para ele próprio e para os outros, através de certos procedimentos precisos de “governo”” (FOUCAULT, 2017, p.233). De acordo com Cardoso Jr. (2005), Foucault informa que a sexualidade é um dentre os modos históricos pelos quais o sujeito vai se constituindo enquanto tal. A sexualidade seria uma chave para o controle capilar dos corpos e subjetividades dos indivíduos, sejam eles considerados por

si mesmos ou enquanto agrupamento social (SOUZA; FURLAN, 2018). Foucault (2017) afirma a necessidade de interrogar sobre tal dispositivo, tendo em vista as condições que permitem, conforme as regras do dizer verdadeiro ou falso, reconhecer um sujeito ou fazer com que um sujeito reconheça a parte mais essencial dele próprio no que se refere à sexualidade.

Nesse sentido, à medida que estou propondo tecer um diálogo com Stella do Patrocínio, que tivera a vida atravessada por trinta anos de institucionalização em hospital psiquiátrico, onde produziu falatórios que muito nos dizem sobre o controle pelo saber-poder *psi*, é importante abarcar a imbricação entre os processos de subjetivação e objetivação que são atravessados pelo dispositivo da sexualidade, mas também marcados pelo saber-poder das ciências *psis* - como a psicologia, psicanálise e psiquiatria -. Sendo assim, quais sujeitos têm sido produzidos, objetivados e controlados, historicamente por tais ciências? E quanto à forma como o dispositivo da sexualidade vai se infiltrando no corpo de cada um desses sujeitos? Meu objetivo aqui não é exaurir essas questões, mas suscitá-las acerca do dispositivo da sexualidade que vem se proliferando de forma específica quando se trata dos corpos das mulheres, em suas intersecções, principalmente acerca da produção de sujeitas enlouquecidas, tornando-as corpos suscetíveis à captura pelos sistemas de controle, inclusive o saber-poder *psi*, como é o caso de Stella do Patrocínio.

No livro “*A hora da estrela*” (LISPECTOR, 1998, s/p via *kindle*), Macabéa teve seu destino traçado na morte como meio de alcançar sua hora da estrela. No Rio de Janeiro, cruzando a rua, Macabéa e seu corpo cariado, de aparência assexual, mas sensual, teve sua vida presa e encerrada por um atropelamento sem socorros. Stella do Patrocínio, ao invés de ter sido atropelada por um carro ao tentar atravessar uma rua também no Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, teve seu corpo e sua vida também atropeladas, mas por saberes e práticas *psis*, uma vez que foi presa e limitada ao longo de trinta anos em uma instituição psiquiátrica. Stella foi tornada sujeita “*doente mental*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 149), capturada pela objetivação das teias *psis*, mas não deixou de falar, gritar acerca de uma corporificação tornada “*categoria*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 69), de uma corporificação “*carregada de relação sexual*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 125).

Não são apenas cruzamentos de ruas entre Macabéa e Stella, mas de corpos e sexualidades aprisionadas, por vias distintas, através de enquadramentos normativos emaranhados em um biopoder, vidas tornadas não passíveis de luto, tendo como destino a morte, seja em uma rua qualquer do Rio de Janeiro, como Macabéa, seja em uma dependência qualquer de um hospital psiquiátrico, como Stella. Todavia, como afirmou Foucault (2018a) onde há poder, há também resistência, assim como toda norma é errante, como diz Butler

(2014, 2017, 2019a), com brechas para vazamentos ou furos. É a partir dessas brechas que Macabéa tinha seus sonhos sexuais e vive seus contentamentos proibidos, antes da hora da estrela, assim como, os falatórios de Stella do Patrocínio vazam os mecanismos de controle.

Assim, é necessário historicizar o dispositivo da sexualidade no contexto brasileiro e seus efeitos nos processos de subjetivação e objetivação das mulheres, principalmente se tratando das que tiveram sua vida atravessada pelo encarceramento psiquiátrico. É preciso não só historicizar, como evidenciar que o dispositivo da sexualidade atua de forma distinta no caso das mulheres, mas também de forma interseccional, considerando que esse dispositivo não emerge por meio de uma política sexual unitária (FOUCAULT, 2018a) e tem efeitos específicos a depender de quais mulheres estamos falando. Ou seja, por mais que Foucault contribua de forma significativa para o entendimento e problematização desse dispositivo, e sua relação com os processos de subjetivação, não é possível nesse trabalho me limitar a esse autor, principalmente considerando a realidade brasileira, o contexto em que os corpos de mulheres terceiro-mundistas, empobrecidas e negras estão inseridos e as opressões que as atravessam, como é o caso de Stella.

Aqui, proponho expandir a discussão proposta por Foucault e penso que o dispositivo da sexualidade deve ser evidenciado a partir de uma leitura interseccional. Assim, chamo para as pontes de diálogos que fui estabelecendo com Stella, as feministas negras e decoloniais. Para continuar esses falatórios em línguas e elucidar tais questões, no próximo tópico irei me ater ao histórico da relação entre sexualidade, loucura e os corpos das mulheres no Brasil.

2.2. ANDANÇAS HISTÓRICAS

Que nome dar a esta prisão?
Reformatório familiar? Zadruga de proprietários?
Base trabalhista? Quantos nomes para
uma coisa só: prisão.
Põem guardas na fronteira para a revolução não entrar...
(Jacinta PASSOS, 2010, p. 17)

O ano vivido é 2022, século XXI. Escrevo esse texto no contexto em que o Ministro da Saúde nomeia para a ocupação do cargo de Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, um psiquiatra defensor da eletroconvulsoterapia¹⁵, prática que nada tem de terapêutica, sendo utilizada, muitas vezes, como tortura. Narro esse fato em específico, no ano atual, mas desde 2016 vêm ocorrendo sucessivos retrocessos e golpes no que se refere aos

¹⁵ <https://site.cfp.org.br/entidades-da-psicologia-questionam-nomeacao-de-novo-coordenador-geral-de-saude-mental-do-ministerio-da-saude/>

avanços conquistados pela Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica (CRUZ, GONÇALVES; DELGADO, 2020), além dos ataques às mais diversas esferas no âmbito dos direitos humanos.

Dessa maneira, questiono: como uma instituição como o hospital psiquiátrico, já conhecida por suas práticas de violência e insalubridade (ARBEX, 2013; CFP *et al*, 2020), consegue permanecer presente até os dias de hoje? Mesmo com um processo de luta histórica e conquista de avanços da Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica, como é possível que a lógica manicomial se sustente e seja fortalecida na atualidade? E mais, qual a relação da expansão dos manicômios e a imposição de enquadramentos normativos referentes à sexualidade e ao gênero? São questionamentos pertinentes e que levam a necessidade de um retorno a apontamentos históricos como forma de compreender os movimentos do presente.

Tendo em conta a temática desta dissertação, considero importante me enveredar por caminhos históricos não só acerca da articulação estabelecida entre os corpos da mulheres, loucura e sexualidade, como também da história dos manicômios e da emergências dos saberes e práticas *psis* no Brasil. Dividirei minhas andanças históricas acerca da temática investigada nessa dissertação em três momentos: no primeiro momento, escrevo sobre a imposição histórica de regimes de saber-poder que colocam os corpos das mulheres como predispostas à loucura, sendo a sexualidade um elemento central no limiar entre normalidade e loucura e para a definição de um ideal de mulher moderna. No segundo momento, reflito sobre a emergência dos saberes *psis* e dos manicômios no Brasil, pensando sua vinculação com políticas eugênicas e coloniais baseadas no racismo e em um sistema sexo-gênero colonial. No terceiro momento, abarco brevemente os percursos da Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica brasileira, entendendo que a história não é linear, mas atravessada por descontinuidades, e, assim, evidencio a realidade atual que se configura pelo avanço das forças políticas ultraconservadoras e neoliberais em consonância com os ataques aos serviços públicos e fortalecimento da lógica asilar.

2.2.1. Mulheres, loucura e sexualidade: Uma história ainda pouco contada

Não pode responder que não possui ainda meios de expressão. Que fazer pra explicar que se acha enquadrada num novo e perfeito tempo? Não pode sequer dar meia-volta. Deve poupar-se conservando a forma. Não há como fugir. Ainda assim, para sua sobrevivência, será necessário explicar o que só a ela é permitido compreender. Puseram-na quadrada, certa, objetiva, no tempo novo, forte, mas ameaçado até por flores. Sim, Joana será vencida na curva de uma pétala. A palavra beleza, levada a sério, pode desconjuntá-la. E nuances, mesmo de cores, ou principalmente cores, seriam sua perdição (Maura CANÇADO, 2016, p.18).

O trecho acima faz parte do conto “No quadrado de Joana”, da escritora Maura Lopes Cançado, mulher, branca, rica, que tivera a vida marcada por repetidas internações no hospital psiquiátrico, o que refletiu em toda sua escrita. Nesse conto, Maura retrata a realidade de Joana, categorizada na catatonia, em um cenário entre muros manicomial, onde vive a tensão de seguir um olhar direcionado à retidão das linhas, fixas, rígidas, numa realidade quadrada, no “quadrado das horas”, permeada por corpos eretos, em um “novo tempo: nascido duro, sofredor”, e o medo ameaçador de recair nos desvios das curvas e de tudo que subverta esse ordenamento. Restam as inquietações e os questionamentos: seriam apenas sintomas de uma louca “catatônica”, esvaziada como sujeita pelo diagnóstico e/ou o revelar de um quadro clínico patológico de uma sociedade que tendeu/tende aos enquadramentos normativos que controlam de forma específica os corpos das mulheres? Joana revela o caminhar histórico de muitas outras mulheres invalidadas e tuteladas a partir dos rótulos de (des)razão e loucura, principalmente quando se trata dos “desvios morais” na esfera das sexualidades dessas.

É notório que ao longo da história houve um processo de naturalização da concepção de que as mulheres são predispostas à loucura, tendo suas práticas sexuais como algo central na distinção de quem viria a ser considerada “normal” ou não, distinção essa atrelada às transgressões no âmbito dos padrões normativos e morais vigentes (ENGEL, 1999; ROHDEN, 2001; SILVA; GARCIA, 2019). De acordo com Silva e Garcia (2019) a condição histórica de “ser louca” se relacionou ao julgamento de como a mulher vivenciava sua sexualidade. Assim, a loucura das mulheres foi remetida diretamente à dimensão das sexualidades, e era nas especificidades dos corpos dessas que ia se buscar sua etiologia (CUNHA, 1983).

... o saber alienista projetou a partir dessa imagem do corpo feminino a visão inquietante e turbulenta do seu espírito: nervosa, cíclica, excitável, presa fácil das paixões e desvios, de poucos pendores intelectuais, de sensibilidades a flor da pele e sujeita a todo tipo de perturbação da razão que, em última instância, decorriam da sua própria “instabilidade” corporal (CUNHA, 1983, p.130).

Segundo Magali Engel (1997), para Pinel, francês considerado fundador da psiquiatria, as mulheres eram irrecuperáveis quando relacionadas ao exercício não conforme da sexualidade, como devassidão, onanismo e homossexualidade, e a sua fisiologia específica estaria predisposta ao sofrimento mental – a louca – a partir da menstruação, gravidez e parto. “De acordo com os valores e padrões predominantes nos enfoques psiquiátricos do corpo e da sexualidade feminina a mulher estaria mais próxima da loucura do que o homem” (ENGEL,

1997, p.45). Sobre esse interesse não só da psiquiatria, mas da medicina no geral, em relação à diferenciação binária e hierárquica entre os homens e as mulheres, Fabíola Rohden (2001) afirma no livro: “*Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*”, que é ao longo do século XIX que a medicina passa a se preocupar mais intensamente com esses aspectos, tomando como objeto de estudo, focado nessa diferenciação, o corpo da mulher, atrelando-o à função sexual e reprodutiva.

Ao analisar as produções no campo da medicina ao longo do século XIX e XX, Rohden (2001) pontua que o argumento central em grande parte dos trabalhos girava em torno da distinção natural – como características físicas, morais e psicológicas diferenciadas e pré-determinadas - baseada na biologia e na predisposição dos “sexos”. Todavia, apesar de tais materiais se basearem em uma suposta natureza biológica e pré-determinada entre homens e mulheres, essa diferenciação mostrava-se também instável e passível de ameaças, a ponto de muitos médicos da época terem como preocupação central tentar impedir o rompimento das fronteiras entre os sexos, sendo necessária uma constante reiteração e manutenção dessa diferença (ROHDEN, 2001). “...esses homens de ciência vão se esmerar em tentar garantir que nada prejudique o rumo ‘natural’ dos acontecimentos, que teria como resultado final a geração de uma mulher bem preparada para assumir o papel de mãe e esposa...” (ROHDEN, 2001, p. 15).

Dessa maneira, Rohden (2001) constata que nos trabalhos no campo da medicina no período estudado na pesquisa citada acima, aparecem além dessa diferenciação binária que evidencia essencialismos e hierarquias entre homens e mulher, a presença de preocupações voltadas para as “desordens mentais”, quando ocorria o rompimento desse binarismo por parte das mulheres. Nessa produção médica editada no Brasil, a associação entre os órgãos genitais femininos e as perturbações mentais aparece sob diversas formas, desde a histeria até a loucura puerperal, é como se, por natureza, a condição de mulher atrelasse-se à patologia. Nesse sentido, foi notório o grande volume de teses voltadas para debates acerca de temas como a ninfomania, erotomania e a masturbação, e para o tratamento de doenças/perturbações como histeria e clorose. Importante acentuar que tanto a histeria quanto a clorose estavam totalmente associadas à vida sexual e reprodutiva das mulheres (ROHDEN, 2001).

O central nos estudos que lidam com esses assuntos é que os sintomas descritos – como a manifestação de revolta, de exagerada inteligência, desapego em relação à maternidade ou aos filhos e de desejo sexual fora dos padrões tidos como normais – são apresentados como tendo uma origem no mau funcionamento dos órgãos reprodutivos femininos. E para o tratamento desses problemas a ginecologia propunha soluções que iam da reclusão em hospitais de alienados até a cirurgia de extração de ovários, por exemplo (ROHDEN, 2001, p. 21).

Assim, a loucura nas mulheres aparece como algo geralmente na esfera do privado, permeada por questões associadas à predisposição fisiológica do corpo, às expressões sexuais desviantes e à relação com a família (CUNHA, 1989), logo, algo considerado ameaçador à ordem social, e devendo ser controlado, seja pela medicina, mas também pela religião e/ou pelo Estado. No Brasil, desde o período colonial, existiam tentativas de controlar as expressões sexuais das mulheres, vistas como uma ameaça ao equilíbrio doméstico, à segurança do grupo social e até mesmo a ordem das instituições civis e religiosas (ARAÚJO, 1997). De acordo com Maria Lugones (2014), a confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam como marcação para a sexualidade feminina como algo maligno, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, vistas muitas vezes como possuídas por tal figura. Segundo Araújo (1997), nesse contexto, existia uma forte pressão da igreja católica sobre o adestramento sexual das mulheres, sendo elas consideradas insaciáveis, pecadoras, que mereciam ser constantemente vigiadas.

A partir do final do século XIX, no processo de consolidação da República, surgem novas políticas de controle social e estratégias de disciplinarização dos corpos, a partir da disseminação de novos padrões morais norteadores para comportamentos afetivos, sexuais e sociais. Tais mudanças estiveram atreladas ao projeto “civilizatório” higienista brasileiro, de desenvolvimento urbano, de uma ordem burguesa e suposto progresso da nação, calcado em teorias eugenistas (ENGEL, 1997; 2001; ROHDEN, 2001). Nesse contexto, os saberes médicos psiquiátricos ganham força e se consolidam como aliados aos padrões normativos e morais, exigidos por esse projeto “civilizatório”, alicerçados por teorias científicas importadas da Europa como a Teoria da Degenerescência de Morel, o Darwinismo Social de Francis Galton e a Teoria do “Criminoso nato” de Cesare Lombroso (ENGEL, 2001), falarei mais detalhadamente sobre elas no próximo tópico.

Segundo Santos (2009) é a partir do século XIX que o campo da saúde mental no Brasil foi construído pelo saber psiquiátrico, caracterizado por discursos biológicos, a-históricos e por concepções científicas pautadas na objetividade e neutralidade. Dessa maneira, as tentativas de incorporar o gênero no âmbito da saúde mental, realizadas pelo saber psiquiátrico, articulam as mulheres às suas funções reprodutivas, como a gravidez, parto, puerpério e menopausa. Trata-se de uma concepção reducionista e biologizante da saúde mental das mulheres (SANTOS, 2009). De acordo com Barbosa, Dimenstein e Leite (2014), uma das primeiras teorias científicas que substituíram as explicações religiosas para a “loucura” das mulheres como mal ou possessão pelo diabo, foi a criação da histeria, derivada da palavra grega útero, o que condiz

com a histerização do corpo das mulheres, evidenciada por Foucault (2018a) como uma das estratégias utilizadas de produção de saber e poder acerca do sexo e do seu controle normativo.

Segundo Foucault (2018a), o ponto de fixação inicial de histerização da mulher e de suas manifestações sexuais foi aquela de família burguesa, sendo o dispositivo da sexualidade elaborado em suas formas complexas e intensas para e pelas classes dominantes, como maneira de constituir um corpo hierarquicamente superior. Assim, a classe burguesa se atribuiu um corpo blindado, que deveria ser protegido e cuidado, o que inclui a constituição de um determinado enquadramento de sexualidade como estratégia de se manter como referencial de corpo hegemônico. Desse modo, Foucault alerta que não houve uma política sexual unitária, ou seja, que existe uma sexualidade que emerge da burguesa, mas com efeitos distintos para as outras classes sociais: “Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos.” (FOUCAULT, 2018a, p.139).

É no decorrer do século XIX que o dispositivo da sexualidade, elaborado pela classe burguesa, vai se generalizando (FOUCAULT, 2018a), em conjunto com a noção de mulher ideal moderna, imbuída nesse dispositivo. Nesse sentido, a figura da “mulher ideal” moderna, de acordo com o projeto civilizatório, que seria sinônimo de saúde e higiene, através do seguimento de padrões como o da virgem, recatada sexualmente, restrita ao ambiente doméstico, ao casamento monogâmico e à função de mãe devota, é construída e alicerçada a partir de um tipo de mulher específica, que é a branca, burguesa. De acordo com Cunha (1989), tal idealização demonstra uma diferenciação entre aquelas mulheres brancas e de classe alta que poderiam ser consideradas saudáveis a partir dos enquadramentos normativos, das mulheres negras, proletárias, pobres, prostitutas, distantes desse “modelo de privacidade e bem-viver que a ‘boa sociedade’ criava para si.” (CUNHA, 1989, p.133).

Ademais, Cunha (1989) alerta que as figurações relativas à mulher idealizada segundo os padrões da medicina alienista e da ordem social são imagens datadas e dirigidas a um público particular, não seria um discurso dirigido às mulheres proletárias, da rua e ex-escravizadas. A quebra do modelo normalizado de comportamento feminino significaria sempre alguma forma de recusa ou resistência ao “papel natural” de mãe-e-esposa, representaria o fracasso do modelo idealizado da família, contra a pureza da saúde moralizadora. Havia (e há), assim, uma facilidade com que mulheres desviantes fossem enviadas para os manicômios (CUNHA, 1989).

Portanto, cabe aqui, ressaltar a existência de um sistema sexo-gênero colonial (LUGONES, 2014), que está totalmente articulado ao dispositivo da sexualidade, gerando diferenciação de efeitos a depender de quais corpos e quais mulheres estão sendo retratadas.

Maria Lugones (2020) em seu artigo “*Colonialidade e Gênero*”, analisa o sistema moderno/colonial de gênero a partir da ampliação da noção de colonialidade de poder de Quijano¹⁶(1998), incluindo uma crítica a tal autor no que se refere à não percepção de sua conformidade com o significado hegemônico de gênero.

Lugones (2020), argumenta que a organização de gênero em um sistema moderno/colonial se assenta no dimorfismo biológico, na organização patriarcal e na heterossexualidade das relações, atravessando não apenas a classificação racial, mas o controle e acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a intersubjetividade/subjetividade, inclusive a produção de conhecimento. A autora diferencia tal sistema a partir da divisão de dois lados: o lado visível/iluminado, que se refere à construção hegemônica do gênero e às relações de gênero, - voltado para homens e mulheres brancos/as, burgueses/as, atribuindo significado colonial/moderno ao que vem a ser homem e mulher - e o lado oculto/obscuro, que se refere às populações colonizadas que nem sequer chegam ao estatuto de homem e mulher, restringindo-se ao macho e à fêmea, seres animalizados.

Também é parte dessa história o fato de que só as mulheres burguesas brancas são contadas como mulheres no Ocidente. As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (LUGONES, 2020, s/p).

Desse modo, Lugones (2014) reforça a imposição de um sistema moderno/colonial de gênero a partir da colonização que atribui às populações colonizadas a animalização, principalmente quando se trata das mulheres colonizadas, especificamente as negras, indígenas, pobres, que são consideradas apenas como fêmeas, hierarquicamente inferiores aos homens e mulheres brancos/as. Ou seja, fêmeas a serem exploradas e violentadas, seja pela via do trabalho, seja pela via sexual.

Sendo assim, diferentemente dos enquadramentos normativos de gênero e sexualidade produzidos e impostos pela classe burguesa e que alicerçam o ideal de mulher moderna, tais enquadramentos, apesar de se alastrar por outras classes e outras mulheres, têm efeitos distintos quando se referem às mulheres negras, indígenas, empobrecidas, lésbicas, trans e com deficiência. Assim, considerar apenas o gênero e a sexualidade como categorias de análise não

¹⁶ Para Quijano (2005), a colonialidade de poder se configura a partir do sistema capitalista moderno/colonial e eurocêntrico, que se assenta na noção de raça, entendendo essa como uma invenção, em meados do século XVIII, para justificar a colonização e escravização de determinados povos e territórios.

seria suficiente, muito pelo contrário, seria reproduzir uma lógica de manutenção de violências em relação às mesmas, sob o pressuposto da “mulher universal” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2009).

Nesse sentido, Ramos (2022) com base na obra de Maria Clementina Cunha “*O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*” - uma análise dos prontuários e relatórios do hospital Juquery, no início do século XX -, afirma uma diferenciação na atribuição de diagnósticos com base na sexualidade das mulheres, quando se trata das mulheres brancas em relação às mulheres negras. Mesmo sendo específica à regulação da vida privada e principalmente a sexual, no caso das mulheres, a atribuição de diagnóstico psiquiátrico para as mulheres brancas era baseada na natureza, ou nos desvios de uma suposta natureza feminina. No caso das mulheres negras do Juquery e de outros asilos, havia uma condenação direta à degeneração (RAMOS, 2022). De acordo com Ramos (2022), mulheres como Stella, que exerciam sua sexualidade fora da moral cristã – impregnada inclusive nos e pelos saberes *psis* da época – foram situadas como corpos que ameaçavam os valores da família, havendo uma naturalização do caráter patológico, da “doença sexual” para essas mulheres.

Enquanto a vida sexual das mulheres brancas era fator primordial e decisivo para o diagnóstico da loucura, os *desvios* sexuais das mulheres negras não chamavam tanto a atenção clínica (o que não impedia que fossem motivo para internação), já que a degeneração racial e proximidade com o animal já as inserisse numa conduta dos instintos. (RAMOS, 2022, p. 31).

Um caso emblemático analisado por Rohden (2001), que faz refletir como o dispositivo da sexualidade atravessa de forma distinta corpos de mulheres negras, não só na esfera da psiquiatria, é o uso da cliteridectomia como forma de coibir o desejo sexual e masturbação, extraído do artigo de Victor de Amaral publicado no *Brazil-Medico*, em 1892. Trata-se do caso de Joanna Maria de Jesus, uma ex-escravizada com 18 anos de idade que havia sido internada no hospital da Misericórdia, em Curitiba. A moça era retratada como tendo uma “constituição fraca” e “inteligência obtusa”, ao ser examinada foi diagnosticada com vaginite crônica, e tendo o seu clitóris considerado como um tumor, foi submetida a alguns procedimentos médicos, resultando, dias depois, na amputação do clitóris. Após a extração do clitóris, Joanna recebeu alta e seu clitóris se tornou objeto de estudo, fotografado e publicado na referida revista.

Ainda sobre o caso acima, Rohden (2001) afirma que ao longo do relato do caso, é explicitada a relação desse suposto “tumor” com o excesso sexual e que esse foi o único registro encontrado de cliteridectomia. Portanto, é simbólico e representativo que o único dado encontrado sobre tal prática tenha sido aplicada no corpo de uma mulher ex-escravizada, corpo

esse tornado objeto de investigação de um saber-poder, hiperssexualizado e amputado. A partir da história de Joanna é evidente não só um processo de hiperssexualização e animalização desse corpo, como um corpo que é tornado público, disponível para quaisquer aplicação de práticas experimentais da medicina, principalmente quando esse corpo é de uma mulher que não enquadra nos ditames de enquadramentos normativos racistas e misóginos.

Nesse sentido, Angela Davis (2016) afirma que uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos, principalmente aqueles de poder econômico, possuíam o direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. Ademais, de acordo com Grada Kilomba (2019) e Lélia Gonzalez (2020), as imagens das mulheres negras remeterem historicamente a um reservatório para os medos da cultura ocidental, onde a “prostituta negra sexualmente agressiva” vêm representar as funções femininas que uma sociedade racista e misógina repudia: o corpo, a fertilidade e a sexualidade (KILOMBA, 2019).

Assim, retomando a discussão que inicia esse tópico, fica visível que por meio do processo histórico de reordenação das relações sociais e políticas republicanas no Brasil, as mulheres, a família e a população negra se tornam pontos cruciais de intervenção dos saberes, práticas e instituições disciplinares, como é o caso dos manicômios e da psiquiatria. Dessa maneira, há uma ampliação e alteração da noção de loucura para a “doença mental”, em que o limiar entre o normal e o patológico passa a ser tênue, e associado a padrões normativos e morais, justificados e reafirmados pelo poder da ciência (CUNHA, 1989). A mulher pensada como uma “rede de hormônios” teria em si mesma a culpa e o germe da loucura, logo, a intervenção psiquiátrica viria no sentido de contenção dos excessos ou ausências do bom regulamento psíquico-hormonal (SANTOS, 2009).

As principais áreas de intervenção da psiquiatria nas mulheres se localizavam nos comportamentos sexuais, nas funções fisiológicas do corpo, na figura de mãe e esposa, a partir de estratégias normatizadoras de ajustamento e controle social. Enquanto os diagnósticos de “doença mental” se concentravam na esfera da sexualidade, comportamentos sexuais “desviantes”, perda do senso moral e ausência/insuficiência de amor materno para as mulheres, para os homens, se relacionavam a esfera do trabalho, do provedor (ZANELLO, 2018).

De acordo com Engel (2001), no seu livro intitulado “*Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*”, onde aborda a questão da apropriação da loucura pelo saber médico psiquiátrico no Rio de Janeiro, relatando histórias reais de mulheres e homens que foram presas/os em manicômios no processo de consolidação da institucionalização da loucura, foi possível notar que das histórias de mulheres consideradas

“degeneradas”, loucas, que foram internadas, nos diagnósticos psiquiátricos de todas eram feitas referências aos aspectos fisiológicos, maternidade e expressões sexuais consideradas “anormais” e influenciadoras da loucura, como o fluxo da menstruação, exercício da sexualidade sem fins reprodutivos, ou “exacerbado”.

A partir do livro citado acima, a história de Barbara de Jesus, portuguesa, 67 anos, viúva e doméstica que decidiu casar-se novamente com um homem de 52 anos, considerado mais jovem (ENGEL, 2001), evidencia a influência dos padrões morais que permeavam as construções dos diagnósticos psiquiátricos, bem como a necessidade de controle desse corpo supostamente desviante, a partir da sua interdição e posteriormente institucionalização. “[...] Barbara revelaria não apenas uma sexualidade anormal – manifestando interesse sexual numa idade em que já não mais podia procriar -, mas também uma afetividade “distorcida, apaixonando-se por um homem incapaz de sustentá-la.” (ENGEL, 2001, p. 86). Outro caso emblemático e trazido por Rohden (2003), é o de M. J., mulher de 29 anos, branca, casada e múltipara, que foi internada na Casa de Saúde, em 1896, por manter relações sexuais fora do casamento, com mais de um homem, de classe social baixa. Internada, M. J. passou a sofrer de ninfomania e o tratamento imposto foi a curetagem uteriana, após essa intervenção, ela teve alta. Algum tempo depois, tais comportamentos considerados inapropriados no que se refere à sexualidade retornaram e M. J. foi internada novamente no Hospício Nacional dos Alienados, onde veio a falecer.

O controle das sexualidades das mulheres remete à manutenção e implementação de uma determinada ordem social burguesa colonial, considerada civilizada, baseada em hierarquias de poder, onde as mulheres consideradas enlouquecidas, degeneradas e transgressoras seriam ainda mais vigiadas, com seus corpos, desejos e expressões sexuais tuteladas, como forma de não desestabilizar tal ordem, nem “contaminar” aquelas “belas, recatadas e do lar”, e muito menos terem o direito de reprodução para não proliferar seres humanos degenerados, manchando uma população, como evidencia as teorias da degenerescência e eugênicas. Assim, no próximo tópico poderei me aprofundar na emergência do saber-poder *psi* em solos brasileiros e a fundação/fortalecimento dos hospitais psiquiátricos, como grandes depósitos de gente indesejada pela norma, em especial dessas mulheres consideradas enlouquecidas, ameaçadoras da ordem e dos bons costumes.

2.2.2. Os cemitérios das vivas¹⁷: moinhos movidos pelos ventos do Norte

Na seção Pinel, num pátio que ficavam os mais insuportáveis, dez por cento deles andavam nus ou seminus. Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande dos doentes aí recolhidos, a imagem que fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. É uma luz negra sobre as coisas, na suposição de que, sob essa luz, o nosso olhar pudesse ver alguma coisa. Ai é que há os berradores; mas como em toda parte, são os seus gritos que encham o ambiente (Lima BARRETO, 2017, p.168).

O primeiro manicômio fundado no Brasil foi o Hospício Pedro II, em 1852, no século XIX, no Rio de Janeiro. Até então, as Santas Casas de Misericórdia, de domínio da igreja, eram os espaços de recolhimento para todos/as/es aqueles/as considerados/as/es ameaça a lei e ordem social, como: leprosos, prostitutas, ladrões, loucos, vagabundos. Nesse período, o enclausuramento não estava associado à medicalização, nem a alguma patologia (ENGEL, 2001; AMARANTE, 2010), uma vez que muitos dos considerados/as/es loucos/as eram vistos/as/es nas ruas, coabitando o espaço da cidade, alvos de “piadas” e até mesmo injúrias grosseiras, ainda assim ali circulando na esfera pública (ENGEL, 2001). De acordo com Weyler (2006), os “loucos de rua” eram incorporados ao cotidiano da cidade e geralmente encontravam aceitação popular, povoando o cenário e o imaginário social. Muitos desses “loucos de rua” eram considerados figuras lendárias que podiam obter apreço ou ser motivo de riso, comumente não despertavam medo na população.

Nesse sentido, como a figura do/a louco/a se transforma em doente mental que deve ser encarcerado/a? E como os manicômios conseguem se firmar no solo brasileiro e encarcerar tantos corpos, por tanto tempo? E quais corpos são esses, tornados enlouquecidos, doentes e presos? Para responder a esses questionamentos é necessário contextualizar o tempo histórico de emergência dessa instituição articulada à importação dos saberes médicos, e em específico psiquiátricos, advindos do norte global. O século XIX no Brasil foi um período permeado por mudanças significativas, como a abolição da escravatura, os grandes movimentos migratórios e crescimento das cidades, despertando nas elites econômicas e políticas do período o temor do caos urbano, da criminalidade e inferioridade de uma população desviante dos padrões europeus (WEYLER, 2006). Assim, a partir das últimas décadas do século XIX, entre o final da Monarquia e o estabelecimento da República, os saberes científicos advindos do norte global

¹⁷ Em referência ao livro de Lima Barreto (2017) e à um dos falatórios de Stella contido no questionário médico disponibilizado na dissertação de Zacharias (2020, p.137), em que ao Stella ser indagada sobre o horário que dormia, a mesma afirma: “Durmo quando o cemitério já está cheio”.

vão sendo incorporados pelas elites intelectuais, e associados a um projeto civilizatório de modernização do país.

Nesse contexto do final do século XIX, a medicina foi convocada para participar do projeto de ordenamento do território urbano da transição do século, dando espaço para especialidades como a psiquiatria. De acordo com Morel – psiquiatra franco-austríaco - o saber médico seria responsável por fornecer respostas aos problemas sociais, morais e intelectuais humanos, alicerçadas em explicações com base nas lesões orgânicas e nos resultados de medidas profiláticas (FREITAS, 2018). Assim, o projeto civilizatório de modernização encontra na psiquiatria uma ferramenta de normalização, afinal, o ordenamento da vida em sociedade significava a regulação nos mais diversos setores sociais.

Segundo Foucault (2017), na virada do século XVIII e XIX, a psiquiatria atinge autonomia e prestígio por ter se inscrito no campo de uma medicina montada em reação aos perigos inerentes ao corpo social, os alienistas puderam debater acerca da origem orgânica ou psíquica das doenças mentais, além de propor terapêuticas físicas ou psicológicas com base na consciência como formas de tratar os perigos sociais. E quais “perigos sociais” seriam esses? A loucura associada a condições precárias de vida, como a promiscuidade, alcoolismo e libertinagem, além da percepção do/a louco/a como fonte de perigo para si, para os outros e para a descendência, por meio da hereditariedade (FOUCAULT, 2017).

No livro “*História da Loucura*” (2019), Foucault destaca que a partir da emergência do racionalismo, a loucura é capturada por um ideal cartesiano moderno de razão e transformada em doença mental passível de intervenção e docilização por parte dos saberes médicos. A rede de relações entre práticas, saberes e discursos que fundamentam a psiquiatria submete a figura do louco à norma estruturada pela razão e configura como regime de verdade o olhar psiquiátrico (FOUCAULT, 2019). Nesse sentido, segundo Foucault (2018b) foi através não só da codificação da loucura como doença, mas também da sua codificação como perigo – loucura como portadora de certo número de perigos inerentes -, que a psiquiatria pôde se constituir e se fortalecer como instituição de saber médico justificável.

De acordo com Foucault (2018b) a psiquiatria antes mesmo de se tornar uma especialidade da medicina, institucionalizou-se como domínio particular da proteção social, em combate aos perigos que a doença e os aspectos relacionados a essa viessem acarretar a sociedade. “Foi como precaução social, foi como higiene do corpo social inteiro que a psiquiatria se institucionalizou...” (FOUCAULT, 2018b, p. 101). Desse modo, a psiquiatria fez na medicina a higiene pública, fazendo o saber, a prevenção e possibilidade de “cura” da doença mental aspectos fundamentais para a precaução social, evitando os perigos decorrentes da

loucura. Para Amarante (2010), a designação do louco como um perigo social, inaugura a institucionalização da loucura pela medicina, bem como, o hospital ordenado por essa classe profissional, assim, a relação tutelar para com o louco torna-se um dos pilares de constituição das práticas manicomialis.

Ao atribuir ao louco uma identidade marginal e doente, a medicina torna a loucura ao mesmo tempo visível e invisível. Criam-se condições de possibilidade para a medicalização e a retirada da sociedade, segundo o encarceramento em instituições médicas, produzindo efeitos de tutela e afirmando a necessidade de enclausuramento deste para gestão da sua periculosidade social. Assim, o louco torna-se invisível para a totalidade social e, ao mesmo tempo, torna-se objeto visível e passível de intervenção pelos profissionais competentes, nas instituições organizadas para funcionarem como locus de terapeutização e reabilitação – ao mesmo tempo, é excluído do meio social, para ser incluído de outra forma em um outro lugar: o lugar da identidade marginal da doença mental, fonte de perigo e desordem social (AMARANTE, 2010, s/p via *kindle*).

Assim, as figuras até então consideradas loucas, que habitavam as cidades passaram a ser vistas como doentes mentais perigosos, que devem ser encarcerados (ENGEL, 2001; WEYLER, 2006). A loucura transformada em doença mental, já não se restringe aos personagens populares, mas a todos/as/es que desviassem de um padrão europeu de razão. O limiar da normalidade torna-se tênue e alicerçado por uma moralidade colonial cristã, da elite, branca, com uma roupagem científica.

O manicômio emerge não apenas como espaço que pretendia atingir a "cura" para aqueles/as com algum tipo de sofrimento psíquico, mas também um micro-universo das relações sociais, podendo significar a exclusão ou tentativa de normalização de pessoas que haviam rompido como os ditames sociais da época (COUTO, 1994). Ou seja, a instância psiquiatria que alicerça os muros manicomialis se articula a outras instâncias de controle já existentes como a família, a vizinhança e as casas de correções, como afirmaram Foucault (2006, 2018b) e Diva Moreira (1983). “A psiquiatria reitera essas instâncias, as atravessa, as transpõe, as patologiza, em todo caso ela patologiza o que poderíamos chamar de restos das instâncias disciplinares.” (FOUCAULT, 2018b, p. 128).

Assim, a fundação do Hospício Pedro II se deu a partir de argumentos da necessidade de existência de um espaço onde essas pessoas pudessem ser “tratadas” (ENGEL, 2001), como promessa de um mundo regulado que substituiria o caos da loucura pelo triunfo da razão (WEYLER, 2006). Segundo Weyler (2006), apoiado em um juramento de saúde do corpo social, o internamento nos hospícios se opunha à desordem urbana, à sujeira e aos desvios dos valores estimados pelas elites através da imposição de uma versão higiênica e disciplinada, capaz de restaurar no mundo da loucura a imagem da ordem almejada. O esforço civilizador

avança com a proclamação da República, multiplicando as iniciativas, especializações e instituições com objetivo de superar as “mazelas do progresso”, por meio da implantação e refinamento dos mecanismos de controle social (CUNHA, 1989).

Cabia, então, aos alienistas a tarefa de identificar e isolar os indivíduos nocivos e degenerados, passíveis de contaminar todo o corpo social com o vírus da desordem. Na tarefa de livrar a sociedade da degeneração, o alienismo serviu como instrumento para o combate ao crime, imposição de disciplinas para o trabalho e moral familiar e para a higiene social. Ao imprecisar a loucura, pela impossibilidade de um claro estabelecimento de seus limites, o alienismo permitiu a intensa patologização de todo e qualquer comportamento que escapasse às normas, incluindo diferentes segmentos sociais sob suspeita (WEYLER, 2006, p. 23-24).

No Brasil a ideia de um processo civilizador expressou-se no ideal de branqueamento da população ancorada numa suposta superioridade do branco europeu imposta inclusive através do conhecimento médico e científico (MACIEL, 1999). Uma das questões centrais nesse momento era a da miscigenação, Ramos (2022), afirma que apesar dos conflitos de narrativas entre os teóricos da degeneração racial e os defensores do branqueamento via miscigenação – sendo que os primeiros situavam a miscigenação como responsável pela produção de um tipo híbrido, inferior físico e intelectualmente, já os segundos, pregavam a miscigenação como forma de branquear a população como um processo de alcance civilizatório, respectivamente –, a problemática da nação se voltava para: “os povos não brancos e o que se fazer com eles agora que a dominação escravista perdeu sua vez” (RAMOS, 2022, p.28).

Desse modo, as teses das teorias raciais ocuparam um lugar crucial no pensamento e na ação dos médicos brasileiros preocupados com o destino da nação. Algumas questões eram tomadas como prova de que o cruzamento racial leva à degeneração como os casos de embriaguez, alienação, epilepsia e desobediência civil (WEYLER, 2006). Um dos nomes mais famosos que se debruçava nos estudos raciais e reunia três campos de saber-poder – psiquiatria, antropologia e medicina legal -, no final do século XIX, era o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, radicado na Bahia (RODRIGUES, 2015). Rodrigues influenciado pelos saberes produzidos por criminalistas italianos como Cesare Lombroso, Garófalo e Ferri, e, em específico pela teoria do criminoso nato, de Lombroso, estudava as relações entre raça e alienação mental, raça e crime e degeneração e crime no Brasil, partindo do pressuposto que as populações não brancas seriam selvagens, inferiores e predispostas à degeneração (RODRIGUES, 2015).

De acordo com Marcela Rodrigues (2015), a atuação de Nina Rodrigues dentro da Medicina Legal foi muito ampla, podendo ser localizada em diversos âmbitos que vão desde a organização sanitária até a psiquiatria forense. Nina Rodrigues se debruçava sobre casos de crimes, de loucura, de crenças religiosas, sempre na busca por aspectos que pudessem comprovar suas teorias sobre a inferioridade racial. Tal autor analisou diversos casos de delitos envolvendo negros e mestiços, nos quais os corpos, cabeças, mentes e história de vida dos sujeitos eram avaliados no intuito de desvendar as motivações de seus crimes (RODRIGUES, 2015). Para Rodrigues, não era apenas nos crimes que se percebia a degeneração dos negros, mas também por meio da alienação entre os negros e mestiços, e que muitas vezes, através da própria junção entre o crime e a alienação (RODRIGUES, 2015).

Nina Rodrigues, no seu livro “*As coletividades anormais*” (2006), chega a afirmar a articulação entre mestiçagem e a predisposição à alienação mental e ao desequilíbrio mental. Nesse direcionamento, tal obra aponta que o cruzamento de raças muito diferentes implicaria sempre na degeneração física e mental dos seus descendentes, e essa degeneração poderia se acentuar por influências externas, do ambiente, assim os mestiços seriam produtos híbridos fisicamente, mas também nas suas manifestações intelectuais e culturais (RODRIGUES, 2006).

Assim, populações negras e indígenas se tornam alvos centrais dos saberes médicos psiquiátricos e suscetíveis ao encarceramento não só nas prisões, como nos manicômios. As mulheres também se encontram nesse grupo, na medida em que aquelas que rompessem com as atribuições a elas destinadas segundo o sistema sexo-gênero-desejo eram enviadas, com frequência, para os manicômios, afinal representariam o fracasso do modelo idealizado da família, contra a pureza da saúde moralizadora (CUNHA, 1989). De acordo com Couto (1994), nas ciências médicas e *psis* o modelo de gênero feminino manteve a essência mítica herdada do colonialismo, mesclando-se com a visão científica eugênica. A relação entre a moral e o corpo feminino – branco - representava simbolicamente a Pátria: “A trindade somática-física-moral que caracterizava a mulher ideal, sendo sinônimo de normalidade era o reflexo do que deveria ser a nação, não só orgânica como moralmente, em prol da eugenia” (COUTO, 1994, p. 53).

Dessa maneira, os manicômios foram se expandindo fundamentados na importação de saberes do Norte Global atrelados ao racismo e em um sistema sexo-gênero colonial (LUGONES, 2014). Exemplos desses saberes são: a Teoria da Degenerescência de Morel e a Eugenia de Galton. Magali Engel (2001), evidencia a importação dessas teorias como fundamentais na expansão da psiquiatria e sua articulação com a patologização dos corpos desviantes, dentro de um contexto que buscava um projeto civilizatório, pautado em ideais colonialistas de urbanismo, higienização das cidades e instituições de controle.

A Teoria da Degenerescência surge a partir da obra “*Traité des Dégénérescences*”, de autoria de Benedict-Augustin Morel, publicada no ano de 1857. Tal teoria analisa a hereditariedade dos transtornos mentais, fortemente impregnada de uma perspectiva religiosa cristã, propõe que o homem teria sido criado perfeito por Deus e a degeneração, correlativa do pecado original, consistiria na transmissão via descendência das taras, vícios e traços mórbidos adquiridos pelos antecessores (PEREIRA, 2008). Em Morel a herança que se transmite através das gerações, não se restringe ao plano biológico, mas inclui dimensões morais e de comportamentos – virtuosos ou viciados. O abuso do álcool, alimentação insuficiente, meio social miserável, imoralidade dos costumes, conduta sexual desregrada, doenças da infância e a própria herança de uma carga de degenerescência seriam diferentes causas para a degenerescência, passível de ser herdada ou adquirida (PEREIRA, 2008).

As degenerescências seriam, portanto, o afastamento das características físicas desejadas - tais como altura, peso, formato do rosto e cor da pele - e, no âmbito moral, a não observância dos valores que a sociedade europeia do século XIX considerava universais e invioláveis. Esses desvios, transmitidos hereditariamente, formariam populações fracas do ponto de vista físico, intelectual e moral, e potencialmente perigosas para o progresso da humanidade, fazendo-se necessário seu conhecimento e controle pela ciência (FREITAS, 2018).

Em decorrência da teoria da degenerescência, muitos projetos de intervenção social de cunho higienista foram desenvolvidos, de modo a impedir a propagação da degeneração da raça. O tratamento profilático asilar seria uma dessas ações médicas específicas para amenizar as doenças que já se manifestavam no indivíduo de forma mais grave e que podiam ser tratadas (FREITAS, 2018). Assim, a tese de Morel, ao conjugar os aspectos físicos e morais, permitindo amplas interpretações, encontrou no Brasil terreno fértil para reformulações, e os estigmas degenerativos foram abusivamente utilizados como meio de reforçar a exclusão da população negra e indígena e manter os critérios de classificação e hierarquização da população, primando pela branquitude¹⁸.

O caráter social do conceito de hereditariedade fez com que o combate ao enegrecimento da população brasileira aparecesse sob uma roupagem de cientificidade (FREITAS, 2018). Segundo Cunha (1989), a teoria da degenerescência tornou-se um

¹⁸ Constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, fazendo com que os outros grupos apareçam como margem, desviantes e inferiores. Nesse sentido, a branquitude torna-se privilégio para os brancos no que se refere ao acesso a recursos materiais e simbólicos, resultante socialmente do colonialismo e imperialismo, sendo mantido preservado na atualidade (SCHUCMAN, 2012).

referencial que balizava toda a elaboração teórica e as formas de intervenção da medicina mental, através dessa, a amplitude alcançada pela psiquiatria como instrumento para intervir na sociedade vinha associada à defesa da família e reforçada pelas teorias da eugenia. Segundo Foucault (2018b), a degeneração se tornou uma peça teórica central na medicalização dos sujeitos considerados anormais, e, assim, a psiquiatria passa a exercer uma função de proteção e de ordem, bem como de defesa social generalizada através da noção de hereditariedade, tornando-se, também, uma ciência da proteção biológica da espécie (FOUCAULT, 2018b).

Dessa maneira, em diálogo com a teoria de Morel, os fundamentos eugênicos também se fizeram presentes nos solos brasileiros. A eugenia, termo que advém do grego significa “bem-nascido” - a ciência do ‘aprimoramento racial’-, fundada em 1883, pelo cientista britânico Francis Galton, primo de Charles Darwin (STEPAN, 2004). Galton imaginava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin também se aplicava aos seres humanos. Para ele, a eugenia era uma ciência que buscava entender as leis da hereditariedade, com o objetivo de aprimorar o que as raças possuíam de melhor, sejam essas características físicas ou mentais, e garantir “saúde” às próximas gerações (DEL CONT, 2008). A proposta eugênica insistia em procurar as origens das mazelas nos indivíduos e nos seus traços ou características consideradas inatas. Isso significava, portanto, que os indivíduos não se encontravam em uma situação de miséria devido às condições sociais, mas devido à proliferação de características inatas degenerativas que se espalhavam na população a partir da hereditariedade (DEL CONT, 2008).

A eugenia era um atrativo para uma elite convencida do poder da ciência para criar ‘ordem e progresso’ e incomodada pela composição racial do país. Segundo Maciel (1999), nas primeiras décadas do século XX, os pressupostos eugênicos forneciam uma explicação para a situação brasileira e indicavam um caminho para a superação dessa situação, condições de vida justificadas pelas condições biológicas. Melhorar a raça significaria sanar a sociedade de indivíduos indesejados, promovendo práticas para acabar com as características das próximas gerações. Baseada em um racismo científico e hierarquização racial, a eugenia forneceu bases pseudo-científicas para determinadas práticas sociais (MACIEL, 1999).

O Brasil não só ‘exportou’ a ideia como criou um movimento interno de eugenia, com suas especificidades (STEPAN, 2004). O termo no Brasil foi introduzido como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por Alexandre Tepedino, em 1914. Quatro anos depois, em 1918, foi fundada a Sociedade Brasileira de Eugenia, que obtinha na eugenia a considerada ‘solução’ para o desenvolvimento do país. Participavam desse movimento não só médicos, mas também engenheiros, jornalistas e muitos nomes considerados da elite intelectual brasileira.

Uma das maiores referências acerca da eugenia foi o médico Renato Kehl, fundador da sociedade eugênica de SP, em 1918. Defensor de políticas eugênicas negativas¹⁹ como a esterilização, afirmava a superioridade do branco europeu e a mestiçagem como fator de degeneração, estando a saída na eliminação dos considerados inferiores por meio do branqueamento da população e seleção qualitativa dos imigrantes (PEREIRA, 2008). Algumas das políticas defendidas pelo médico seriam a segregação de pessoas com deficiência, esterilização dos ‘anormais e criminosos’, regulamentação do casamento com exame pré-nupcial obrigatório, educação eugênica obrigatória nas escolas, testes mentais em crianças de 8 a 14 anos, regulamentação de ‘filhos ilegítimos’ e exames que assegurassem o divórcio, caso comprovado ‘defeitos hereditários’ em uma família (MACIEL, 1999).

Outro aspecto relevante a ser apontado é no que se refere às mulheres para os eugenistas, segundo Francescon (2017), a literatura acerca do movimento eugênico tem tratado as questões sobre mulheres, gênero e sexualidade apenas como uma questão de passagem, sendo que um dos temas centrais abordados por tal movimento foi a educação sexual e o controle sobre as funções da mulher e da reprodução humana. Ainda de acordo com Francescon (2017), a mulher ganhou papel fundamental no discurso eugênico, a fim de normatizar os comportamentos relacionados ao corpo e à sexualidade através da educação e da propaganda eugênica.

Afinal, para o movimento eugênico, as mulheres, em específico as brancas, seriam as responsáveis pela formação das futuras gerações, sempre conectando-a com a temática da família, matrimônio, maternidade, higiene do corpo, normalização da prole, controle do comportamento feminino e educação sexual (FRANCESCON, 2017). Uma famosa frase de Kehl pode evidenciar essa centralidade acerca das mulheres brancas associando-as ao lugar ou posição materna ao projeto de nação: “Dai-me mães, disse um estadista, e eu vos formarei uma nação superior a qualquer outra.” (Renato KEHL *apud* FRANCESCON, 2017, p.99) e na citação abaixo é possível notar a construção de um ideal eugênico de mulher:

A mulher deverá ficar sempre mulher deliciosamente mulher, inalterável ser feminino, isto é, uma instintiva e delicada criatura, flexível e vivaz, em que predominem, poderosamente, as qualidades de ternura, de bondade e graça. Não é necessário insistir na necessidade desta inclinação, porque jamais se alterará a especificidade da alma feminina. Não serão as deserções que se registram nas fileiras das jovens deste século agitado, que influirão sobre a natureza íntima do sexo genital. Tirante algumas excêntricas que se fazem “agômicas” a maioria mantém-se substancialmente

¹⁹ A eugenia negativa tinha como objetivo impedir a reprodução dos considerados seres não-eugênicos, a partir principalmente do controle da procriação e dos matrimônios.

dominada pelo instinto superior da maternidade (KEHL, 1935, p. 65 *apud* FRANCESCON, 2017, P.108-109).

Assim, os valores morais sobre o casamento e o sexo foram utilizados para legitimar o discurso eugênico, mas também para produzir uma imagem da mulher degenerada, aquelas não brancas, que tem uma vida sexual fora dos padrões instituídos pelo casamento e, por consequência de sua degeneração, não é capaz de criar seus filhos, o que se torna uma carga para o Estado. Somente as famílias que conseguissem manter um *status* social, que se adequassem minimamente aos moldes da classe média de poder aquisitivo e racial, estariam aptas à geração de filhos (FRANCESCON, 2017).

O caso da articulação da psiquiatria brasileira com a eugenia evidencia em quais parâmetros foram sendo implementados os manicômios e quais corpos vêm sendo controlados e aprisionados. Segundo Couto (1994), a psiquiatria brasileira foi influenciada pelas ideias eugenistas, transformando os limites da normalidade em critério de saúde social, que deveria ser defendida da degeneração. A Liga Brasileira de Higiene Mental é um exemplo da força do cruzamento entre pressupostos eugênicos. Fundada em 1922, por Gustavo Reidel (STEPAN, 2004), sustentava um programa de “arianização da raça brasileira” e de combate à mestiçagem (PEREIRA, 2008).

A Liga Brasileira de Higiene Mental firmava como objetivo promover a ‘nova’ psiquiatria para ampliar o escopo da profissão psiquiátrica na vida cotidiana e realizar um programa de higiene mental, particularmente para os pobres e os criminalmente insanos. Tal organização se preocupou com a delinquência juvenil, a prostituição, o alcoolismo, as doenças venéreas, a nutrição e a criminalidade, apresentando-se como uma organização profissional, científica e humanitária de par com a psiquiatria avançada do resto do mundo²⁰ (STEPAN, 2004).

Desse modo, é possível identificar um referencial de humano europeu branco burguês que se impõe como universal e hierarquicamente superior, ganhando espaço e repercussão na elite do Brasil com intuito de legitimar a branquitude em detrimento das populações negras, indígenas, pessoas com deficiência e todas aquelas que não estivessem de acordo com o padrão normativo colonial. Os saberes coloniais não só se colocam como verdade como manifestam poder, gerando efeitos na formação do pensamento social e na emergência e fortalecimento de práticas e instituições manicomiais.

²⁰ Nomes como Henrique Roxo e Antônio Austregésilo, além dos médicos e higienistas Miguel Couto, Fernando Magalhães, Carlos Chagas, Edgard Roquette Pinto, Afrânio Peixoto e Renato Kehl participaram dessa Liga.

Daniela Arbex, no seu livro “*Holocausto Brasileiro*”, sobre o Hospital Psiquiátrico de Barbacena – maior hospício do Brasil – afirma que desde o início do século XX, a falta de critério médico para as internações era rotina no espaço onde se padronizava tudo, inclusive os diagnósticos. Cerca de 70% das pessoas encaminhadas para esse local não tinham algum tipo de sofrimento psíquico, eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, negros, pobres, mendigos, pessoas sem documentos e todos que se rebelavam contra a ordem social. Nesse sentido, a teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. “Livrar a sociedade da escória desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar” (ARBEX, 2013, p.26).

É necessário elucidar que mesmo com a independência do Brasil, há uma transcendência do colonialismo histórico - que não deixa de existir a partir desse momento - dando espaço à colonialidade que perpetua as estruturas de poder e subordinação do sistema colonial. Desse modo, há um ideal de raça e um sistema sexo-gênero moderno/colonial (LUGONES, 2014) que é herdado pelo Brasil, refletindo na estruturação de instituições de controle e disciplina, como é o caso dos manicômios. Segundo Franz Fanon (1968), o mundo colonial é um mundo maniqueísta, não basta ao colono a coesão física, faz do colonizado um tipo de quintessência do mal, inimigo dos valores, mal absoluto. A partir disso, penso a inserção da psiquiatria como ferramenta de normalização colonial – reflexo do colonialismo - que endossa um ideal de humano às custas dessa concepção de inimigo: o doente, criminoso, patologizado, que deve ser internado, amarrado em camisa de força, dopado, receptor de eletrochoques, maltratado e depositado em locais insalubres, de violência, de deixar morrer.

Ademais, penso que o hospital psiquiátrico seria, não uma instituição isolada, mas a expressão de uma estrutura social colonialista. Coadunando com o dito, no artigo: “*Holocausto ou Navio Negreiro?*” (2018), a autora Rachel Passos problematiza que os manicômios não seriam “Holocaustos” - como afirmou Franco Basaglia ao visitar o "Colônia de Barbacena" -, mas na verdade Navios Negreiros. Ao elaborar a pergunta que titula o artigo, Passos (2018) afirma que é preciso questionar a atualização das práticas manicômiais, hoje expressas nas múltiplas ações do Estado que estão atreladas muito mais ao colonialismo do que ao holocausto, como é o caso da medicalização e patologização da vida, internação compulsória, esterilização coercitiva, higienização urbana e demais fenômenos. Desse modo, coadunando com Basaglia, Passos (2018) constata que as instituições de violência, como é o caso dos manicômios, são funcionais para a reprodução das desigualdades, opressões e controle dos corpos, comportamentos e subjetividades. O manicômio, para além de uma estrutura física, é social, afinal, ele está introjetado e é reproduzido nas relações sociais (PASSOS, 2018).

2.2.3. Por uma sociedade sem manicômios: Luta Antimanicomial, Reforma Psiquiátrica e a atualidade

É importante situar que apesar da instauração do modelo asilar ao longo da história brasileira e todos os aspectos que vem reverberando na atualidade através desse histórico manicomial, a partir do final da década de 1970 emergiu a Luta Antimanicomial e os primeiros passos na busca por uma Reforma Psiquiátrica. Para Amarante (2010) a reforma psiquiátrica é um processo histórico de formulação crítica e prática, visando o questionamento do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria, como também a elaboração de propostas transformadoras. Nesse contexto, a luta pela transformação do sistema de atenção em saúde está vinculada à luta dos demais setores sociais em busca da democracia plena e organização mais justa da sociedade (AMARANTE, 2010).

Assim, como marcos históricos dos movimentos acima é possível assinalar o ano de 1978, quando é fundado o Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM). O MTSM nasce com objetivo de constituir um espaço de luta não institucional, de debate e encaminhamentos de propostas de transformação da assistência psiquiátrica, envolta no acúmulo de informações, organização de eventos, reunião de trabalhadores, dentre outras atividades, e consolidação do pensamento crítico ao saber psiquiátrico, tornando-se fundamental no projeto da reforma psiquiátrica no Brasil (CABRAL; DAROSCI, 2019).

Ainda em 1978 ocorre o I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições, no Rio de Janeiro, com a participação de pensadores críticos da saúde mental como Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, Erving Goffman, dentre outros. Basaglia, em específico, ao proferir conferências em espaços diversos, além deste Congresso, marca sua influência no MTSM através do pensamento crítico, difundindo a psiquiatria democrática aqui no Brasil (AMARANTE, 2010).

A ocorrência do II Congresso de Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, em 1987, na cidade de Bauru-SP, é outro marco desses movimentos históricos. O evento contou com a participação não só de profissionais, mas de pessoas usuárias dos serviços de saúde mental e familiares. Neste evento surgiu a ideia de instituir o Dia Nacional da Luta Antimanicomial - 18 de maio-, o lema: “Por uma Sociedade Sem Manicômios!” e construção da Carta de Bauru, onde foi denunciada a violência de Estado que impõe e sustenta os mecanismos de produção da loucura, considerando o manicômio como um efeito da estrutura social que oprime. Nesse sentido, é estabelecido o compromisso com as mais diversas frentes

de luta pelos direitos humanos e redemocratização do país. Aqui, há uma preocupação não só com a estruturação de um “modelo” de atenção psicossocial e um novo lugar para a loucura, mas com a própria produção da loucura e seu enlace com uma estrutura social permeada por opressões.

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (BAURU, 1987, p.1).

Ainda em 1987, surge o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e as primeiras experiências dos serviços substitutivos e articulação entre saúde mental e atenção Psicossocial, um processo que envolveu dimensões sociais complexas, como a teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural²¹ (AMARANTE, 2007). Assim, em 1989, é dada entrada no Congresso Nacional do projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG), visando a regulamentação dos direitos das pessoas com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no Brasil. A lei só é sancionada 12 anos depois em 2001 – Lei 10.216, mais conhecida como lei da Reforma Psiquiátrica (AMARANTE, 2007; 2010; CABRAL; DAROSCI, 2019).

A Lei da Reforma Psiquiátrica dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo de Saúde Mental, todavia ainda não instituiu mecanismos elucidativos para a extinção dos manicômios. Desde a sua implementação e graças também à expansão da Luta Antimanicomial, muito foi sendo conquistado como a redução dos leitos em Hospitais Psiquiátricos, ampliação de acesso ao cuidado, criação de serviços na comunidade, abertura para a intersetorialidade e atenção primária. Instituiu, ainda, programas como: Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar (PNASH/psiquiatria), Programa de Volta para Casa, Programa Anual de Reestruturação da Assistência Hospitalar no SUS (PRH), os CAPS, Serviços de Residência Terapêuticas (SRTs), a estruturação e sofisticação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (CABRAL; DAROSCI, 2019; DELGADO, 2019).

Elaborei esse breve apanhado sobre a Reforma Psiquiátrica, Luta Antimanicomial e as grandes conquistas estabelecidas por esses movimentos ao longo dessa história, para retomar a época atual e os retrocessos que vem sendo implementados desde o ano de 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o avanço do neoliberalismo e dos grupos

²¹ Para mais informações consultar o livro Saúde Mental e Atenção Psicossocial (AMARANTE, 2007).

ultraconservadores (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020). Como afirma Delgado (2019), apesar das marchas e contramarchas envolvidas no complexo processo de reforma da atenção em saúde mental no Brasil, é a primeira vez em 35 anos, desde os primeiros passos da luta nos anos 1980, que é visível uma marcha para trás.

Chega-se ao Brasil atual, 2021, em que a Associação Brasileira de Psiquiatria propõe a retirada da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS). É implementada uma “Nova” Política Nacional de Saúde Mental (2019) elencando componentes que aumentam o financiamento de estruturas hospitalares/asilares ao mesmo tempo que contingencia recursos da atenção com base na territorialidade, como os CAPS e SRTs (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020). Soma-se aqui a reintrodução do Hospital Dia na RAPS - resgatando e valorizando as intervenções biomédicas -, instituição do CAPSAD IV, que nada mais é do que a busca por financiamento das comunidades terapêuticas e práticas de isolamento, além da reinstalação de ambulatórios hierarquizados e desarticulados²² (ONOKO-CAMPOS, 2019).

Outros aspectos que configuram retrocessos e políticas higienista e de encarceramento são: o lançamento da eletroconvulsoterapia como tratamento modernizado, dando ênfase a métodos biológicos de tratamento, “recomendação” da não utilização da palavra ‘substitutivo’ que designe algum serviço de saúde mental e da separação entre a política de álcool e outras drogas e a saúde mental e condenação das práticas de redução de danos (DELGADO, 2019). Há também o financiamento e fortalecimento das comunidades terapêuticas²³ pelo Estado, locais esses com registros de maus-tratos, tortura, sem infraestrutura, nem profissionais qualificados e de violações no que se refere ao gênero e sexualidades, como revela o Relatório da Inspeção Nacional em comunidade terapêuticas (CFP *et al*, 2018). Segundo Pereira e Passos (2017), as comunidades terapêuticas muitas vezes são acionadas para a internação compulsória de mulheres pobres, negras, travestis e transexuais, utilizando-se de medidas de caráter eugênico e higiênico associadas ao racismo, machismo e classismo.

Assim, se mesmo com os avanços da Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica temáticas acerca do racismo, gênero e sexualidades já eram negligenciadas, muitas vezes havendo reprodução de saberes e práticas opressivas dentro dos próprios serviços substitutivos (DETOMINI, RASERA, 2018; VASCONCELOS, 2015), em um contexto atual, como o evidenciado, essas problemáticas se tornam ainda mais agravadas e urgentes de serem

²² Mais informações sobre: Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

²³ “espaços privados e (na maioria das vezes) religiosos que têm se voltado para pessoas com demandas de álcool e drogas” (PEREIRA; PASSOS, 2017, p.111).

questionadas e combatidas. Afinal, quais corpos serão enviados aos cemitérios das vivas? Quais as posições ocupadas pelas mulheres, nas suas diversas intersecções, nesse cenário? Temos hoje um retorno à lógica da mulher higiênica, que deve se “guardar” para o casamento? Ou a uma lógica de caça às bruxas, às selvagens, às degeneradas feministas, às negras e indígenas desviantes da branquitude, às bissexuais promíscuas, às lésbicas que atentam contra a ordem natural da família hetero e dos bons costumes, às mulheres sem vagina? Uma lógica que envolve uma rede de dispositivos de normalização, de caça que aprisiona em manicômios ou comunidades terapêuticas, que patologiza, adocece e mortifica.

Reestabelecendo o diálogo com o tópico anterior, a colonialidade que paira no cenário político desde a invasão dos portugueses nas terras pindorâmicas, ainda é viva e perpassa a realidade do país, “meninos mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais” (FANON, 1968, p. 36). Esses mesmos meninos se tornaram homens e continuam ocupando cargos políticos e implementam políticas de morte, homens das ciências *psis* que diagnosticam e medicalizam corpos de mulheres, homens armados que ordenam entrada nas favelas e realização de chacinas, pastores que vestem azul e impõe sua ideologia binária e cissexista de gênero. Homens coronéis do agronegócio. Homens perpetuadores de regimes e normativas que violentam e estupram. Homens herdeiros de um colonialismo alicerçado em uma lógica manicomial que é racista, cissexista, heteronormativa e capitalista.

Desse modo, como afirma Fanon: “a verdade é que a colonização, em sua essência, se apresentava já como uma grande fornecedora dos hospitais psiquiátricos” (1968, p. 212). Assim, problematizar o manicômio e suas expressões significa abarcar as relações de raça, gênero e classe, é ultrapassar os próprios muros que compõem a formação social brasileira. Retornando à constatação de Rachel Passos (2018), os hospitais psiquiátricos no Brasil são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse em que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestarem sua existência (PASSOS, 2018).

3 STELLA DO PATROCÍNIO: PISTAS DE UMA VIDA

Figura 1 - Mosaico de fotos de Stella do Patrocínio



Descrição de imagem: A primeira foto, da direita, de cima para baixo, aparece Stella, aos 21 anos e trata-se de uma foto ampliada retirada da sua ficha de internação Centro Psiquiátrico Nacional – Hospital Pedro II, onde aparece apenas seu rosto. As demais fotos são do acervo do sobrinho de Stella, a que está posicionada ao lado da foto descrita, é Stella jovem, de vestido, em uma rua do Rio de Janeiro, antes da internação no hospital psiquiátrico, abaixo dessa, outra foto de Stella, ao lado da sua mãe, Zilda, na Colônia Juliano Moreira. A última foto, da esquerda, de cima para baixo, é Stella, sozinha, também no Juliano Moreira, com as mãos na cintura. Todas as fotos são em preto e branco. Fonte: Dissertação de Anna Carolina Zacharias (2020).

3.1. “EU VIM PARA FICAR. AQUI VOU ASSISTIR AO FIM DO MUNDO”²⁴

Como iniciar uma escrita sobre a história de vida de Stella do Patrocínio? O corpo que dá voz a falatórios - forma como Stella nomeava suas enunciações - transcritos e publicados no livro “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” (2001). Quem foi Stella? Uma mulher negra, empobrecida, considerada louca? Uma mulher aprisionada por 30 anos em instituição psiquiátrica? Qual a história dessa mulher, inclusive a história que não se restringe ao hospital psiquiátrico? Como seus falatórios são versificados em poemas e publicados em um livro póstumo? O que se pode ver a partir dos seus falatórios, classificados tantas vezes como delírios, sintomas de doença mental?

Quando conheci Stella, há alguns anos atrás, como relatei no início dessa dissertação, e tive acesso ao seu livro, além do impacto ao ler seus falatórios, dois aspectos me chamaram atenção: o primeiro refere-se as grandes lacunas biográficas. Na obra “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” só consta alguns rastros da vida de Stella, como uma pequena cronologia, se restringindo a reduzidas datações, algumas informações sobre sua família, e dados relatados pela própria Stella, como seu estado civil e ocupação. O resto das informações se limitam a dados voltados para o contexto de institucionalização, como o seu diagnóstico: “personalidade psicopática mais esquizofrenia hebefrênica, evoluindo sob reações psicóticas” (MOSÉ, 2001, p. 21), assim como, alguns hábitos e gostos demonstrados na instituição, como:

adorava leite condensado, coca-cola, biscoito de chocolate, maço de cigarros, caixa de fósforos e óculos de sol. Participava das atividades propostas. Não perdia a lucidez. Cuspia os psicotrópicos. Só era medicada quando ameaçava se jogar pela janela. Ficava bem sem medicação (MOSÉ, 2001, p. 21).

Viviane Mosé (2001), organizadora do livro, evidenciou desde a apresentação da obra, que pouco se sabia acerca do passado de Stella. Desse modo, poucas páginas foram destinadas ao resgate da história de vida da autora. Foi inquietante e desolador não só saber que grande parte da vida de Stella foi marcada pela prisão manicomial, mas além disso, não saber mais nada além de tais informações sobre ela. Todavia, conhecendo a história de outras pessoas que haviam passado por processos de institucionalização por longo período, como Stella, imaginei que sim, infelizmente era possível que poucos rastros ainda restassem da sua história de vida e dos seus vínculos, antes da institucionalização.

²⁴ Falatório publicado em 1º de agosto de 1991, numa matéria de jornal, sobre Stella do Patrocínio foi publicada em jornal, cujo título: “A veia poética da interna Stella do Patrocínio” (ZACHARIAS, 2020 p. 122).

Outro aspecto que me inquietou foi a falta de outras edições do livro. Na época que pesquisei sobre o livro, o mesmo se encontrava esgotado nas livrarias pesquisadas, nem conseguia ter acesso de modo virtual, apenas algum tempo depois, quando pesquisei novamente é que consegui obter o *pdf* da obra. Todavia fiquei me perguntando: Como é possível que mesmo com o avanço da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, a história de Stella e sua obra não sejam divulgadas e visibilizadas? Como é possível que mesmo após tantos anos se passarem, desde a primeira publicação desse livro, não haja mobilização para uma outra edição, mais atualizada?

Assim, ao me reencontrar com Stella e seus falatórios nessa dissertação, realizei novamente pesquisas na internet sobre ela, dessa vez de uma forma mais aprofundada, pude encontrar manifestações artísticas como o documentário "Stela²⁵ do Patrocínio, a mulher que falava coisas"²⁶, dirigido por Marcio de Andrade (2008), a peça "Palavra de Stela"²⁷ (2017), com adaptação e direção de Elias Andreato, sendo interpretada pela atriz Cleide Queiroz, e o álbum musical "Entrevista com Stela do Patrocínio"²⁸ (2007). Além disso, busquei materiais nas bases de dados acadêmicas como "Periódicos CAPES", "Pepsic", "Base de Dados de Teses e Dissertação", "Lilacs" e "SciELO", todavia poucos trabalhos foram encontrados e a maioria deles se utilizava da mesma fonte de informações organizada por Mosé (2001) na obra "*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*", ou do próprio prontuário de Stella.

Entretanto, a partir de um desses trabalhos, a dissertação de Anna Carolina Vicentini Zacharias, intitulada: "*Stella Do Patrocínio: Da Internação Involuntária À Poesia Brasileira*" (2020), um novo mundo acerca de Stella se abriu, assim como uma nova leitura da sua obra. Zacharias (2020) conseguiu fazer um resgate de muitos fatos inéditos da vida de Patrocínio, dentre os materiais utilizados pela autora, constam o prontuário médico-clínico de Stella, as gravações e transcrições disponíveis acerca dos falatórios, documentos que haviam sido perdidos e entrevistas com as pessoas citadas nos agradecimentos escritos por Mosé (2001). Zacharias (2020) conseguiu até mesmo encontrar e entrevistar um dos sobrinhos de Stella. Essa foi uma das principais fontes por meio das quais obtive informações sobre a história de Stella, inclusive contrastante com muitas informações expostas por Mosé.

²⁵ Como exposto na dissertação de Anna Zacharias (2020), ao encontrar o RG de Stella do Patrocínio foi possível constatar que a grafia correta do seu nome é com dois "l", diferentemente do que é exposto por Mosé no livro "*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*" (2001). Todavia, alguns dos trabalhos encontrados se utilizaram da grafia com apenas um "l" por terem se baseado como fonte principal a obra organizada por Mosé.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gAWuMgmFROo&t=1s>

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pSCjAXRqsw4>

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=atwV3JYVaXw&t=236s>

Quanto a vida de Stella, optei por me aprofundar principalmente nas pistas deixadas pela dissertação de Ana Carolina Zacharias (2020) e nos próprios falatórios de Stella. Todavia, quando necessário, irei me utilizar de alguns outros trabalhos e autoras que também forneceram dados importantes, para assim ir juntando os caquinhos acerca da vida e da obra de Stella que pude encontrar ao longo do meu trajeto de busca. Quero destacar também o trabalho de dissertação da autora Sara Ramos (2022), já explicitada anteriormente, que tive acesso há poucos meses, quando já estava em fase de finalização desse trabalho, todavia, foi imprescindível para repensar alguns aspectos e inserir alguns debates acerca da obra de Stella, que evidenciarei mais à frente

Dando continuidade ao exercício de ir catando e juntando os caquinhos, através de Zacharias (2020) conheci uma Stella para além do que Mosé (2001) apresenta em “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*”. Stella do Patrocínio nasceu em 9 de janeiro de 1941, no Rio de Janeiro. Filha de Manoel do Patrocínio e Zilda Francisca do Patrocínio, teve duas irmãs, Olívia do Patrocínio da Conceição (teve dois filhos, sobrinhos de Stella) e Ruth do Patrocínio, e três irmãos: Germiniano do Patrocínio, Antonio do Patrocínio e Carlos Chagas do Patrocínio²⁹.³⁰ Segundo Zacharias (2020), Stella do Patrocínio tinha família, fazia planos e circulava livremente pelas ruas. A partir da entrevista que realizou com um dos sobrinhos de Stella, o mesmo afirmou que a tia escrevia muito bem e com eloquência. Porém, mesmo estudando, ela não conseguia oportunidades além dos trabalhos como doméstica em casas de famílias, como é possível observar no trecho em que a autora Zacharias(2020) narra a entrevista realizada:

Durante essa conversa, esse sobrinho me contou que, desde menino, morava com a tia e com seus pais. De acordo com ele, Stella do Patrocínio era uma mulher bastante inteligente e dedicada. A autora escrevia assiduamente em um caderno, mas ele não se recorda se suas anotações eram estudos, processos criativos ou se eram cartas. De todo modo, segundo ele, a tia escrevia com bastante frequência e muito bem. Em suas recordações, Stella era uma boa tia, bastante carinhosa. Às vezes o levava à Escola Municipal México, localizada na Rua da Matriz, 101. Essa rua é transversal à Voluntários da Pátria, recebendo esse nome por iniciar bem em frente à Igreja Matriz de Botafogo. Caminhar desde a antiga casa de Stella até a escola leva cerca de 15 minutos. Ele ainda se lembra que a tia tentava, através dos estudos, ocupar outras funções empregatícias além daquela que exercia, como doméstica, o que nunca chegou a acontecer. As portas estavam fechadas para Stella do Patrocínio quando ela tentava outra fonte de renda. Segundo ele, essa dificuldade de, mesmo estudando, conseguir se desvencilhar dos serviços domésticos em casa de família, pode ter sido um fator desencadeador do que ele denominou “surto”. “Racismo, né?”, perguntei a

²⁹ Stella “era irmã caçula de Germiniano, Olívia, Carlos Chagas e Antônio, e irmã mais velha de Ruth do Patrocínio” (ZACHARIAS, 2020, p.31).

³⁰ Para mais informações sobre a árvore genealógica ver o trabalho de dissertação de Zacharias (2020, p. 191).

ele. Olhando meio de esguio, ele acenou com a cabeça que sim, em resposta (ZACHARIAS, 2020, p.180).

Assim, de acordo com os arquivos médicos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, o último emprego de Stella foi como doméstica em uma casa localizada na Urca, quando residia no apartamento dos fundos de um prédio de três andares em Botafogo (ZACHARIAS, 2020). Além disso, a própria Stella cita esse trabalho em um dos seus falatórios: *“Eu estava em lugares grandes iguais a este/A serviço a trabalho e a estudo/Sou profissional: lavo passo/ engomo encero cozinho/Estava em lugares grandes iguais a este/ A serviço a trabalho e a estudo/ Eu bacharelei no estudo/Estou aposentada de casa de família/Sou da Família/Sou familiar.”* (PATROCÍNIO, 2001, p. 71). Como também na parte do livro “Stela por Stela”: *“Eu trabalhava em casa de família/Fazia todos os serviços/Qualquer um serviço [...] Gostava porque era lavar passar encerar engomar cozinhar”* (PATROCÍNIO, 2001, p. 148).

Stella foi internada involuntariamente no ano de 1962, com 21 anos de idade, no Centro Psiquiátrico Pedro II (Engenho de Dentro, RJ), pela polícia civil, enquanto caminhava na Rua Voluntários da Pátria. (MOSE, 2001; ZACHARIAS, 2020; ZARA, 2014). Esse processo de encarceramento involuntário também é relatado por Stella em um dos seus falatórios:

Eu vim para Colônia porque eu estava andando na Rua Voluntários da Pátria ao lado do Luís, com um óculos, vestido azul, sapato preto, com uma bolsa branca com um dinheirinho dentro, porque eu ia pegar o ônibus e ia saltar na Central do Brasil, na Central do Brasil eu ia tomar uma refeição, ia tomar um ônibus na Central do Brasil que ia pra Copacabana, ia chegar em Copacabana, aí eu peguei o carro ainda na Rua Voluntários da Pátria com o Luis, ao lado do Luis, o Luis foi ao bar, eu estava ao lado do Luis, caminhando ao lado do Luis na rua Voluntários da Pátria, caminhando na Rua Voluntários da Pátria ao lado do Luís, o Luís entrou no bar, sentou na cadeira, tocou na mesa, falou com o dono do bar pra aprontar pra ele uma Coca-Cola e um pão de sal com salsicha, ele tomou a refeição sozinho, não pagou pra mim, nem eu pedi, nem eu disse nada, nem tomei dele, nem eu pedi a ele pra pagar pra mim, aí ele tomou, quando ele acabou nós saímos, eu perdi o óculos, o óculos pulou no chão, na Rua Voluntários da Pátria, eu caí por cima do óculos e óculos e eu ficamos no chão, aí veio, aí veio uma velhinha, na porta do apartamento dela, me levantou, disse que não tinha sido nada, pra mim parar de ficar chorando, aí veio uma dona me botou pra dentro do Posto do Pronto Socorro perto da Praia de Botafogo, e lá, eu dentro do Pronto Socorro, ela me aplicou uma injeção, me deu um remédio, me fez um eletrochoque, me mandou tomar um banho de chuveiro, mandou procurar mesa, cadeira, cadeira, mesa, me deu uma bandeja com arroz, chuchu, carne, feijão, e aí chamou uma ambulância, uma ambulância assistência e disse: “carreguem ela”, mas não disse para onde, “carreguem ela”... ela achou que tinha o direito de me governar na hora, me viu sozinha, e Luís não tava mais na hora que o óculos caiu, eu não sei pra onde ele foi, porque eu fiquei, de repente, de repente, eu fiquei sozinha, ele sumiu de repente, desapareceu e não apareceu mais, mas aqui, depois que eu estou aqui, ele veio aqui, já veio aqui, já foi embora, tornou a vir, tornou a ir embora, o Luis, o Luis é meu amigo, aí me trouxeram pra cá, mandou:

“carreguem ela”, deu ordem, “carreguem ela”, na ambulância, “carreguem ela”, carreguem, me trouxeram pra cá como indigente, sem família, vim pra cá, estou aqui como indigente, sem ter família nenhuma, morando no hospital, estou aqui como indigente, sem ter ninguém por mim, sem ter família e morando no hospital. (PATROCÍNIO, 2001, p. 48-49).

Após quatro anos encarcerada no Centro Psiquiátrico Pedro II, em 1966, Stella foi transferida para a Colônia Juliano Moreira (RJ), onde foi alojada no Núcleo Teixeira Brandão. A colônia era um local para onde eram enviados os “doentes” considerados crônicos - que não iriam “melhorar”- ou aqueles considerados indisciplinados, como forma de punição (LOUGON, 1993, p. 153 *apud* ZARA, 2014, p. 82), um espaço onde se deixa morrer. Segundo Zacharias (2020), ao entrevistar os profissionais que trabalharam na colônia entre os anos 1980 -1990, o perfil social descrito por eles acerca das mulheres que eram ali internadas mostrava que se tratavam de “negras ou nordestinas e com baixa escolaridade” (p.72). Ou seja, Stella era enquadrada no perfil acima citado e foi capturada por longos trinta anos, até sua morte, obtendo quatro diagnósticos diferentes: “personalidade psicopática mais esquizofrenia hebefrênica (1962), Síndrome Esquizofreniforme (1973), Esquizofrenia do tipo residual e Estado Paranoide Simples (1991)” (ZARA, 2014, p. 101).

Durante o período de institucionalização, apesar de afirmar em um dos falatórios que *“Eu sou indigente/Não tenho ninguém por mim não”* (PATROCÍNIO, 2001, p. 151), Zara (2014) afirma que os amigos e suas irmãs Olívia do Patrocínio da Conceição e Rute Aparecida do Patrocínio vinham vê-la no Juliano Moreira. Todavia, o falatório de Stella podem apontar que seus familiares e amigos deixaram de visitá-la com o passar do tempo (ZARA, 2014), como a mesma diz: *“Minha família era a família que se garantia/ E sumiu de repente desapareceu mudou”* (PATROCÍNIO, 2001, p.130).

Assim, além dos vínculos familiares que foram desaparecendo, como disse Patrocínio acima, Zara (2014) ao analisar seu prontuário, encontrado no Instituto de Saúde Mental Juliano Moreira, afirma que, ainda em 1988, ela recebia raras visitas informalmente, assim como, costumava sair, também informalmente, quando tinha licença oficial. Todavia eram saídas de curta duração – diária, período de festas, no máximo 15 dias -, não costumava dormir fora da unidade, nem fugir. Embora, em seu prontuário também conste tentativas de fuga do local no início da sua institucionalização, duas em novembro de 1963, e duas em 1965 (ZARA, 2014).

Fico pensando o quão é representativo que as tentativas de fuga tenham sido logo no início da internação e posteriormente não haja mais registros, inclusive nos anos finais da sua vida ela chegava a sair informalmente, por meio de licença da própria instituição, mas sempre voltava. Como uma pessoa por tanto tempo presa em regime manicomial consegue voltar a

conviver fora desses muros, sem uma rede de apoio? Fugiria para onde? Quais as perspectivas? É representativo também que a medida que as tentativas de fugas no início da institucionalização cessam, passam a constar as tentativas de suicídio já nos últimos anos da sua vida. No prontuário de Stella há registro de duas tentativas de suicídio, uma em 1988 e outra ocorrida em 21 de janeiro de 1991, mas não se abarca muito sobre essas tentativas, apenas sobre a última em que ela permaneceu sentada na sacada da varanda do segundo andar do pavilhão 2, no Núcleo Teixeira Brandão, ameaçando se jogar dias antes da tentativa (ZARA, 2014). Ou seja, depois de mais de vinte anos institucionalizada parece que a fuga já não era mais uma opção para ela, diferentemente do suicídio.

Outro aspecto que Zara (2014) traz, ao analisar o prontuário de Stella é que: “Consta também que Stela não tinha animais de estimação e não houve informação sobre qualquer atividade sexual” (2014, p. 94). Ou seja, no que se refere à sexualidade e aos vínculos não restritos à família de Stella, não foram encontrados registros institucionais. É importante notar que em alguns trabalhos encontrados foi exposto que na Colônia Juliano Moreira, entre as décadas de 1980-1990, houve um processo de maior “abertura” no sentido de permissão para que alguns internos pudessem sair temporariamente, tendo acesso à cidade e à população local, mesmo período em que consta as saídas informais de Stella, como citado acima.

De acordo com Casassola (2008) *apud* Zara (2014), os principais caminhos percorridos por quem saía temporariamente do CJM, era visando a compra de doces e salgados e o namoro, entretanto em relação a esse último a autora especifica que seriam principalmente os “pacientes masculinos”. De acordo com Zacharias (2020), por meio de entrevistas com profissionais que trabalhavam no CJM, neste período, foi revelado também que ocorriam relações sexuais entre pacientes de diferentes núcleos e até mesmo entre pacientes e funcionários. Desse modo, mesmo não sendo encontrados registros institucionais referente à sexualidade e aos vínculos afetivo-sexuais de Stella, há vários dos seus falatórios que abordam esse aspecto. Nesse sentido, as lacunas biográficas, contidas nos registros institucionais, dizem muito de estratégias de controle dos corpos de mulheres no mesmo contexto que o de Stella, mas deixarei para me aprofundar nessa questão mais à frente.

Uma outra pista importante encontrada acerca de Patrocínio é que mesmo sendo alfabetizada e com escolaridade secundária, apenas em 1973 essa questão é registrada no “Levantamento Psico-Sócio-Econômico”, documento que consta no seu prontuário. Zara (2014) revela que esse foi o primeiro registro em que houve a atribuição da escolaridade secundária de Stella, diferente de sua ficha médica do anos 1960. Esse fato coaduna com o apontamento levantado por Zacharias (2020), ao consultar a carteira de identidade de Stella, -

que até então era um documento considerado perdido, mas atualmente encontrado no DETRANRJ-. A autora verificou que no lugar da assinatura, Stella havia carimbado o polegar, utilizado no RG de analfabetos, mesmo sabendo ler e escrever.

Ademais, de acordo com Zara (2014) a partir da análise do prontuário de Stella, na “Ficha de Avaliação de Pacientes”, na parte reservada para “Diagnósticos Psicossocial”, o médico registra que Stella do Patrocínio teria condições clínicas e jurídicas para possibilidade de alta, mas não no que se refere ao “social” e “psiquiátrico”. A partir dessa e das informações acima, fica evidente a presença e sobressalto dos quesitos raciais e de classe para atribuição de diagnósticos e “perfis” enquadrados para permanecerem em manicômios como o Colônia Juliano Moreira, pelo resto da vida. Não à toa outro aspecto de grande relevância que trouxe Zacharias (2020), foi o encontro entre Stella e sua mãe, Zilda, como internas, dividindo o mesmo espaço no Núcleo Teixeira Brandão - CJM.

Diferentemente do que afirma Mosé (2001), que a mãe de Stella já havia sido internada no Núcleo Teixeira Brandão e conseguiu sair antes que a filha desse entrada no hospital, Zacharias (2020) a partir da entrevista com o sobrinho de Stella, afirma que as duas se encontraram no manicômio e conviveram por ao menos 10 anos, durante os anos 1980. Zilda morreu nessa mesma instituição, sendo enterrada, sem nem sequer a família ter sido comunicada. O sobrinho de Patrocínio relata que se recorda de uma das visitas realizada com a mãe, ao perguntarem por Zilda, serem avisados sobre sua morte, entretanto não souberam nem onde o corpo foi enterrado. Zilda Francisca do Patrocínio foi enterrada como indigente.

O sobrinho também relata que, embora não saiba precisar a data, Zilda morreu sem que a instituição avisasse os familiares. Sendo assim, quando ele, já adolescente, chegou com a mãe para as visitas cotidianas, ambos souberam da morte de Zilda. Na ocasião, ela já havia sido enterrada, não se sabe onde, mas provavelmente no cemitério de Inhaúma ou Pechincha, por serem os cemitérios que mais receberam corpos de internos da CJM (ZACHARIAS, 2020, p. 190).

Como Zilda, Stella faleceu em 20 de outubro de 1992, às 01h10min, com 51 anos, também nas dependências da Colônia. Na sua certidão de óbito consta: “Parada Cardiorespiratória, Carcinoma mamário e Diabetes mellitus”. Stella era diabética, sofreu uma queda em 30 de julho de 1991 e machucou o pé esquerdo. Esse machucado infeccionou e se alastrou, comprometendo toda a sua perna esquerda, que foi amputada. Posteriormente, adquiriu uma infecção pós-cirúrgica em decorrência da amputação e não resistiu. Stella foi enterrada como indigente no cemitério de Inhaúma - RJ. Depois de um tempo, seu corpo foi cremado e jogado fora, assim como o de sua mãe.

O próprio modo como Stella do Patrocínio morreu confirma essa visibilidade efêmera. A poeta foi encaminhada ao cemitério de Inhaúma. Como verifiquei em minha busca por informações sobre a morte da autora, os corpos eram guardados por até três anos no cemitério onde foi enterrada como indigente. Na ausência de familiares pagando por um espaço, tais corpos eram tirados das gavetas, cremados e dispensados, sem direito a placa ou túmulo (ZACHARIAS, 2020, p. 110).

Apesar desse fim de vida, Stella veio para ficar, para marcar, para desmarcar, para falar, elaborar falatórios, transformar o silêncio ensurdecido das paredes do manicômio em fala, voz, grito. De lá, ela pode ter visto o fim de mundo, não só do seu mundo, do mundo que planejava antes de ser aprisionada, dos laços familiares e talvez amorosos, afetivo-sexuais – quem sabe? –, mas também deixa rastros de sua passagem, fazendo ver a necessidade do fim desse mundo-manicômio. Um mundo-manicômio enquadrado pela opressão e captura de corpos transformados em “carne mais barata do mercado” (SOARES, 2002), transformados em corpos que não importam, vidas ininteligíveis, não passíveis de luto, que, quando não morrem de morte matada, morrem de morte morrida, por infecção generalizada nas dependências de um hospital psiquiátrico. Um espaço infectado por bactérias ditadas pelas opressões, que corroem a carne, a vida, se alastraram pelo corpo, que fez morrer tantas Zildas, Stellas... “Sem direito a placa ou túmulo” ... ou choro.

3.2. “PROCURANDO GRAVAR O FALATÓRIO TODO”³¹

Ao ter acesso e ler o livro “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” (2001), de Stella do Patrocínio, deparei-me com uma autora que não havia escrito aqueles poemas, mas falado. Descobri que a obra de Stella foi publicada apenas após a sua morte, sendo decorrente das gravações e transcrições de seus falatórios, a partir da interlocução com a artista plástica Carla Guagliardi e a psicóloga Mônica Souza.

Embora Stella tenha sido aprisionada no hospital psiquiátrico em 1962, seus falatórios só começam a ser gravados e considerados poesia, a partir da década de 1980, quando a colônia Juliano Moreira passou por processos de mudanças viabilizadas pela Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica (ZACHARIAS, 2020). Nesse contexto, a artista plástica Neli Gutmacher foi convidada pelas psicólogas do Núcleo Teixeira Brandão, Denise Correa e Marlene Sá Freire, para realizar atividades artísticas com as internas. O projeto nomeado “Projeto de Livre Criação Artística”, iniciou em 1986, com objetivo de despatologizar a arte e previa a realização de

³¹ Falatório que consta na página 138, do livro “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” (2001).

atividades artísticas com materiais diversos no Núcleo, além de promover passeios como ida a museus e ao zoológico, festas no espaço institucional e exibição de filmes (ZACHARIAS, 2020).

Gutmacher convidou dois estagiários para auxiliá-la no projeto: Carla Guagliardi e Marcio Rolo. Foi a partir do encontro entre Guagliardi e Stella do Patrocínio que os falatórios dessa foram pela primeira vez gravados e considerados poesia. Segundo Carla, em entrevista concedida a Anna Zacharias (2020), Stella não costumava realizar as atividades propostas nas oficinas, e, quando ia, era para ficar conversando a partir dos seus falatórios.

Assim, os falatórios de Stella foram gravados pela estagiária no período de atuação do Projeto de Livre Criação Artística, entre 1986-1988. Tais falatórios advêm de diálogos tidos com a estagiária Carla Guagliardi e ganharam destaque do ponto de vista poético-filosófico. Segundo Zacharias (2020), Guagliardi pode ser considerada uma coautora, afinal, o que se tem como poemas de Stella, na verdade provém dos seus falatórios, escutados e gravados por Guagliardi, com a autorização daquela. Há também registros de trechos dos seus falatórios em alguns dos seus prontuários, todavia documentados pelos profissionais como delírios (ZARA, 2014; ZACHARIAS, 2020), só tendo destaque a nível da sintomatologia, ou seja, seus falatórios eram ouvidos sem serem escutados.

Para finalizar o Projeto, foi organizada uma exposição cujo nome era “O Ar do Subterrâneo” (1988), no Museu do Paço Imperial. Em tal exposição Guagliardi expôs, a partir das gravações dos falatórios de Stella, alguns trechos transcritos em tiras datilografadas.³² Após o fim do Projeto de Livre Criação Artística, por quase três anos não houve gravação dos falatórios de Stella. Apenas em 1990, esse trabalho é retomado com a estagiária em Psicologia Mônica Ribeiro de Souza, supervisionada pela psicóloga Denise Correa, que ali permaneceu por um ano.

Mônica Souza tinha, dentre os objetivos do estágio, realizar buscas acerca da história das mulheres que haviam exposto suas produções na exposição do Paço Imperial (1988), como foi o caso de Stella. Sobre o trabalho realizado com Stella, Mônica afirmou em entrevista: “... ela era muito autônoma. Se ela queria conversar, ela conversava. Às vezes eu queria gravar, mas ela não queria e pronto. Ou, ainda, no meio da conversa, ela se levantava, saía, ia embora,

³² Importante destacar, como alerta Zacharias (2020), apesar de Stella ter feito parte da Exposição, seu nome não constava na divulgação do evento, enquanto as outras 9 mulheres que também expuseram suas produções eram apenas referenciadas como “pacientes participantes”, apenas com o primeiro, sem sobrenomes, diferentemente das coordenadoras das oficinas.

‘chega por hoje, não quero mais’” (SOUZA, 2018, em entrevista para ZACHARIAS, 2020, p. 114).

Com o final do estágio, Mônica organizou um livro reunindo as transcrições dos falatórios em versos. Foi a primeira a estruturar tais falatórios em formato de poesia, intitulado “*VERSOS, REVERSOS, PENSAMENTOS e algo mais...*”. Tal material se encontra atualmente no acervo do Museu Bispo do Rosário. Souza buscou mais informações sobre a história de vida de Stella, chegou a verificar os endereços de possíveis familiares, mas não conseguiu obter resultados (ZACHARIAS, 2020).

Após o falecimento de Stella, os materiais gravados e transcritos foram organizados em formato de livro pela filósofa Viviane Mosé que tivera acesso aos seus falatórios por meio do músico e compositor Cabelo (Rodrigo Saad), artista que utilizava trechos dos falatórios de Stella em seus shows, trechos esses que ele conheceu a partir da exposição no Paço Imperial (1988) (ZACHARIAS, 2020). Através de Cabelo, Mosé pôde entrar em contato com Carla Guagliardi e os materiais referentes à Stella do Patrocínio.

O resultado do encontro entre Guagliardi e Mosé foi a publicação do livro de poemas intitulado *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* pela editora Azougue em 2001. Entretanto, para organizar a obra, Mosé precisou realizar uma pesquisa na CJM, onde teve acesso aos prontuários médicos de Do Patrocínio, levantou outras informações sobre ela e consultou, no Museu Bispo do Rosário, o relatório de estágio de Mônica Ribeiro de Souza, aquele no qual o livro datilografado, *VERSOS, REVERSOS, PENSAMENTOS e algo mais...*, (1991) foi anexado (ZACHARIAS, 2020, p.126).

Desse modo, Mosé a partir do acesso aos documentos referentes a Stella conseguiu organizar e publicar o livro “*Reinos dos bichos e dos animais é o meu nome*”, em 2001, pela editora Azougue. Mosé optou por dividir o livro em 8 partes: “Estrela”, onde o diretor do Museu Bispo do Rosário, Ricardo Aquino, relata de forma breve alguns poucos fragmentos da vida de Stella na instituição e o processo de organização do livro; “Apresentação: Stela do Patrocínio – uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica” escrito por Viviane Mosé, constando algumas informações sobre a vida de Stella, principalmente dentro da instituição, o trajeto de organização do livro, as fontes utilizadas e situando aquela poética no contexto literário; as demais partes: “Parte I: Um homem chamado cavalo é meu nome”, “Parte II: Eu sou Stela do Patrocínio, bem patrocinada”, “Parte III: Nos gases me formei, eu tomei cor”, “Parte IV: Eu enxergo o mundo”, “Parte V: A parede ainda não era pintada de tinta azul” e “Parte VI: Reino dos bichos e dos animais é o meu nome” trazem os falatórios de Stella versificados em poemas e organizados de acordo com os critérios estabelecidos por Mosé, expostos na apresentação do

livro de Stella. Ao final do livro ainda há o capítulo “Stela por Stela”, constando a transcrição de um diálogo entre Stella e Carla Guagliardi, em formato de entrevista, assim como, uma breve cronologia de sua vida e um parágrafo sobre Mosé.

Ademais, Mosé (2001) na obra *“Reinos dos bichos e dos animais é o meu nome”* (2001) chega a pontuar sobre o “hiato” existente entre fala e escrita, considerando tal livro como uma transposição: “o que foi uma fala aparece aqui como escrita. Tratam-se de universos distintos e que permanecerão distintos. [...] A fala não pode ser desvinculada do som, da tonalidade, da musicalidade que a acompanha. [...] entre a fala de Stela e este livro, existe e existirá sempre um hiato.” (p. 26). Entretanto, é imprescindível ter em mente o que alertam e problematizam tanto Zacharias (2020), quanto Ramos (2022), em suas dissertações, acerca da considerável discrepância entre a oralidade dos falatórios de Patrocínio e suas transcrições versificadas por Mosé e publicados na obra em questão.

Zacharias (2020) alerta principalmente sobre a forma como não só a apresentação de Stella no campo literário como a escolha de organização dos falatórios em poesia acabam por continuar aprisionando o corpo de Stella a instituição psiquiátrica e a construção de uma figura que pudesse se encaixar no mercado literário. Coadunando com Zacharias (2020), mas indo além, Ramos (2022) afirma que a estratégia empregada na organização e publicação da obra *“Reino dos bichos e dos animais é o meu nome”* (2001) está envolta em um ocultamento da interlocução envolvida nos falatórios de Stella, escondendo a relação dispare de poder entre Stella, como interna, e as suas interlocutoras, não internas, e o contexto de contra-fala dessas duas últimas. Ainda de acordo com Ramos (2022), na obra em questão houve uma estabilização das palavras de Stella, como uma forma de “poema-relicário³³”, distanciado do movimento vivo, da sonoridade e do diálogo envolvido nesses falatórios.

Os aspectos elucidados pelas autoras acima, trazem à tona a maneira como Stella foi inserida no meio literário e a estruturação dos falatórios, distanciados da oralidade, como forma de torná-los “mais atrativos” para o mercado editorial, assim como, ao processo de exotificação do corpo de Stella e da sua produção, como restritas ao âmbito manicomial. Segundo Ramos (2022, p.102): “Além de induzir a sentidos e a uma estética alheios à oralidade de Patrocínio, esses poemas demonstram a predominância de um compromisso com a entrega da mercadoria poética em favor da unicidade vocálica e até mesmo semântica de suas palavras.”. Portanto, Zacharias (2020) e Ramos (2022) constataam uma grande diferenciação entre as gravações dos

³³ Ramos (2022) em referência ao ensaio de Alice Walker (1972), que abarca o processo de objetificação das mulheres negras, não só como objetos sexuais, mas como também passíveis de abstração iconólatra, onde seus corpos são tornados relicários em detrimento de corpos viventes e com vozes.

falatórios, suas transcrições e as escolhas realizadas por Mosé diante da organização do livro, estruturação dos falatórios em poemas e até mesmo das informações biográficas que foram selecionadas para compor a obra.

Portanto, nessa trajetória de errâncias, ao me deparar com os falatórios de Stella e esses enlaçamentos e abismos entre escrita e oralidade, diferentemente de um encaixe categorial, vejo certo alinhamento entre os falatórios de Stella e as escrevivências evaristianas. Bem como as escrevivências, os falatórios de Stella vazam uma singularidade e dizem não só de “uma” mas de muitas vidas, como afirma Conceição Evaristo (2021) em entrevista ao programa Roda Viva:

Uma escrita ela vaza uma subjetividade consciente ou inconsciente [...] uma escrita que nasce desse compromisso com a vida, nesse compromisso com a vivência, vivência sua, vivência em termos individuais, como vivência do outro, nesse desejo de captar essa dinâmica da vida, esse fluir[...] A escrevivência não é só uma escrita de si, traz um sujeito coletivo (EVARISTO, 2021).

A escrevivência afirmada por Conceição Evaristo (2020a) transborda os campos de uma escrita marcada por um sujeito individualizado, e está alicerçada na autoria negra, feminina e empobrecida que assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade. Nesse traçado da escrevivência evaristiana, vejo o encontro com os falatórios de Stella, que além de expressarem uma autoria que parte de uma voz e de um corpo de uma mulher negra, empobrecida e psiquiatrizada, vazam a própria individualidade de Patrocínio, e fazem eco para além dela, dizendo de outros corpos institucionalizados, racializados e objetificados.

Sara Ramos (2022) chega a refutar Mosé ao atribuir à Stella, na apresentação do livro *“Reinos dos bichos e dos animais é o meu nome”*, uma posição de diferenciação em relação as outras internas: “Stela do Patrocínio chamou atenção por sua singularidade, naquele uniforme. Parecia uma rainha, não se portando como as outras, que se aglomeravam, pedindo sempre.” (MOSÉ, 2001, p. 20). Para Ramos (2022), essa posição em que Stella foi colocada corrobora para uma visão homogeneizante da população contida nesse contexto, afinal, mesmo que Stella tenha se destacado por meio dos seus falatórios, a condição vivenciada por ela é compartilhada por outros corpos que se assemelham ao seu. Quantas histórias de Stellas circulam por ai afora? Ou melhor, não circulam, estão engavetadas em prontuários antigos que ninguém lê? É nesse direcionamento que mais uma vez, percebo o encontro entre os falatórios de Stella e as escrevivências propostas por Evaristo.

Em entrevista ao Itaú Social³⁴, Evaristo (2020b) situa a escrevivência como um termo histórico, nascido através de um jogo que a mesma fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver”, principalmente se tratando de um histórico baseado na fala de mulheres negras escravizadas que contavam suas histórias para a casa-grande. Para Evaristo (2020b), a imagem fundante do termo escrevivência é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande, que tinha como função forçada do cuidado, como a preparação dos alimentos, e a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras. Esse mesmo corpo de mulher escravizada era aquele que devia obediência para cumprir mais uma tarefa, a de contar histórias para adormecer os da casa-grande, lhes contando histórias, cantando e ninando os futuros senhores e senhoras (EVARISTO, 2020b).

Portanto, segundo Evaristo (2020a) a escrevivência vincula-se a uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, da Mãe Preta, de contar a história para ninar os da casa-grande, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos colonizadores/as escravocratas. Assim, segundo a autora, o caminho da escrevivência é um caminho que borra essa imagem do passado, estando fundamentada na autoria de mulheres negras, como as que são donas da própria escrita, fala, de falatórios. “É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera.” (EVARISTO, 2020a, p. 35).

Ademais, para Evaristo (2020a), a escrevivência traz à tona histórias silenciadas – como a de tantas Stellas - que não podiam ser ditas, nem escritas, que incomodam por provocar justamente a fala, a escrita e a denúncia. Assim, a escrevivência não se trata de uma ação contemplativa, mas uma geração de incômodo diante do estado das coisas, como afirma Evaristo: “antes de qualquer domínio, é interrogação” (2020a, p.35).

Stella, embora não tenha deixado seus falatórios por escrito, os deixa a partir da oralidade, uma voz vibrante, um corpo que produz ecos de sua própria vida, mas de outras vidas e de um tempo histórico. É inundada pela oralidade que Conceição Evaristo (2020b) afirma a escrevivência, uma poética do corpo e da voz, como um projeto estético mais próximo da oralidade, mas sem desconsiderar a “arte da palavra”. Segundo a autora, diferentemente da escrita que é silenciosa e requer que o sujeito saiba ler, a oralidade traz o corpo, o olhar, o gesto, a palavra suspensa no ar, em que: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020a, p.30).

³⁴ <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>

Em consonância ao que é afirmado acima por Evaristo (2020a;2020b), Ramos (2022) ensaia que como escrevivências que ecoam a voz sonora, o corpo, o gesto, não nascendo, nem se limitando ao alfabeto e a função escrita, a voz e os falatórios de Stella também são incômodos e servem para acordar os sonos da casa-grande. Assim, Stella a partir dos seus falatórios se alinha a escrevivência, incomoda o sono e o silêncio de muitos senhores e senhoras, principalmente do campo *psi*, suas palavras e seus falatórios em línguas são revolucionários por, dentre muitos fatores, falar aquilo que muitas histórias, línguas e registros oficiais não contam.

Parafraseando a pergunta de Spivak (2010): Pôde Stella falar? A resposta, em concordância com Spivak (2010) é que sim, Stella e muitas outras mulheres dissidentes dos enquadramentos normativos – ou as subalternas - sempre falaram, e algumas delas também escreveram - seja através dos diários, contos e das demais manifestações artísticas e cotidianas, dos gritos, dos delírios, das alucinações, dos ‘sintomas’ – como quem luta numa guerra contra as tiranias do silêncio (LORDE, 2019) e os dispositivos de controle e normalização. Todavia se essas contestações e expressões foram ouvidas ou consideradas é outra questão, que evoca tempos de manicomialização e deslegitimação desses corpos, mentes e vozes como resposta. E aqui, neste trabalho, é a partir desses falatórios em línguas que irei me enveredar, na tentativa de romper com as mordanças históricas que foram impostas a(s) (tantas) Stella(s).

4 O QUE OS FALATÓRIOS DE STELLA PERMITEM VER?

Nesse ponto da minha/nossa caminhada, o diálogo com Stella se intensifica, os seus falatórios permitem ver, dentre muitos elementos, uma matriz de opressão que violenta e distribui de forma diferenciada a inteligibilidade dos corpos, bem como os processos de subjetivação e as vivências da sexualidade em um espaço manicomial articuladas aos dispositivos de normalização e controle. Caminhando nos traçados do poema de Luciana Queiroz: “... queimem as normas impostas/rasguem as regras carcerárias/vale mais a poesia língua leve solta/libertária” (2021, s/p), em consonância ao queimar e rasgar as normas, quero romper com o movimento da história única contada pelos colonizadores.

Agora é Stella que fala, expõe, destrincha e esmiúça as normas, a partir dos seus falatórios. Agora é ela quem transforma as normas em categorias, em categorias a serem estudadas, em categorias a serem nomeadas e barradas – queimadas e rasgadas. Continuo percorrendo essa rede de falatórios, esses falatórios em línguas, em que “os lugares vão deixando suas marcas/em meu corpo-memória/o tempo escreve trajetos e atalhos/na pele da estrada/arrepiada/em alerta” (QUEIROZ, 2021, s/p). Assim, irei me adentrando e expandindo os caquinhos pontiagudos que fui catando para nosso diálogo, talvez um mosaico seja possível nesse exercício de catação política-afetiva, só não se sabe ainda onde cada caquinho me/nos levará.

4.1. “EU SOU UMA NEGA PRETA E CRIOULA/QUE ANA ME DISSE”: O OUTRO QUE ME NOMEIA, O OUTRO QUE ME COLOCA PARA NASCER?

*Eu sou Stel(l)a do Patrocínio
Bem patrocinada
Estou sentada numa cadeira
Pegada numa mesa nega preta e crioula
Eu sou uma nega preta e crioula
Que a Ana³⁵ me disse
(PATROCÍNIO, 2001, p.66)*

Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar construir a história dos seus [...] e percebeu que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser (EVARISTO, 2017a, p.110).

³⁵ Sobre Ana, as informações que encontramos é de que a figura de Ana aparece nos momentos em que Stella do Patrocínio relata como chegou no manicômio. A mesma Ana que a chamou de “nega, preta e crioula”, foi quem gritou “carreguem ela”, quem a encaminhou para a unidade de pronto socorro e realizou a primeira descarga de eletrochoque em seu corpo (ZACHARIAS, 2020).

A partir do seu nome, do que a especifica e a situa no mundo, que diz de si mesma, mas de outros, Stella se apresenta em seu falatório citado acima como: “*Eu sou Stella do Patrocínio/Bem patrocinada*”. Seu nome próprio não está sozinho, o “do Patrocínio” herdado de seu pai “Manoel do Patrocínio” de quem, segundo Anna Zacharias (2020), sabe-se apenas que era natural de Sergipe, remete às heranças dos que vieram antes de Stella, do seu passado. É esse Patrocínio migrante - ou retirante - que se juntou ao Stella e formou o nome que tomou corpo e falatório como: “*Bem patrocinada*”. Não apenas um trocadilho, mas uma origem, um território/corpo, uma história.

Assim como Ponciá Vicêncio – personagem do livro “Ponciá Vicêncio” de Conceição Evaristo (2017a) – na epígrafe citada no início desse tópico, parece haver na apresentação/falatório a assinatura de Stella (ou na marca do polegar, mesmo sendo alfabetizada), a marca de um poderio, de excedentes vivos do coronelismo explicitado por Ponciá, em conjunto com a escravização e a colonialidade que objetifica o corpo da mulher negra e pobre, como Stellas e Ponciás.

Apesar de Stella dizer seu nome e referir-se como “*Bem patrocinada*”, o ato de autoneamar-se atrela-se também à nomeação e definição que o outro impõe sobre ela. A atribuição do ser “*negra preta crioula*” não é realizada por Stella, mas por Ana, sua autoneamação está articulada à atribuição por alguém. Stella demonstra não só que é “*Bem patrocinada*”, mas também um processo de racialização: “*Eu sou uma nega, preta crioula*”, havendo uma ligação entre essa afirmação com o objeto mesa que também é “*negra preta e crioula*”. Aqui, funde-se nomeação, racialização e a objetificação que atravessa nome próprio, pele e corpo. Segundo Kilomba (2019), ao debater a noção de sujeito e objeto, o termo objeto vem do discurso pós-colonial, sendo também usado nos discursos feministas e queer para expor a objetificação dessas identidades numa relação de poder. Isto é, identidades que são retiradas da sua condição de sujeito e reduzidas a uma existência de objeto, descrito e representado pelo dominante.

Em outros falatórios, Stella diz de um corpo que já não mais se nomeia como Stella do Patrocínio, que nem sequer é considerado humano, ora se nomeia animal, ora objeto: “*Um homem chamado cavalo é o meu nome*” (PATROCÍNIO, 2001, p.50), ou como no falatório abaixo:

*Meu nome verdadeiro é caixão enterro
Cemitério defunto cadáver
Esqueleto humano asilo de velhos
Hospital de tudo quanto é doença
Hospício*

Mundo dos bichos e dos animais
Os animais: dinossauro camelo onça
Tigre leão dinossauro
Macacos girafas tartarugas
Reino dos bichos e dos animais é o meu nome
Jardim Zoológico Quinta da Boa vista
Um verdadeiro jardim zoológico
Quinta da Boa vista
 (PATROCÍNIO, 2001, p.118).

A nomeação como um “caixão enterro” - objeto que deposita gente morta -, ou mesmo a um “esqueleto humano”, a um “defunto cadáver”, aquilo que resta quando o corpo morre, o rastro da materialidade sem vida, um corpo já não mais vivo, são nomeações que remetem a morte em vida. Stella vai deixando pistas em seu falatório: “*Sei que primeiro a gente vive vive vive até/cansar de tanto viver/Morre até cansar de tanto morrer vira bicho/vira animal*” (PATROCÍNIO, 2001, p.152). Ou seja, para transformar-se em animal é preciso morrer, é tanto cansaço, de tanta morte, que o corpo muda de forma, já não mais uma forma humana, mas uma forma animal, uma forma objeto. Evocando outra personagem de um livro de Conceição Evaristo, dessa vez de *Becos da memória* (2017b), Cidinha-Cidoca - uma mulher negra, que reside em uma favela, prostituta que enlouquecera -, Stella parece falar sobre a “morte de não viver” afirmada por Cidinha, e ambas com o mesmo destino, enterradas como indigentes.

A moça respondia que ia morrer de não viver. E para todos, ela apenas confirmava a loucura. Morrer de não viver... [...] Seria enterrada como indigente. [...] Cidinha-Cidoca havia avisado com palavras, que ia “morrer de não viver”. A menina ficou pensando na mulher que enterrada como indigente. Afinal todos, ali na mesma miséria, o que eram se não indigentes?” (EVARISTO, 2017b, p. 157-159).

O que torna um corpo não mais humano, animalizado e objetificado? O que torna um corpo menos importante a ponto de “morrer de não viver”? O que torna esse corpo morto antes mesmo de morrer? O que torna algumas vidas passíveis de serem choradas quando mortas e outras não enlutáveis, apenas enterradas como indigentes, sem nome próprio, sem choro, sem caixão, nem lamento? No caso de Stella, um corpo já não mais vivo ou vivível? Um corpo já não mais humano? Um corpo animalizado, objetificado - abjeto?

Ao dialogar com Judith Butler (2017), penso aqui, a diferenciação ontológica que torna determinados corpos historicamente abjetos, mais suscetíveis ao encarceramento e a serem considerados vidas ininteligíveis, menos vivíveis, a ponto de “morrer de não viver”, como Stella e Cidinha. Butler (2017) argumenta que ser um corpo é estar sempre exposto a outros, a normas, a organizações sociais e políticas, é estar exposto a uma forma social e suas exigências de inteligibilidade - esquema histórico geral que estabelece os domínios do que pode ser

(re)conhecido. Assim, a ontologia do corpo é uma ontologia social, o reconhecimento de quem é considerado sujeito, humano e de quem não é, depende das normas vigentes em determinado local e temporalidade histórica, afinal, a norma é contingente e não fixa (BUTLER, 2017).

Para Butler, os corpos são habitados por discursos, carregando discursos como parte do seu próprio sangue (PRINS; MEIJER, 2002). Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo será material desde que a materialidade seja problematizada como efeito produtivo de poder. A matéria dos corpos está/é inseparável das normas regulatórias responsáveis por governar a materialização e a significação dos seus efeitos materiais (PRINS; MEIJER, 2002). Todavia, considerar a noção de matéria não como local ou superfície, mas como um processo de materialização que busca produzir efeitos de demarcação e fixação no decorrer do tempo, não significa negar ou eliminar com a utilidade do termo, mas problematizá-lo (BUTLER, 2019a)³⁶.

A ontologia social é baseada na norma que atribui inteligibilidade a certos corpos em detrimento de outros: “Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (BUTLER, 2019b, p. 43). É preciso destacar que, de acordo com Butler, o domínio da ontologia é um instrumento de poder que conta com uma distribuição de efeitos ontológicos distintos, instrumentalizado com objetivo de hierarquizar e subordinar, bem como produzir e excluir domínios do inimaginável.

Ademais, o campo ontológico é um território regulamentado e o que se produz dentro desse território, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito de poder (PRINS; MEIJER, 2002). Assim, para que haja corpos que importam, reconhecidos como sujeitos, humanos, é preciso existir um exterior constitutivo de corpos considerados inumanamente impensáveis, vidas consideradas não vivíveis, corpos considerados abjetos (BUTLER, 2019a). Ou seja, dentro desse escopo ontológico é preciso existir corpos que sejam “*espaço vazio*” que não possam “*Fazer céu da boca, fazer falatório [...] / Fazer cabeça, pensar em alguma coisa / Ser útil, inteligente, ser raciocínio*” (PATROCÍNIO, 2001, p.82).

O abjeto para Butler, utilizado pela primeira vez no livro *Problemas de Gênero* (2019b), com base nas obras de Mary Douglas e Julia Kristevá, refere-se a uma zona de exclusão e ininteligibilidade que assombra a norma, causa terror, mas ao mesmo tempo é

³⁶ Importante afirmar aqui que apesar de Butler situar o corpo dentro dessa deriva social e de interdependência, não significa que o corpo seja uma folha em branco a ser preenchido pela construção social e pelas normas, muito pelo contrário, esse corpo também é passível de resistir à norma, afinal essa é errante, é contingencial, tanto que precisa ser reiterada constantemente a partir da performance.

necessária sua existência, para que a norma seja reiterada. Segundo Rodrigues e Gruman (2021), por meio da norma, conforme analisada por Butler, o sujeito se aproxima do que é considerado uma vida importante, já o abjeto – que não está enquadrado pelas norma de gênero – teria sua humanidade questionada. Não são vidas que contam, que importam, de sorte que:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e inabitáveis da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo de “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. [...] o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional (BUTLER, 2019a, p. 22).

Mesmo utilizando inicialmente do conceito de abjeto para referir-se aos corpos que se desviam das normas de sexo-gênero-desejo, Butler afirma que o abjeto não se restringe ao sexo e a heteronorma, mas está articulado a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vivíveis e cuja materialidade é considerada como não importante (PRINS; MEIJER, 2002). Segundo Butler, a abjeção de certos corpos diz de sua inaceitabilidade por código de inteligibilidade, e, assim, viver com tal corpo no mundo é habitar as zonas sombrias da ontologia (PRINS; MEIJER, 2002). A partir dessa zona sombria da ontologia que esses corpos tornados abjetos, se tornam também não enlutáveis, como expressa Stella no próprio ato de nomeação que remete a morte em vida: *“Meu nome verdadeiro é caixão enterro/ Cemitério defunto cadáver/ Esqueleto humano asilo de velhos”* (PATROCÍNIO, 2001, p.118).

Segundo Butler (2017), não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento normativo. Uma figura viva desviante das normas da vida se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas também parece ser aquilo que a normatividade reproduz: “está vivo, mas não é uma vida” (p.22). Assim, por mais que todas as vidas sejam precárias, isto é interdependentes, necessitando de uma rede de cuidado e apoio para sua sobrevivência, determinadas vidas são postas em condição de precariedade, ou seja, as vulnerabilidades são maximizadas:

... foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos” (BUTLER, 2017, p. 53).

Desse modo, a condição de precariedade induzida para determinadas populações tende a vulnerabilizá-las ainda mais, a torná-las ininteligíveis e menos humanas, como é o caso das mulheres, das populações negras, indígenas, LGBTI+ e pessoas com deficiência. Para Rodrigues e Gruman (2021), a partir de Butler, é imprescindível pensar quais são as condições de possibilidade de uma vida ser reconhecida como vida e como a “morte social” – privação de todos os direitos que deveriam ser oferecidos a todo ser humano - é distribuída de maneira desigual. Desse modo, há uma articulação com as intersecções de raça, classe, gênero, religião, local de nascimento, lugar de moradia que atravessam essa vida, recaindo sobre certos corpos a experiência permanente de ser apenas abjeto, nunca sujeito (RODRIGUES; GRUMAN, 2021). São formas de vida não integráveis, não inteligíveis, lançadas à categoria de excedente, de restos humanos elimináveis, para que certas formas de vida permaneçam detendo pelo menos dois privilégios: o poder de estabelecer que vidas humanas não serão consideradas humanas e o de serem inteligíveis como humanas. Assim, não são corpos reconhecidos como humanos - sujeitos inteligíveis - como vidas vivíveis, passíveis de luto (RODRIGUES; GRUMAN, 2021).

Como Stella, Zilda, Cidinha-Cidoca e tantas outras que morreram e foram enterradas como indigentes, que antes mesmo da morte física, já morriam de viver, uma morte em vida. Corpos abjetos, vidas não passíveis de luto, que são potencialmente encaixotadas em condição de precariedade, vulneráveis aos mais diversos tipos de violência. São corpos nomeados, objetificadas, situados em uma rede de normas com lugar marcado em uma zona de abjeção, de habitação precarizada, não só do espaço-território dos manicômios, das favelas, das prisões ou dos caixões, mas também do espaço-território do corpo, de fronteiras em que um mesmo corpo é marcado em lugares fixos, situado em um não lugar humano, um não lugar de um sujeito falante, um não lugar para se autoneamar.

Sobre o espaço-território-corpo, Stella vai se situar e definir-se em determinados fragmentos como “*espaço vazio*”. Todavia esse “*espaço vazio*” é invadido pelo que vem de fora, pelo olhar do outro, como se esse outro tivesse o poder de não só dizer sobre ela, a construir, como também rechaçá-la, categorizá-la e controlá-la a todo momento. É algo notório a partir da relação que vai estabelecendo com o próprio corpo, o fazer “*pele, carne, ossos, cabeça, braço, corpo, orelha, nariz, céu da boca, falatório*” – como se ali não existisse um corpo-sujeito-humano, fosse “*gases puro, ar, espaço vazio*” a ser preenchido, precisasse ser constantemente (des)construído, (re)feito.

Eu era gases puro, ar, espaço vazio, tempo
Eu era ar, espaço vazio, tempo
E gases puro, assim, ó, espaço vazio, ó
Eu não tinha formação
Não tinha formatura

*Não tinha onde fazer cabeça
Fazer braço, fazer corpo
Fazer orelha, fazer nariz
Fazer céu da boca, fazer falatório
Fazer músculo, fazer dente
Eu não tinha onde fazer nada dessas coisas
Fazer cabeça, pensar em alguma coisa
Ser útil, inteligente, ser raciocínio
Não tinha onde tirar nada disso
Eu era espaço vazio puro
(PATROCÍNIO, 2001, p.82).*

*É dito: pelo chão você não pode ficar
Porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo
Pelas paredes você também não pode
Pelas camas também você não vai poder ficar
Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar
Porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo
(PATROCÍNIO, 2001, p.52)*

Entretanto, quem preenche o espaço vazio? Quem é que faz o corpo? Quem é que faz cabeça? Quem é que faz falatórios? “*Quem bota pra enxergar/se não sou eu que boto pra enxergar?*” (PATROCÍNIO, 2001, p.89). Aqui lembro-me a Audre Lorde (2019) ao falar sobre a norma mítica, definida geralmente pelo homem, branco, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. O movimento de nomear, marcar, categorizar e hierarquizar o outro vem sendo ao longo da história uma estratégia utilizada pelo suposto sujeito universal não marcado – homem branco, cishetero, rico, do norte global – para dominar/colonizar outros povos a partir da objetificação e inferiorização do que destoa desses enquadramentos.

Nesse sentido, de acordo com Grada Kilomba (2019), o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade em que tal hierarquia introduz uma dinâmica na qual a negritude significa não apenas a inferiorização, mas também “estar fora do lugar” já a branquitude significa “estar no lugar” e, portanto, “superioridade”: “No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer” (KILOMBA, 2019, p. 56). Segundo Maria Aparecida Bento (2002; 2022), a branquitude se coloca como modelo universal de humanidade em detrimento dos grupos raciais não-brancos, buscando legitimar a ideia de superioridade de um grupo em detrimento dos demais, as desigualdades, a apropriação dos bens concretos e materiais, bem como a manutenção dos privilégios.

Coadunando com Kilomba (2019) e Bento (2002), a autora Neusa Santos Souza (1983), no seu livro “*Tornar-se Negro*”, direciona o olhar para a experiência de ser negro numa sociedade branca, regida pela branquitude, em que classe, ideologia, estética, comportamentos,

absoluta”. A autora afirma que esse termo diz de um processo em que o sujeito negro é inspecionado como um objeto de fetiche, um objeto de obsessão e de desejo, pois o mesmo é obrigado a desenvolver um relacionamento com o eu e a performar o eu que tem sido imposto pelo colonizador, produzindo em si mesmo a condição de despersonalização. Em concordância, Patrícia Hill Collins (2019) afirma que as vidas das mulheres negras são uma série de negociações que buscam reconciliar contradições que apartam as suas próprias imagens do eu, da objetificação como o outro, sendo uma luta viver duas vidas, uma para eles e outra para elas próprias. Aqui, existe um conflito específico para construir autodefinições em meio a um contexto em que a condição de mulher negra permanece rotineiramente depreciada (COLLINS, 2019, p.282).

Ademais, segundo Paula Gonzaga (2019), na sua tese de doutorado sobre produção de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais, a autora baseada na leitura de Fanon, evidencia a produção de uma colonialidade do espelho. Tal colonialidade se refere ao olhar em relação a si e ao mundo através do colonizador e é pelos olhos deste que são construídos os signos a serem valorizados e desvalorizados nas imagens de si. Desse modo, a colonialidade do espelho vai demarcar um mal estar nas peles, cabelos e reflexos das mulheres negras e a impossibilidade de visualizarem a própria imagem como digna de amor, cuidado e desejo (GONZAGA, 2019).

A pesquisa realizada por Gonzaga (2019), acima citada, demonstra dentre muitas questões, a urgência em abordar o sofrimento mental como produto da abjeção imposta a sujeitos que representam grupos historicamente desumanizados. As narrativas das mulheres que participaram de tal pesquisa evidenciam que os sofrimentos são vivenciados de modo contínuo ao longo das suas vidas, produzindo adoecimentos que se agravam com a continuidade das experiências de abjeção que são impostas pelo sistema de gênero moderno/colonial a esses corpos em suas intersecções, deixando marcas como “cicatrices subjetivas” (LIMA, 2017).

Todavia, Paula Gonzaga (2019) além de evidenciar os sofrimentos e cicatrizes subjetivas, a autora também faz ver, em conjunto com as mulheres participantes da sua pesquisa, a presença de resistências e de outras formas de produção de si que rompem com a lógica da branquitude heterossexista. Neusa Santos Souza (1983) também afirma para além dos sofrimentos decorrentes do racismo, as potencialidades e reinvenções possíveis para essas sujeitas:

... saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas

alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p.18).

Assim, retomando o nome de Stella, como iniciei esse fragmento da dissertação, apesar das violações e normas de inteligibilidade que negam a determinadas existências uma vida enlutável, um corpo que seja sujeito e que alcance o estatuto de humano, Stella ainda se afirma “*Stella do Patrocínio/Bem Patrocinada*”. Em um lugar de uniformização e de “morrer de não viver”, entre mordanças e línguas desobedientes que fazem falatórios, o corpo-território-abjeto tem nome próprio e insiste em falar e suas falas fazem eco e vão ecoando. Segundo Patrícia Hill Collins: “Nomear se torna um modo de transcender as limitações das opressões que se interseccionam” (2019, p. 312), e como Ponciá, Stella se autorizou a falar, a corporificar a fala, a dar fala ao corpo, ao texto da própria vida.

4.2. “*ME ADOECERAM/ ME INTERNARAM NO HOSPITAL/E ME DEIXARAM INTERNADA*”: PROBLEMATIZANDO A DOENÇA MENTAL, AS PUNIÇÕES E A PRISÃO PERPÉTUA

*Eu estava com saúde
 Adoeci
 Eu não ia adoecer sozinha não
 Mas eu estava com saúde
 Estava com muita saúde
 Me adoeceram
 Me internaram no hospital
 E me deixaram internada
 E agora eu vivo no hospital como doente
 O hospital parece uma casa
 O hospital é um hospital
 (PATROCÍNIO, 2001, p.51)*

observo as linhas da minha mão
 correndo águas
 a linha do amor do dinheiro
 qual será a linha
 da loucura
 o rio de traços finos
 falhos
 tremidos
 que revelam a mente sã
 ensandecida
 qual será a linha da loucura
 na palma da minha vida
 qual será a veia herdada
 vendo a marca infligida
 qual será a linha
 louca
 que corta o rio da minha mão

da minha mãe
 por quem fui
 parida
 doze horas em trabalho
 de partida
 só pra nascer
 com o carimbo da mão
 em linha
 enlouquecida
 qual será
 essa
 loucura
 costurada
 essa linha
 desmedida
 essa
 palma
 bordada
 eu olho os rios da minha mão
 e enlouqueço
 calada
 (ARRAES, 2021, p.93).

Início este tópico-falatório, que vai dando passagem para mais conversas-falatórios-problematizações, com um falatório de Stella e um poema de autoria da escritora, cordelista e poeta cearense Jarid Arraes, intitulado “mão dada”, do livro “*Um buraco com meu nome*” (2021). Aqui, ambos falatórios-poemas se cruzam, penso as linhas em que a loucura se transforma em doença mental, os cruzamentos de correntezas que tornam Stella enlouquecida, em que já está nesse ponto de “*categoria*” (PATROCÍNIO, 2001, p.69), de “*doente mental*” (PATROCÍNIO, 2001, p.150), como um carimbo na mão. Uma loucura costurada, uma loucura que deve ser contida, amordaçada, dopada e disciplinada. Entre Stellas e Zildas se cruzam as linhas enlouquecidas nas palmas das mãos. Duas gerações, duas costuras da loucura, dois corpos aprisionados. Todavia, ao olhar os rios que atravessam Stella, as lacunas que habitam seus rastros biográficos e os falatórios que insistem em aparecer, percebo: ela não só não enlouqueceu sozinha, como não enlouqueceu calada.

Aqui a enlouquecida foi adoecida, e Stella faz questão de dizer: “*Eu não ia adoecer sozinha não*”. Stella novamente insurge e questiona a correnteza que a arrasta, a própria categoria de “*doente mental*” que foi alojada. Stella afirma que estava com saúde, mas a adoeceram e a internaram no hospital, assim, a deixaram internada, vivendo no hospital como doente: “*E agora eu vivo no hospital como doente*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 51). Como um corpo é transformado em doente mental? E não só transformado em doente mental, mas destinado a ser internado em um hospital psiquiátrico? E o que significa “*viver*” como doente em uma instituição asilar? Stella coloca em cheque a própria construção de doença mental como algo não intrínseco a si mesma, mas algo que lhe é externo, uma atribuição que não é sua, mas

imposta por outro, assim como o seu processo de institucionalização, ambos – doença mental e institucionalização - involuntários.

Segundo Foucault (2019), a transição da loucura ao *status* de doença mental é uma construção do ocidente, relativamente recente. Antes do século XIX a experiência da loucura no mundo ocidental era bastante polimorfa, com grande extensão e sem suporte médico (FOUCAULT, 1984; 2019). “A loucura é muito mais histórica do que se acredita geralmente, mas muito mais jovem também” (FOUCAULT, 1984, p.80). Desse modo, a transformação da loucura em doença mental será exposta por Foucault (2019) em “*História da Loucura*”, como uma construção a partir da apropriação da loucura pelo campo da psiquiatria no século XIX.

No livro “*O Poder Psiquiátrico*” (2006), Foucault afirma que muito antes de esquematizar um campo de saber específico da psiquiatria, o poder psiquiátrico apenas contava com “marcas de saber”. São essas marcas de saber que articulados ao poder vão assentando o saber-poder psiquiátrico que transforma o louco em doente e, como doente, passível de objetificação, de ser categorizado e analisado. Um corpo a ser descrito, uma cobaia para práticas de punição com uma roupagem supostamente “terapêutica”. É apenas na segunda metade do século XIX que a psiquiatria é obrigada a construir o que Foucault (2018b) chamou de “grandes edifícios teóricos” (p. 271), tratando-se de uma forma de manter os efeitos de poder e os efeitos de saber da psiquiatria por meio dos discursos teóricos e especulativos.

...o poder psiquiátrico é antes de mais nada certa maneira de gerir, de administrar, antes de ser como que uma terapia ou uma intervenção terapêutica: é um regime, ou melhor, é porque é e na medida em que é um regime que se espera dele certo número de efeitos terapêuticos - regime de isolamento, de regularidade, emprego do tempo, sistema de carências medidas, obrigação de trabalho, etc (FOUCAULT, 2006, p. 217).

Nesse sentido, mesmo munidos de edifícios teóricos, a psiquiatria clássica e a categoria de doente mental tornam-se questionáveis, considerando todo o embasamento normativo e moral envolto na estruturação desses edifícios. Apesar da psiquiatria assumir os desvios e anomalias do comportamento tendo como referência um padrão de desenvolvimento normativo, ela só consegue estabelecer uma relação de poder acerca da loucura e dos loucos instituindo uma relação de objeto: “você será doença para um saber que me autorizará então a funcionar como poder médico” (FOUCAULT, 2018b, p. 270-271). Assim, a psiquiatria vai estendendo seu poder-saber até mesmo, e principalmente, para o não patológico, medicalizando toda a gama de multidões consideradas anormais.

Assim, no momento em que a instituição entra em contato com o “doente”, a ausência de uma objetividade orgânica na doença colore sua ação com uma certa ambiguidade

(BASAGLIA, 2010). De acordo com Basaglia (2010), a psiquiatria e a instituição psiquiátrica, diante de um indivíduo que é internado por não ser aceito na sociedade externa, por ter ultrapassado o limite da norma fixada por ela, carimba o corpo como enfermo e, com base nessa categorização, limita-se a objetificá-lo, instaurando uma relação que nada tem de terapêutica, a própria objetificação do paciente torna-se fonte de regressão e de doença.

A instituição, nascida para tratar de uma doença cujas etiologia e patogênese eram desconhecidas, viu-se assim a fabricar um doente à sua imagem, de modo a justificar e ao mesmo tempo garantir os métodos nos quais baseia sua ação terapêutica. A doença veio a transformar-se gradualmente naquilo que é a instituição psiquiátrica, e a instituição psiquiátrica encontra no internado, construído segundo os seus parâmetros, a confirmação para a validade dos seus princípios (BASAGLIA, 2010, p.140).

Assim, Stella não adoeceu sozinha, foi adoecida. Não só a atribuição da categoria de doença mental, mas os próprios diagnósticos – três diferentes durante sua estadia no hospital psiquiátrico - são pautados em preceitos sociais, tanto que do ponto de visto clínico quanto do jurídico, em um dos registros no seu prontuário, o médico considerou a possibilidade de alta, mas não no que se refere ao “social” e “psiquiátrico”. Como assim do ponto de vista clínico é possível ter alta mas do ponto de vista social e psiquiátrico não? Valeska Zanello (2014) afirma que o próprio diagnóstico psiquiátrico é perpassado por um caráter higienista e que disciplina comportamentos inscrevendo-os numa idealidade moral. O diagnóstico médico-psiquiátrico é consolidado a partir da confluência de muitas esferas e de diversas maneiras sociais, incluindo os valores das relações de gênero, não apenas retrata os valores de forma invisível, naturalizando-os, mas os reafirma (ZANELLO, 2014). Aqui, acrescentaria aos enquadramentos normativos de gênero, a raça. Afinal, a maior parte dos corpos que vem historicamente habitando e lotando os manicômios são os corpos negros.

Nesse sentido, a construção do sujeito doente, louco ou delinquente num dispositivo disciplinar diz de um ponto-limite dos elementos isotrópicos³⁷, ou seja, em um sistema em que tudo deve ter seu lugar marcado, subordinado, superordenados, sempre existirá as margens, os resíduos que acarretam no aparecimento de sistemas disciplinares suplementares com intuito de recuperar esses indivíduos residuais, as margens desse poder (FOUCAULT, 2014). Segundo

³⁷ [...] isotópico quer dizer principalmente outra coisa, que no sistema disciplinar o princípio de distribuição e de classificação de todos os elementos implica necessariamente algo como um resíduo; ou seja, sempre há algo como o "inclassificável. O ponto em que os sistemas disciplinares que classificam, hierarquizam, vigiam, etc., vão esbarrar consistirá naqueles que não podem ser classificados, naqueles que escapam da vigilância, os que não podem entrar no sistema de distribuição; em suma, vai ser o resíduo, o irreduzível, o inclassificável, o inassimilável (FOUCAULT, 2006, p.82).

Foucault (2006), o doente mental é considerado, sem dúvida nenhuma, o resíduo de todos os resíduos, o resíduo de todas as disciplinas, aquele que é inassimilável a todas as outras disciplinas que podem ser encontradas numa sociedade. Resíduos que precisam ser varridos para o porão, tirados de vistas, mas não tão longe que as vistas não possam alcançar, não só alcançar mas adestrar, docilizar.

Aqui, recordo-me de um trecho do diálogo entre Carla Guagliardi e Stella situado no livro, na parte intitulada “Stela por Stela”, onde fica visível o encontro entre a atribuição da doença mental, como resíduo, como elemento insubordinado a ser disciplinado a partir de práticas punitivas. Abaixo trago a transcrição deste diálogo-entrevista, as perguntas estão em negrito e foram realizadas por Carla e as respostas dadas por Stella:

Você passa muito mal aqui?

Passo mal porque eu tomo constantemente

Injeções

Injeções para homem e o liquido desce

Quem é que dá essas injeções?

O invisível policial secreta o sem cor

E pra que servem essas injeções?

Para forçar a ser doente mental

No dia que você parar essas injeções você fica curada?

Fico completamente curada se eu não tomar remédio

Não tomar injeção não tomar eletrochoque

Eu não fico carregada de veneno

Envenenada

Você toma eletrochoque?

Eu tomei no pronto socorro do Rio de Janeiro e continuo tomando aqui

E quem dá eletrochoque aqui?

Os que trabalham com a falange falanginha falangeta

Os que trabalham com a voz ativa média e reflexiva

Refletindo bem no que está falando

(PATROCÍNIO, 2001, p.149-150).

No trecho acima, Stella diz que passa mal e o motivo são as constantes injeções aplicadas pelo “*policial secreta o sem cor*”. Tais injeções são postas por ela tendo como função “*forçar a ser doente mental*”. Novamente a doença mental aparece como sendo imposta, não como algo intrínseco a ela, mas algo forçado, atribuído de forma externa. Uma atribuição que para chegar no ponto de estudo, “*de categoria*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 69), de incorporação, é preciso as constantes injeções, mas não só. Ela fala também dos eletrochoques que recebeu no Pronto Socorro e que continuou recebendo no hospital psiquiátrico. Um combo, uma equação, injeções mais eletrochoques igual a doença mental. Um combo aplicado no corpo de uma mulher negra e pobre pelo “*policial secreta o sem cor*”, pelos que trabalham com a falange

– falange como corpo de tropas? Tropas que impõem disciplina? Ou uma estrutura anatômica que sustenta os dedos, os pés e tornozelos que tateiam as injeções, que aplicam eletrochoques, que caminham pelos pavilhões vigiando, fiscalizando? Bom, ambos sugerem a rigidez de um regime -. São os que têm “*voz ativa média e/reflexiva*”, são os que podem falar de forma reflexiva, os que detém um saber-poder psiquiátrico.

Os falatórios de Stella se agigantam e se tornam gritos. Gritos de quem foi envenenada, mortificada, mas ainda há voz, há falatórios. E esses falatórios fazem ver instrumentos ortopédicos com intuito de corrigir e adestrar esse corpo-resíduo, aparelhos com efeito de auto-anulação (FOUCAULT, 2006). Tecnologias do corpo em que certos tipos de ação, comportamentos e desejos são impedidos. Aparelhos de extrair a verdade que manifesta e assinala um saber-poder psiquiátrico.

O que dizer dos picadores de gelo? Das lobotomias? Dos eletrochoques? De tantas outras práticas de tortura empregadas ao longo da história posta como “tratamento”? Tratar a inadequação ao regime ditatorial de corpos normalizados, tratar as línguas desobedientes, as mentes desajustadas, as não-brancas, não-heteras, insubmissas. Uma ação punitiva e constante sobre as virtualidades do comportamento que projeta atrás do próprio corpo uma psique (FOUCAULT, 2014), um modo de subjetivação, de se tornar sujeita dócil, mesmo quando ninguém olha. Tendo em mente o objetivo de corrigir e domesticar esse resíduo de todos os resíduos, - esse corpo que foi transformado em categoria “*doente mental*” -, as punições e o encarceramento, “*Onde a alimentação era eletrochoque, injeção e/ remédio*” (PATROCÍNIO, 2001, p.53).

De acordo com Basaglia (2010), existe uma necessidade da punição para que a instituição psiquiátrica possa assentar-se e até mesmo justificar-se, tal necessidade corresponderia à funcionalidade das instituições para o sistema social de que elas são instrumento e meio de controle. Em sintonia ao que afirmam Stella e Basaglia, uma pesquisa realizada por Cardoso *et al* (2020), com nove egressos de hospitais psiquiátricos, foi visto que os egressos participantes da pesquisa consideram a agressão física, o confinamento, a “injeção” e o “choque elétrico”, vivenciados nesse espaço, como estratégias de punição utilizadas quando estavam mais agitados. Assim, a punição é uma das principais vias que dá contorno e sustentação ao cotidiano manicomial. Nesse contexto, além do combo de punições que envolve injeções e eletrochoque, Stella revela também a utilização de remédios que a fazem passar mal, cambalear, levar “*tombo*”:

*E eu não gosto de tomar remédio pra ficar
passando mal
Eu ando um pouquinho, cambaleio, fico
cambaleando
Quase levo um tombo
E se eu levo um tombo eu levanto
Ando mais um pouquinho, torno a cair
(PATROCÍNIO, 2001, p.54)*

O falatório acima afirma uma medicação em excesso, o remédio torna-se arma de controle, que faz passar mal, que derruba, que tomba, deixa o corpo em constante queda. Cardoso *et al* (2020) destacam que um dos aspectos de desassistência na instituição psiquiátrica manifestava-se na supermedicalização, em que o “tratamento” ofertado é padronizado e as doses dos medicamentos são punitivas, tendo como efeito sedar. Uma das participantes dessa pesquisa, nomeada como Camila, contou que não sabe o tempo que ficou internada, pois: “lá eu tomava remédio, dormia, só acordava mesmo para tomar banho, pra tomar café, pra almoçar e tomar remédio. Aí eu dormia muito, então eu não sei” (CARDOSO *et al.*, 2020, p.1114). Ou seja, a medicação em excesso faz dormir, perder a noção de tempo. Um corpo medicalizado-adormecido é um corpo que não age, que não fala, que não reivindica. Um corpo medicalizado-cambaleante é um corpo que leva tombo, em constante queda, sem “sustança” para manter uma posição, um enfrentamento.

Birman (1980) afirma que a constituição de um corpo anátomo-patológico como resíduo do processo de mortificação é preenchido por um processo ativo de medicalização. A prescrição de medicamentos e outros tratamentos biológicos, em conjunto com a inclusão do internado no quadro nosográfico, o destacamento de sintomas e anomalias variadas, fornecem o preenchimento do imaginário deste suporte residual. A medicalização se inicia com a internação, onde mesmo que sua prescrição nem sempre se justifique tecnicamente, o paciente é quase sempre medicado, demonstrando uma transição que demarca a entrada do indivíduo num outro espaço físico-simbólico, e sublinha também a incisão realizada no processo de mortificação (BIRMAN, 1980).

É importante evidenciar que a medicalização e patologização dos corpos, ganham contornos distintos em se tratando das mulheres. Segundo Zanello e Silva (2012) ao analisar os sintomas e diagnósticos em prontuários de mulheres em dois grandes hospitais psiquiátricos do Distrito Federal, foi observado um processo de medicalização/psiquiatrização das mazelas sociais, tendo em vista que a maioria da população atendidas nestes hospitais era composta por mulheres, negras, semianalfabetas e donas de casa ou trabalhadoras domésticas. De acordo com as autoras, há o desenvolvimento de dependência química lícita, como é o caso do diazepam, entre as mulheres como solução para suas vidas, inclusive permitindo que prosseguissem o

cumprimento de seus papéis sociais - como cuidar da casa, dos filhos, do marido, aceitar maus tratos e duplas jornadas de trabalho - e submissão diante das violências vivenciadas.

Assim, imersa nos falatórios de Stella, percebo que mesmo presa, levando tombo, cambaleando e caindo, ela tenta caminhar. Ela fala das punições, dentre essas, a hipermedicalização do seu próprio corpo, mas de uma forma não passiva. Segundo Mosé (2001), ela cuspiu os psicotrópicos. Além disso, Stella não perde a noção do tempo em que está confinada: *“Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais”* (PATROCÍNIO, 2001, p.55). Nesse contexto, pela quantidade de tempo que ali está, Stella chega a fazer uma importante analogia entre a clausura em hospital psiquiátrico e a prisão perpétua:

...
Eu sei que estou passando mal de boca
Passando muita fome comendo mal
E passando mal de boca
Me alimentando mal comendo mal
Passando muita fome
Sofrendo da cabeça
Sofrendo como doente mental
E no presídio de mulheres
Cumprindo a prisão perpétua
Correndo um processo
Sendo processada
 (PATROCÍNIO, 2001, p. 97)

Como em uma prisão, Stella diz passar mal da boca, se alimentar mal, passar fome. Ela diz sofrer da cabeça, sofrer como doente mental. Nesse ponto, o hospital psiquiátrico que aloja quem está *“sofrendo da cabeça”* é também revelado por Stella como um *“presídio de mulheres”*, em que ela não está apenas sendo processada, seu processo não está apenas correndo, já há o cumprimento de uma sentença: *“a prisão perpétua”*. Coadunando com Stella, Basaglia vai afirmar que: *“[...]sob o modelo médico, a instituição psiquiátrica tradicional não passa de uma instituição carcerária, encarregada de administrar os elementos de distúrbio social”* (2010, p.137). Há aqui, dois pontos que quero elencar a partir desse falatório e da analogia realizada por Stella entre o hospital psiquiátrico e as prisões. O primeiro ponto é sobre a feminização da loucura e o segundo é sobre como o hospital psiquiátrico funciona de fato como prisão perpétua em muitos casos, como o de Stella e também o caso de Zefinha.

Sobre o primeiro aspecto, acerca da feminização da loucura, chamo Angela Davis para o diálogo. Essa autora no livro: *Estarão as prisões obsoletas* (DAVIS, 2018) afirma que a prisão surgiu e evoluiu como principal forma de punição pública. Todavia, no caso das mulheres, há especificidades quanto ao seu encarceramento devido às normativas raciais e de gênero. Enquanto os homens delinquentes eram tidos como criminosos, as mulheres delinquentes eram

tidas como insanas. Nesse sentido, as prisões têm sido instituições dominantes no controle dos homens, enquanto as instituições psiquiátricas têm servido a um propósito parecido para as mulheres (DAVIS, 2018). De acordo com a autora, estudos indicam que as mulheres têm mais probabilidades do que os homens de serem presas em instituições psiquiátricas, bem como são encarceradas nessas instituições em proporções maiores do que em prisões.

Desse modo, me vejo refletindo que historicamente há uma tendência de enquadrar as mulheres que rompem com as normas de um sistema sexo-gênero como loucas. No caso de mulheres que cometem crimes, independente do crime, só o ato de cometê-los não viola apenas um sistema jurídico, uma lei jurídica, mas viola uma lei da “natureza”, de uma suposta “natureza” feminina que deve ser casta, passiva, dócil. Nesse sentido, não deve ser considerada apenas criminosa, delinquente, mas uma anormal, uma louca, uma degenerada, uma doente mental, como já dizia Lombroso e Ferrero (1893/2017).

Sobre o segundo ponto, a articulação entre prisão perpétua e hospital psiquiátrico, não é raro o número de pessoas que passaram a vida inteira em hospitais psiquiátricos como é o caso de Stella e de sua mãe Zilda. Corpos institucionalizados que mesmo não estando em prisões, cumprem ali uma pena durante toda a vida. Isso se agrava quando se trata de hospitais de custódia – novo nome para manicômio judiciário -. Segundo Débora Diniz (2015) pode-se falar em multidões encarceradas nesses espaços, onde 1 em cada 4 habitantes já deveria estar fora do manicômio. As mulheres em sofrimento psíquico encarceradas em manicômios judiciários constituem uma população duplamente invisibilizada, sofrendo com mais agravos na falta de acesso ao direito e à justiça (CORREIA, 2020).

Meu objetivo aqui não é falar sobre a injunção crime e loucura, ou sobre os manicômios judiciários. Todavia, mesmo Stella não estando em um manicômio judiciário, nem sendo considerada uma “louca infratora”, ainda assim ela passou a maior parte da sua vida presa, como em um regime de prisão perpétua. Aqui, duas histórias se cruzam e lembro-me do caso de Zefinha (DINIZ, 2015; DINIZ; BRITO, 2016), a mais longa habitante mulher de um manicômio judiciário no Brasil, que, na época da pesquisa, há seis anos atrás, já vivia há 39 anos em restrição de liberdade, sendo dois anos em presídio comum e 37 anos no Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho, em Alagoas.

Segundo Diniz (2015) e Diniz e Brito (2016), Zefinha está há mais tempo do que é aceitável como castigo justo pela legislação, tendo sido institucionalizada ainda jovem por tentativa de homicídio e lesão corporal ou “furadinha” como Zefinha afirma. Quase quarenta anos depois, sua anamnese psiquiátrica está repleta de morbidades, enfermidades e dependências. Desse modo, Diniz (2015) informa que a conclusão do último laudo psiquiátrico

é que Zefinha não poderá mais ser desinstitucionalizada, com a justificativa de que não saberia viver em liberdade. Como Stella e Zilda, Zefinha viveu uma vida em que dorme em uma cela, come o que é oferecido e veste roupa imposta pela instituição. De acordo com Diniz (2015) em um lugar cuja cor oficial é o vermelho, a resistência de Zefinha é gostar de azul. Uma mulher pobre, idosa, analfabeta e nordestina, Zefinha não possui mais vínculos ou biografias fora do manicômio. “A imagem de Zefinha é o que lhe resta – sua existência como velha dependente, abandonada em um hospital-presídio” (DINIZ, 2015, p. 2672).

Independente do crime ou da violação, seja uma “furadinha”, seja estar andando na rua, botando o corpo na via pública, ambas, Stella e Zefinha se encontraram nessa linha da prisão perpétua, do abandono, das vidas encarceradas na faixa dos 30 anos de duração. “*Igualzinhas*”, mas “*diferentes da diferença entre nós*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 63). Voltamos aqui para a loucura costurada, para a linha enlouquecida, a linha desmedida nas palmas da mão atravessadas por correntezas gradeadas. Mãos dadas, mãos negras, mãos nordestinas, mãos pobres, mãos de mulheres enlouquecidas, mãos que atravessam as grades. Mãos costuradas por linhas finas de um sistema ensandecido, de um saber-poder que carimba, captura, enjaula, pune e deixa morrer.

4.3. “EU SOU SEGUIDA ACOMPANHADA IMITADA/ASSEMELHADA/TOMADA CONTA FISCALIZADA EXAMINADA REVISTADA”: O OLHOS CANIBAISS³⁸, AS MORDAÇAS DISCIPLINARES E AS SEXUALIDADES QUE VAZAM

*Eu sou seguida acompanhada imitada
assemelhada
Tomada conta fiscalizada examinada revistada
Tem esses que são igualzinhos a mim
Tem esses que se vestem e se calçam igual a mim
Mas que são diferentes da diferença entre nós
É tudo bom e nada presta
(PATROCÍNIO, 2001, p.63)*

Nesse ponto da caminhada com Stella, o nó na garganta se torna inevitável. Deixo meu corpo fluir em meio aos falatórios e o que vejo dói, destroça. Uma Stella que diz de trinta anos de encarceramento, trinta anos de tutela, trinta anos de vigilância constante, trinta anos de categorização, trinta anos de tentativas consecutivas de mortificação. Uma Stella que diz de trinta anos de eletrochoque, injeção, remédio. Mas ainda assim, o nó na garganta se mistura à vibração de que existe em Stella e nos seus falatórios rastros de desejo, brechas do que o olho

³⁸ Em referência à Donna Haraway (1995).

que tudo enxerga e tudo vê, típico de uma estrutura manicomial-panóptica, não consegue conter. Mesmo aos tombos, cambaleando, examinada, fiscalizada, assemelhada, Stella burla essa estrutura e o saber-poder psiquiátrico.

Um corpo tirado de circulação, da via pública, da Rua Voluntários da Pátria - RJ. Em meio ao ambiente mortífero do manicômio, Stella encontrou suas vias de escape, de fazer vaziar seu desejo, sua sexualidade, sua fala e seu grito. Parafraseando Conceição Evaristo (2015), mesmo eles combinando de a matar, ela não morreu. E mesmo após ficar encantada³⁹, ela deixou ecoando esses falatórios com os quais eu me debruço. Assim, nesse ponto da nossa arteficialidade/catenação mosaica, me aprofundo nos falatórios de Stella que trazem fortemente o poder disciplinar no contexto asilar, bem como o modelo panóptico, e o que vaza as mordanças de contenção e adestramento do corpo.

Stella do Patrocínio (2001) em grande parte dos seus falatórios faz ver as entranhas do poder psiquiátrico como mecanismos de controle, vigilância e padronização, em que é “*tomada conta fiscalizada examinada revistada*”, em que é “*seguida acompanhada imitada/assemelhada*”, havendo tentativas de homogeneizar todos que ali estão, desde o calçado e a vestimenta: “*Tem esses que são igualzinhos a mim/Tem esses que se vestem e se calçam igual a mim*” (PATROCÍNIO, 2001, p.63). Uma roupagem uniforme e monocromática. Uma roupagem compulsória, uma vestimenta institucional. Um regime a ser seguido, um corpo em meio a muitos a ser(em) assemelhado(s), acompanhado(s) e adestrado(s) para que caibam na roupagem disciplinar. Uma roupagem que é costurada em carne viva, na pele, e seus remendos adentram a circulação, as articulações e os ossos, da cabeça aos pés. Como um poder anátomo-político, a roupagem ou melhor dizendo, o poder disciplinar e seus efeitos reverberam no corpo e para além desse. Aqui, vou resgatando também Michel Foucault pela evidente sintonia e articulação possível entre suas produções e os falatórios de Stella.

Segundo Foucault (2006;2014) o poder disciplinar atravessa o corpo, contamina os gestos, comportamentos, hábitos e palavras – um contato sináptico corpo-poder -, uma apropriação exaustiva dos corpos, uma administração do tempo e um processo de controle contínuo. Um constante ser olhada “*fiscalizada examinada revistada*” (PATROCÍNIO, 2001, p.64). Trata-se de uma ordem que paralisa e atravessa os corpos, os nervos e as “ *fibras moles do cérebro*” (FOUCAULT, 2006, p.4). Enquanto o poder é desindividualizado, a disciplina busca a individualização para vigiar e adestrar (FOUCAULT, 2006).

³⁹ Em referência ao discurso de posse na Academia Brasileira de Letras do escritor Guimarães Rosa, ao afirmar que: “As pessoas não morrem, ficam encantadas... a gente morre é para provar que viveu.”

No livro *Vigiar e Punir* (2014), Foucault afirma o princípio do panóptico como um modelo principal para o poder disciplinar, uma forma para toda instituição, um multiplicador e intensificador de poder, dentro de uma gama de instituições. O caráter panóptico do poder disciplinar diz de uma visibilidade absoluta e constante que envolve o corpo dos indivíduos, tendo como princípio ver tudo, o tempo todo e todo o mundo (FOUCAULT, 2014). Sobre isso, Stella faz transbordar na sua fala uma exaustão por ser invadida por esse olho que tudo vê, a todo tempo, uma estrutura alimentada pelo controle a partir de um campo de visão onipresente e onipotente: “*Você está me comendo tanto pelos olhos/Que eu já não tenho de onde tirar força/Pra te alimentar*” (PATROCÍNIO, 2001. p.137).

É nesse modelo panóptico que Stella não só se insere, mas expõe e afirma o constante exercício de vigilância em relação ao seu corpo e a de todos os outros que ali estão. Ela espalha uma voz que sai do Juliano Moreira, Núcleo Teixeira Brandão, final do século XX: “*Vim parar aqui nessa obra, nessa construção nova*” (PATROCÍNIO, 2001, p.53). Que construção nova é essa? Que obra é essa que não deixa de renovar a construção na atualidade, com os mesmos trajes antigos? O passado parece ser uma roupa que ao invés de não mais servir como canta Belchior (1976), vem se perpetuando, se remendando e se alojando na atualidade. O hospital psiquiátrico, essa “*construção nova*”, diz de uma máquina panóptica e como tal, segundo Foucault (2006), é uma máquina de exercer o poder, de induzir, de distribuir e de aplicar o poder, onde haja visibilidades permanente desde a própria arquitetura, como na divisão de pavilhões e celas. Uma estrutura alicerçada em um modelo de vigilância:

Esses pavilhões assim dispostos devem, na medida do possível, ser térreos, para que o médico possa chegar pé ante pé, sem ser ouvido por ninguém, nem pelos enfermos, nem pelos guardas, nem pelos vigilantes, e com um olhar capte tudo o que está acontecendo (FOUCAULT, 2006, p.143-144).

As arquiteturas dos muros, das grades, dos pavilhões, onde um olhar capta tudo que está ocorrendo, se fundem as arquiteturas dos corpos. A arquitetura de vigilância faz entranhar nos corpos os efeitos de um poder disciplinar que individualiza, que espalha olhos que examinam, fiscalizam e revistam. De acordo com Foucault (2006), o poder exercido no asilo é um poder meticuloso e calculado que recorre a táticas e estratégias perfeitamente definidas. Assim, o poder disciplinar conta não só com modelo panóptico, mas com muitos tentáculos de transformação e deslocamento do sujeito para “*forçar a ser doente mental*” (PATROCÍNIO, 2001, p.140), para ser assemelhada, em meio à multidão de “*igualzinhos a mim*” (PATROCÍNIO, 2001, p.63). Tentáculos como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora

e o exame - três instrumentos fundamentais para o sucesso do poder disciplinar - (FOUCAULT, 2014) e que são muito bem situados por Stella em seus falatórios, como no falatório abaixo:

*Eu sei que você é um olho
 Uma espiã que faz espionagem
 É um fiscal um vigia também
 É uma criança prodígio precoce poderes
 Milagre mistério
 É uma cientista
 já nasce rica e milionária
 (PATROCÍNIO, 2001, p.128)*

Uma vigilância hierárquica, um dispositivo que coage por meio do olhar, dos olhares que devem ver sem serem vistos, dotada de técnicas que induzem efeitos de poder e meios de coerção visíveis sobre os quais se exercem. Um maquinismo de controle que funciona como um “microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 2014, p.253), um aparelho de observação, de registro e de adestramento. De acordo com Foucault (2014), o aparelho disciplinar permite que um único olhar veja tudo constantemente, um poder múltiplo, automático e anônimo que funciona por meio de uma rede de relações e perpassa integralmente com efeitos de poder que se apoiam uns nos outros: vigilantes perpetuamente vigiados.

Embora Foucault (2014) afirme que o poder disciplinar está em toda parte, em alerta e até os que estão encarregados de controlar não deixam de ser controlados e vigiados, no poder disciplinar que dá “sustança” ao poder psiquiátrico, a distribuição dos olhares que vigiam e de quem é vigiado ficam evidentes, como Stella expõe acima. Esse falatório foi possibilitado por meio de uma interlocução entre Stella e Carla Guagliardi – uma mulher branca, artista plástica que gravou seus falatórios, já citada nos tópicos anteriores –. Stella parece incorporar na figura de Carla outras figuras que remetem a constante vivência de ser observada, vigiada, espionada. Não é uma figura qualquer que exerce esse poder-saber, “*É uma cientista*” e para ser cientista, dotada desse poder-saber é preciso já nascer “*rica e milionária*”, ser uma “*criança prodígio precoce poderes*”. De “*criança prodígio precoce poderes*”, que já nasce rica e milionária, a cientista - um olho, uma espiã, um fiscal.

Sobre essa figura de cientista associado ao poder-saber disciplinar, Foucault (2006) afirma no livro “*O Poder Psiquiátrico*” que um saber que se coloca como científico é um saber que supõe, no fundo, que haja verdade em toda parte, em todo lugar e em todo tempo. No caso da instituição psiquiátrica, o médico se constitui nesse espaço como mestre da verdade, o corpo do psiquiatra é o próprio asilo, em que possa esse médico-psiquiatra-cientista (portador de uma verdade), deve estar em toda a parte mesmo que virtualmente. A presença desse médico-

psiquiatra-cientista e o exercício de vigilância é efetivada e garantida também por outras figuras que mesmo não sendo “mestres da verdade” contribuí para o exercício das disciplinas, como é o caso dos vigilantes e serventes, evidenciado por Foucault e por Stella.

Stella expõe nitidamente as figuras de poder – de vigilância - que a impedem de sair, de passar pelo portão do manicômio, de atravessar a linha que divide os normais dos anormais, dos loucos, dos considerados doentes mentais. Como é o caso de “*Maria do Socorro*” e “*Seu Nelson*”, duas figuras que exercem o poder de não deixá-la ultrapassar essa linha divisória entre entrada e saída da instituição:

*Estar internada é ficar todo dia presa
Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo
portão
Maria do Socorro não deixa eu passar pelo portão
Seu Nelson também não deixa eu passar lá no
portão
Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais
(PATROCÍNIO, 2001, p.55)*

Desse modo, ao referenciar “*Maria do Socorro*” e “*Seu Nelson*”, Stella diz desses vigilantes que contribuem para o exercício do poder psiquiátrico, mas principalmente ao referenciar Carla Guagliardi como a espiã, a vigia e a cientista, ela parece evocar todo um jogo de saber-poder-verdade articulado ao poder disciplinar, em específico a vigilância hierárquica da psiquiatria, centrada nas figuras médicas. Stella corporifica com um recorte de classe os mestres-cientistas da vigilância, afinal ela coloca como pré-requisito para ser cientista o fato de já nascer rico e milionário, com recurso desde a infância, uma “*criança prodígio precoce poderes*” que cresce e se torna um cientista, uma espia, um fiscal. Aqui, acrescentaria a branquitude a essa precondição, afinal trata-se de uma interlocução entre uma mulher branca, artista plástica, não institucionalizada e uma mulher negra, pobre e institucionalizada, há mais de vinte anos, na época.

Ao pensar nessa posição dos mestre-cientistas e sua articulação com as sujeitas institucionalizadas, lembro-me de Lélia Gonzalez (2020) quando analisou o racismo e sexismo se utilizando de duas categorias do pensamentos lacaniano muito úteis: *infans* e *sujeito suposto saber*. Sobre o conceito de *infans*, Gonzalez (2020) se apropria e afirma referir-se a formação psíquica da criança, em que é falada pelos adultos na terceira pessoa e excluída apesar da sua presença, acabando por ocorrer uma reprodução desse discurso em terceira pessoa pela própria criança. Da mesma forma, as mulheres e não brancas são convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza.

Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história (GONZALEZ, 2020, p.141).

No caso de Stella, essa posição de “*infans*” se potencializa pela intersecção entre raça, gênero e a condição imposta de “*doente mental*”. Como alguém destituído de direito a fala ou quando a fala é colada ao delírio, a alucinação ou a qualquer outra sintomatologia que escape da razão branca ocidental, logo patológica, perigosa, destituída de valor e legitimidade. Não à toa os falatórios de Stella são constatados no prontuário apenas como sintomas da sua loucura/doença, a serem tratados, extirpados (ZACHARIAS, 2020; ZARA, 2014). Essa deslegitimação como sujeita não se resume apenas à fala, mas ao próprio deslocamento físico de Stella ser sempre sancionado por outras figuras, assim como as atividades corriqueiras serem barradas, como ela afirma: “... Não ganho ordenamento/Não posso comprar guaraná uma coca-cola/um maço de cigarro/Uma caixa de fósforo/Porque eu não ganho ordenamento...” (PATROCÍNIO, 2001, p.72).

Que ordenamento é esse que Stella não ganha? E por que não ganha? Me parece existir uma ligação entre um ordenamento financeiro e a sanção de uma vida, um ordenamento que diz também de ordem, de quem pode pagar por seu cigarro, de quem pode bancar sua própria comida, seu próprio sustento, uma vida fora de um manicômio. Estar fora de um manicômio parece custar um caro ordenamento. Assim coisas triviais como comprar e tomar uma *coca-cola*, em uma instituição psiquiátrica torna-se inviabilizado. Segundo Birman (1980) ao ser considerado louca e institucionalizada, o indivíduo perde o seu lugar de sujeito, perdendo todas as conquistas anteriormente adquiridas como sujeito no espaço social, dessa maneira, a tutela recai sobre ela como pré-requisito obrigatória da estrutura manicomial que a reduz ao infantilismo.

Assim, quem fala pelas *infans* enlouquecidas, como Stella, não só fala, mas dá ou não ordenamento, concede ou não permissão é o mestre-cientista-psiquiatra-adulto. Nesse contexto, a categoria do sujeito suposto saber também se torna útil, segundo Gonzalez (2020) tal categoria refere-se, na psicanálise, a identificações imaginárias com determinadas figuras, as quais é atribuído um conhecimento que elas não possuem. Desse modo, Gonzalez em diálogo com Fanon e Memmi, tensiona esse conceito direcionando-o para a psicologia do colonizado frente ao colonizador. A partir de mecanismos psíquicos inconscientes o colonizado atribui uma posição de superioridade ao colonizador, o mesmo poderia afirmar da relação entre o mestre-cientista-psiquiatra e as *infans* enlouquecidas e aprisionadas em hospitais psiquiátricos. Não

deixa de ser uma colonização que diz de um território corporal/ subjetivo que está sendo apropriado, tornado “*espaço vazio*” (PATROCÍNIO, 2001, p.82) para ser invadido, mutilado, dominado, colonizado - tornado doente mental. Desse modo, quando esse espaço vazio é preenchido pela categoria de “doente mental”, o corpo torna-se suporte para a penetração de um universo simbólico da ordem médico-psiquiátrica, essa designação permite a tal ordem operar seus procedimentos (BIRMAN, 1980).

Este corpo vazio será explicado mediante o discurso psiquiátrico, que designará uma série de sintomas e anomalias que o habitam, organizando o esboço da personagem do doente mental. O indivíduo passa a conviver com um outro ser que desconhecia, que lhe é então apresentado. Este procedimento de nomeação não é meramente teórico, mas se desdobra de imediato no conjunto de ações que a instituição realizará sobre o paciente (BIRMAN, 1980, p. 21).

Ao prolongar um pouco mais nosso diálogo, Stella também diz de uma sanção normalizadora (FOUCAULT, 2014), a qual visa não só homogeneizar a todas: “*Tem esses que são igualzinhos a mim/Tem esses que se vestem e se calçam igual a mim*” (PATROCÍNIO, 2001, p.63), mas hierarquizar as qualidades, marcar os desvios, as competências e aptidões: *Mas que são diferentes da diferença entre nós/É tudo bom e nada presta* (PATROCÍNIO, 2001, p.63). Como estabelecem e hierarquizam essas diferenças? E por que esse “nós” aprisionado, mesmo sendo “*tudo bom*”, “*nada presta*”? O que torna alguém bom e/ou que presta ou não para algo? É através da disciplina que o poder da norma aparece, a normalização torna-se um dos grandes instrumentos de poder nos mecanismos disciplinares, que ao mesmo tempo que homogeneiza, normaliza, cria o anormal, o desviante, o que deve ser corrigido, domesticado e docilizado (FOUCAULT, 2014; 2018b).

O poder da normalização obriga a homogeneidade, mas individualiza, ao permitir avaliar os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças ajustando-as umas às outras. O poder da norma funciona facilmente no interior de um sistema de igualdade formal, porque no interior de uma homogeneidade que é a regra, introduz, como um imperativo útil e o resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2014, p. 265).

Desse modo, Stella permite ver tentativas de vigilância e normalização, bem como o exame a que seu corpo está exposto constantemente. O exame entendido aqui também como um instrumento disciplinar, uma técnica pelo qual o poder prende os indivíduos num mecanismo de objetivação, um exame infinito de objetificação coerciva (FOUCAULT, 2014). Inclusive fazendo a individualidade entrar num campo documental, nosográfico, de formação de categorias, de um corpo posto como objetivo a ser descrito. Como no falatório abaixo:

Um exército de não pensantes que só comem, bebem e fumam. Um corpo que não tem onde fazer cabeça, ser útil, inteligente, ser raciocínio. Um espaço vazio. Em contrapartida, há a cientista que já nasce rica e milionária, aqueles que são os que “*estudam fora da minha cabeça*”, aqueles que prescrevem e descrevem as categorias, que preenchem um “*espaço vazio*” com operações. Que torna um sujeito objeto de descrição, de conhecimento. Que cerceia os modos de existência. Que detém o poder-saber de nomear/colonizar um grupo supostamente não pensante, sem raciocínio, inútil para um sistema de produção de corpos dóceis, afinal, enlouquecidos.

Segundo Foucault (2017), as formas diversas e particulares de governo dos indivíduos foram determinantes nos diferentes modos de objetivação do sujeito, é justamente através de certas formas de “governo” que os loucos, os doentes, os criminosos foram objetivados. Na qualidade de louco, de doente ou de delinquente, a constituição do sujeito aparece do outro lado de uma divisão normativa e se torna objeto de conhecimento (FOUCAULT, 2017). Nesse sentido, o saber-poder transforma o corpo em categoria, em objeto-cobaia de operação⁴⁰ suscetível a diversas práticas, intituladas terapêuticas, mas que só reforçam o poder psiquiátrico, a figura do médico-psiquiatra-mestre e do sujeito suposto saber. Afinal, como explica Stella: “... *quem vence o belo é o belo/Quem vence à saúde é outra saúde/Quem vence o normal é outro normal/Quem vence um cientista é outro cientista*” (PATROCÍNIO, 2001, p.143).

Aqui, é importante refletir sobre o quanto os exames, incluindo os documentos associados à Stella, como seus prontuários e RG, dizem sobre um exercício descritivo de controle, uma objetivação, um método de domínio que transforma o corpo de Stella em categoria, em diferentes diagnósticos ao longo dos trinta anos de institucionalização. Diz que a paciente teria condições clínicas e jurídicas para possibilidade de alta, mas não no que se refere ao “social” e “psiquiátrico” para sair do Juliano Moreira. Assim como, a não assinatura do seu próprio nome no RG. Todavia, um aspecto imprescindível a ser problematizado e que gostaria de me alongar um pouco mais refere-se a como a sexualidade de Stella é enquadrada nesse processo de exame, descrição e registro documental.

Retornando à problematização feita de forma breve na introdução e no início desse capítulo, dos poucos trabalhos encontrados que debruçam-se nos falatórios e rastros biográficos de Stella, apenas os de Zara (2014), Zacharias (2020) e Ramos (2022) constam

⁴⁰ A especialidade psiquiátrica, como também a antropologia criminal e o discurso da criminologia ao inscreverem as infrações no campo dos objetos suscetíveis de um conhecimento científico, fornecem aos mecanismos da punição legal um controle justificável já não apenas sobre as infrações, nem sobre o que estes fizeram, mas sobre os próprios indivíduos, sobre aquilo que são, serão e podem ser (FOUCAULT, 2014).

informações/pistas sobre a sexualidade vivenciada por Stella. Ramos (2022) é autora do único trabalho encontrado que problematiza, mesmo brevemente, a questão da sexualidade de Stella, ao informar via nota de rodapé, que dos poucos falatórios de Stella que não trazem a sexualidade associada a violação, traz a sua vivência de mesmo não tendo se casado, ter estado com muitos homens, o que pode se configurar como uma sexualidade desviante dos padrões cristãos monogâmicos. Todavia, os outros dois trabalhos apenas explanam resquícios dessa sexualidade.

No trabalho de Zacharias (2020), a autora abarca de forma breve, a partir de alguns dos falatórios de Stella, a evidência de abuso sexual sofrido pela mesma. Já Zara (2014) ao analisar o prontuário de Stella, afirma que, em 1988, consta que “não houve informação sobre qualquer atividade sexual” (2014, p. 94). Ou seja, por mais que em muitos dos falatórios de Stella a sexualidade seja explicitada, ainda assim, das informações encontradas sobre ela há apenas um dos trabalhos que problematiza rapidamente um aspecto da sua sexualidade (RAMOS, 2022), já o outro apenas cita o relato de abuso sexual, não havendo aprofundamento no tema (ZACHARIAS, 2020), e por fim, o de Zara (2014), demonstra o registro de uma ausência, uma “falta” de informações.

Ou seja, por mais que em muitos dos falatórios Stella explicita a sexualidade, ainda assim, chama atenção o registro de uma ausência, uma “falta” de informações e de problematizações mais aprofundadas sobre a questão. Esse registro de ausência está também situado no corpo, na carne de Stella, como se ela não exercesse sua sexualidade, seja através do “ato” seja de diversas outras maneiras que não se limita a tal dimensão. A ausência de informações sobre a sexualidade de Stella, evidenciada por Zara (2014) e pela falta de trabalhos que se debrucem mais profundamente nesse tema, diz de uma presença imposta, de uma invisibilidade que visibiliza a falta, a ausência, a não existência de um corpo sexual, como havia dito nas páginas iniciais dessa dissertação.

Assim, essa lacuna sobre a sexualidade nos documentos institucionais que se tem acesso acerca de Stella (ZARA, 2014), diz muito. Algumas lacunas de silêncios são ensurdecedoras, geram ruídos, ruídos que dizem de uma forma de administração do sexo em uma instituição asilar. De acordo com Joel Birman (1980) no livro “*Sexualidade na Instituição Asilar*”, o autor afirma que a psiquiatria clássica relegou ao plano secundário a sexualidade do doente mental, tendo em vista alguns motivos, como: o fato da individualidade do enfermo desaparecer na construção dos sistemas nosográficos e a sexualidade ser considerada apenas em sua esfera biológica, com destaque para a finalidade reprodutiva da espécie: “como um aspecto do corpo animal do sujeito, que poderia alterar-se em função de um processo

patológico, configurando sintomas e anomalias que o distanciavam dos padrões de normalidade sexual” (BIRMAN, 1980, p.9).

Em diálogo com o que é exposto por Birman (1980), segundo Santos (2014), ao realizar um estudo antropológico em um hospital psiquiátrico de Maceió/AL, a autora notou que a sexualidade dos sujeitos institucionalizados, por muitos profissionais é referenciada como necessidade fisiológicas dos animais, como afirmou uma psicóloga da pesquisa “não têm consciência do que fazem, é algo animal mesmo” (Santos, 2014, p.84). Mais uma vez, aparece aqui um processo de tornar os corpos institucionalizados menos humanos, animalizados. Um grito: “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*” (PATROCÍNIO, 2001, p.118). E já sei (sabemos) o que a exclusão de um estatuto ontológico implica.

Desse modo, para Birman (1980), o comportamento sexual dos internos em um hospital psiquiátrico vai ser transformado numa estrutura patológica, destacada como anomalia, como desvio face ao sistema disciplinar. “O desejo sexual é desvalorizado na sua singularidade, reduzido a um traço que será integrado numa estrutura patológica, como mero sintoma de enfermidade psíquica” (BIRMAN, 1980, p.80). Bessa (2017), ao realizar uma revisão sistemática acerca dos trabalhos produzidos sobre a sexualidade no contexto da saúde mental, afirma que os resultados das produções encontradas mostram que as/os profissionais associam as expressões da sexualidade aos sintomas dos transtornos mentais, e assim justificam e controlam os comportamentos sexuais. Qualquer expressão de desejo e afeto é considerada como psicopatológica, desse modo a sexualidade dessas pessoas é considerada de um modo controverso ou muito afluada ou inexistente. Uma sexualidade posta como problemática, que habita uma zona entre a hiperssexualização e a assexualidade (GIAMI, 2001; SILVA, 2014).

Todavia, apesar de um espaço disciplinar que tem modos específicos de fazer funcionar o dispositivo da sexualidade em intersecções com outros enquadramentos normativos como o gênero, raça, classe e colonialidade, ainda assim, Stella produziu falatório, mesmo com a ausência de registro, com as tentativas de silenciamento de um corpo desejante, Stella fala: “*Só depois da relação sexual é que eu posso carregar tudo pela língua e pela boca*” (PATROCÍNIO, 2001, p.100). Os próprios falatórios de Stella contribuem para ir preenchendo algumas das lacunas sexuais gritantes, deixadas no seu prontuário, são vestígios do que vaza, do que não pode ser contido, do que escapole da disciplina, da normalização: o sexo, a língua, a boca.

Sobre essa produção de resistência que é falar sobre seus próprios estilhaços de sexualidade em um contexto asilar – de patologização do corpo e dos desejos - como fez Stella, Birman (1980) afirma que os comportamentos sexuais dos internos em um hospital psiquiátrico

são manifestações essenciais do “contrapoder” do internado, na sua oposição à ordem asilar. Na medida em que a mortificação do sujeito se consolida através da disciplina será por meio das sexualidades que o internado vai tentar restabelecer-se como sujeito, numa prática transgressora, contra a materialização do poder institucional. Ao contrário da mortificação, o mesmo corpo que o poder disciplinar atravessa, pode insurgir e é através da sexualidade que o corpo encontra espaço para se opor, desamordaçar-se. Por meio da sexualidade o sujeito pode ter a certeza de que não está aniquilado e aos internantes a noção de impossibilidade do controle total sobre os paciente (BIRMAN, 1980).

Mediante o desejo, afirma o paciente, para si e para a instituição, que dispõe ainda de si mesmo, que a morte não se materializou. Assim, revestir seu corpo como sexuado, como corpo para o prazer, é a forma básica – considerando o que lhe restou – de se restaurar como sujeito. Através disso, o corpo para a morte, consolidado pelo sistema asilar, vai ser minuciosamente desmontado (BIRMAN, 1980, p.27).

Em diálogo com o que é explicitado por Birman (1980), Gustavo Machado (2018), ao trabalhar com os modos de subjetivação e sexualidade em internações psiquiátricas de longo prazo, afirma que o poder disciplinar tem seus efeitos devastadores e mesmo sendo um contexto que dificilmente fornece espaço para que as internas sejam sujeitos adultos e desejantes, existe algo que escapa, como é o caso das sexualidades. Tratam-se de sexualidades que não se restringem a um dispositivo de regulação, mas como uma das categorias possíveis em uma estética de existência, seja até mesmo nos pequenos vestígios de resistência que buscam no olhar do outro certo reconhecimento. “A sexualidade, longe de ser um dispositivo de regulação, no manicômio passa a ser uma reivindicação de uma reprodução de si, não a biológica, mas a cotidiana por meio de uma reiteração afetiva” (MACHADO, 2018, p.118).

Todavia, no caso de Stella, percebo que talvez haja não um “contrapoder”, como traz Birman (1980), a nível da sexualidade, afinal Stella expressa em boa parte dos seus falatórios a sexualidade como algo articulado à exploração e à violação do seu próprio corpo, como venho explicitando e me adentrarei no tópico seguinte. Embora, o “contrapoder”, ou melhor, o poder de resistência de Stella ao poder disciplinar, exercido pela instituição⁴¹, se configure por meio dos seus falatórios, ao romper com os silêncios em relação a tal sexualidade. É desse modo que vamos continuando essa conversa, adentrando ainda mais nos falatórios de Stella. Em outro tópico-falatório irei me ater à temática silenciada pela instituição, mas falada por Stella: a sua própria sexualidade.

⁴¹ Mesmo Birman (1980) se utilizando do termo “contrapoder”, considero que, como afirma Foucault (2018a), o poder em si já traz consigo a resistência, então penso que ao invés de um “contrapoder”, há um outro tipo de poder, o poder de resistência ao que está sendo imposto pelas normas.

4.4. “E EU JÁ CARREGADA DE RELAÇÃO SEXUAL/JÁ FODIDA/BOTANDO O MUNDO INTEIRO PRA GOZAR E SEM GOZO/NENHUM”: SOBRE SEXUALIDADES, SUAS INTERSECÇÕES E A BIOPOLÍTICA

*Eu não sei o que fazer da minha vida
 Por isso eu estou triste
 E fico vendo tudo em cima da minha cabeça
 Em cima do meu corpo
 Toda hora me procurando me procurando
 E eu já carregada de relação sexual
 Já fodida
 Botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo
 nenhum*

(PATROCÍNIO, 2001, p.125)

Cheguei(amos) em um dos pontos cruciais desse emaranhado de falatórios, o ponto em que os falatórios de Stella trazem a sexualidade e suas intersecções como foco para dialogar(mos) aqui. Como escrito anteriormente, apesar de não haver registros nos prontuários de Stella e nenhum dos trabalhos encontrados sobre a mesma terem se debruçado ou problematizado profundamente as questões referentes à sexualidade, seus falatórios dizem muito sobre tal aspecto e assim vamos continuando a tecer essa prosa.

Para abrir(mos) a roda do nosso diálogo, vou lançar as ideias principais que pude ir aprofundando e “assuntando”, como diz Conceição Evaristo (2021), nas páginas seguintes. Os falatórios de Stella permitiram ver não só uma sexualidade amordaçada, “agarrada” (PATROCÍNIO, 2001, p. 101) que está “[...]Botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo/nenhum” (PATROCÍNIO, 2001, p.125), mas também a intersecção entre essa sexualidade exposta nos falatórios, com o gênero, a raça e a classe, em um contexto asilar. Uma sexualidade atravessada por um sistema moderno/colonial de gênero e por uma biopolítica (FOUCAULT, 2005, 2008, 2018a) de controle dos corpos/populações, principalmente tratando-se de mulheres como Stella. Todavia, é também uma sexualidade que ao ser falada, vaza os enquadramentos normativos, fura com a gestão dos silêncios. Ademais, pela amplitude e complexidade dos falatórios de Stella, existem múltiplas entradas para me lançar nesse universo, mas optei aqui por fazer uma imersão em diálogo com as epistemologias feministas, principalmente os feminismos negro e decolonial, em interlocução com autores como Foucault e Birman, como já explicitado anteriormente.

No falatório acima, Stella diz que não sabe o que fazer da vida e por isso está triste, fica vendo tudo em cima da sua cabeça e do seu corpo, toda hora se procurando, carregada de relação sexual, fodida, botando o mundo inteiro para gozar, mas sem gozo nenhum. A

sexualidade nesse falatório parece se atrelar não só ao ato da “*relação sexual*”, mas aparece novamente – como nos outros falatórios refletidos nos tópicos anteriores - como uma invasão pelo outro, um outro que a deixa sobrecarregada, que consegue gozar às custas do não gozo do seu corpo e da sua cabeça.

Desse modo, lembro das autoras Grada Kilomba e Lélia Gonzalez e suas análises acerca dos efeitos negativos da intersecção entre racismo e sexismo no que se refere aos corpos das mulheres negras, em específico no âmbito das sexualidades. Segundo Grada Kilomba (2019), as mulheres negras historicamente tiveram seus corpos, tanto sexualizados, quanto vistos como destinados ao trabalho. A imagem da mulher negra estivera associada à duas figuras: a da “mãe negra” servindo como controle de raça, sexualidade e gênero, como justificativa para sua subordinação e exploração econômica, e a mulher negra sexualizada, servindo aos desejos do homem branco (KILOMBA, 2019).

Essas imagens da mulheridade negra são “um reservatório” para os medos da cultura ocidental, onde “a mãe negra” e a “prostituta negra sexualmente agressiva” vêm representar essas funções femininas que uma “sociedade puritana” não pode enfrentar: o corpo, a fertilidade e a sexualidade (KILOMBA, 2019, p.142-143).

Nesse sentido, Gonzalez (2020) no texto “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, afirma as noções de “mãe preta”, “doméstica” e “mulata”, apontando para o lugar da mulher negra na formação cultural brasileira. Ora como mãe preta, ora como a trabalhadora doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas.” (GONZALEZ, 2020, p.82), ora como a “mulata” hipersexualizada. Gonzalez afirma que as duas últimas noções se encontram, assim, as mulheres negras que são postas para entrar nos edifícios pela porta de serviços, obedecendo as regras dos síndicos brancos, são também, ao mesmo tempo, aquelas que esses mesmos síndicos brancos “comem com os olhos” (GONZALEZ, 2020).

Em outro texto, ao aprofundar a análise da figura da “mulata brasileira”, Gonzalez (2020) afirma a inclusão dessa categoria como uma objetificação sexual do corpo da mulher negra, sendo tal nomeação derivada da palavra “mula” – animal híbrido, produto de acasalamento de um jumento e uma égua-. Assim, há um movimento histórico de animalização desses corpos, não sendo reconhecidos como humanos, e simultaneamente destinados à exploração e ao gozo do outro, do homem branco. Da branquitude. Um sistema que consequentemente torna os corpos de mulheres como Stella vulnerabilizados a todo tipo de

exploração e violência, inclusive a sexual. Já que não humanas, mulas, mula-tas. “...*carregada de relação sexual/Já fodida*” (PATROCÍNIO, 2001, p.125).

O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira, cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico exótico”. (GONZALEZ, 2020, p. 170).

Assim, puxando o fio e pensando que não há uma política sexual unitária, como evidenciou Foucault (2018a), a sexualidade dita normalizada, tendo como características a passividade, heterossexualidade, virgindade e um exercício exclusivo no casamento monogâmico, diz na verdade da sexualidade imposta às mulheres brancas burguesas. Em oposição, as mulheres colonizadas, não brancas e escravizadas foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho (LUGONES, 2020). Coadunando, Mara Viveros Vigoya (2009), no artigo “*La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual*”⁴², afirma que foram construídos mitos e lendas em torno do que era considerado depravação dos chamados povos “primitivos”, construindo um ideário da sensualidade aflorada e disponibilidade sexual da mulheres não brancas.

Desse modo, Stella parece corporificar as figuras acima evidenciadas por Kilomba (2019), Gonzalez (2020), Lugones (2020) e Vigoya (2009), demonstrando as intersecções que atravessam seu corpo tanto ao falar sobre seu trabalho, antes da institucionalização: “... *Sou profissional: lavo passo/engomo encero cozinho...*” (PATROCÍNIO, 2001, p.71); “*Eu trabalhava em casa de família/Fazia todos os serviços/Qualquer um serviço*” (PATROCÍNIO, 2001, p.145), trabalho esse como doméstica, que faz qualquer serviço em casa de família. Uma profissional que lava, passa, engoma, encera e cozinha. Bem como, é aquela que fica vendo tudo em cima da sua cabeça e do seu corpo, inclusive a “*relação sexual*”. Aquela que é carregada de relação sexual – hipersexualizada -, que bota o mundo inteiro para gozar sem gozo nenhum, que é ordenada que deite para ser fodida, como no falatório abaixo:

*Tinha terra preta no chão
Um homem foi lá e disse
Deita aí no chão pra mim te foder
Eu disse não
Vou me embora daqui
Aí eu saí de lá vim andando*

⁴² Tradução livre: “A sexualização da raça e a racialização da sexualidade no contexto latino-americano atual”.

*Ainda não tinha esse prédio
 Não tinha essa portaria
 Não tinha esse prédio
 Não tinha essa portaria
 Não via tinta azul pelas paredes
 A parede ainda não era pintada de tinta azul
 (PATROCÍNIO, 2001, p.101)*

A partir da cena narrada no falatório acima, Stella vai posicionando o cenário em transição, as figuras e os pronomes masculinos, que em conjunto com outros falatórios, trazem sempre uma associação da relação sexual ao ser agarrada, fodida. Esses falatórios ficam reverberando e remetem à violência sexual. Em tais falatórios não é demonstrado um momento de prazer e excitação, mas ela traz elementos como a figura do homem que ordena que ela deite para a foder. Além disso, ela nega, vai embora e narra o cenário como se fosse um terreno deserto onde só tinha “*terra preta no chão*”, sem prédio, sem portaria e sem pintura. Ela, um homem que manda, a terra preta no chão. Um contexto asilar, onde nem sequer há registros dessa situação, mas que aconteceu, que a marcou, que a fez falar posteriormente ao acontecido.

Assim, indo mais além, assuntando um pouco mais, o falatório acima e o retrato da violência sexual ecoam e me fazem pensar nos recorrentes casos desse tipo de violência ocorridos nos hospitais psiquiátricos. Apesar de Stella ter habitado o manicômio entre 1962 e 1992, e já se ter passado 26 anos desde a sua morte, a problemática e violação exposta por ela continua viva e atual. A partir do Relatório de Inspeção em Hospitais Psiquiátricos (2020), realizada em 2018, em 40 Hospitais Psiquiátricos, localizados em dezessete estados, nas cinco regiões do Brasil, foi revelado que em seis das instituições inspecionadas ressaltaram-se a ocorrência de abuso sexual e estupro, e em quatro dessas foram relatadas suspeitas de assédio e abuso sexual, na maior parte dos casos contra mulheres internadas.

Um dos relatos constados no Relatório acima citado, ocorrido na Clínica São Francisco, em São Luís (MA), uma das internas afirmou que na ala feminina houve diversos relatos de situação de violência sexual contra pacientes praticados por profissionais da instituição e pacientes da ala masculina, uma delas chegou a relatar que: “A primeira vez que fui internada (2014) fui abusada por um homem interno, e que naquela época eu era virgem ainda. Isso mexeu muito comigo, estou superando isso até hoje.” (CFP *et al*, 2020, p.285). Outro relato que evidencia a ocorrência de violência sexual contra as internas foi no Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, Manaus (AM):

Durante a entrevista com uma paciente, essa reclamou da truculência de alguns enfermeiros. Declarou que um deles feriu sua mão, pisando nela. Informou que já foi estuprada duas vezes, em internações anteriores há aproximadamente três anos, por

funcionários da instituição e relatou detalhes das violências sofridas. Contou que em uma das agressões estava amarrada e um funcionário barganhou sua soltura em troca do ato sexual. Em outra ocasião, a barganha foi feita por comida. Ressaltou que depois disso o funcionário levava bebida alcoólica à instituição, consumia e a disponibilizava para a paciente. Frisou que os estupros aconteceram em gestões anteriores, e que os fatos são de conhecimento de seus familiares, mas explicou que a família não tomou nenhuma providência. Informou que denunciou a violência à direção da época, a qual não adotou nenhuma medida, pois, segundo a paciente, o diretor já estava “se aposentando”. Quando questionada sobre os fatos relatados pela paciente, a diretora do Centro Psiquiátrico afirmou que desconhece esses episódios especificamente e que, mesmo tendo acontecido em gestões anteriores, nunca foi informada sobre as referidas violências. Contudo, declarou que já houve relatos de abuso e assédio sexual de funcionários contra pacientes e que após tomar ciência dos fatos, solicitou o afastamento desses funcionários, bem como seus retornos à Secretaria de Saúde (SUSAM), mas esclareceu que não foi tomada nenhuma providência pela secretaria. Declarou, ainda, que não foi feito Boletim de Ocorrência em delegacia sobre os supostos abusos e tampouco instaurado Processo Administrativo Disciplinar, para a devida apuração (CFP *et al*, 2020, p.286).

O Relatório de Inspeção (2020) ainda revelou que as mulheres internadas, mesmo com medo de serem violentadas sexualmente, sentem dificuldades em expor ou falar de algumas situações concretas. Além disso, dentre as dificuldades para efetivação das denúncias desse tipo de violência foi percebido que um dos fatores associa-se à deslegitimação da palavra das internas: “de não saber se é verdade, porque são pessoas com transtorno mental” (CFP *et al*, 2020, p.287), inviabilizando ou até mesmo não sendo realizados os encaminhamentos necessários. Desse modo, ficou perceptível que o encarceramento nos hospitais psiquiátricos contribui para a criação de um cenário favorável para ocorrência de abuso sexual e estupro no cotidiano das/os internas/os, especialmente das mulheres (CFP *et al*, 2020).

Aqui, é importante notar que ao longo dos falatórios acima citados, os pronomes masculinos são sempre ressaltados. A autoridade de um homem que se impõe diante do seu corpo, seja para o saber-poder psiquiátrico que: “[...] *Eles é que me botam para nascer todo dia/ E sempre que eu morro me ressuscitam [...] / Pra estar olhando pro gás pras paredes pro teto/ Ou pra cabeça deles e pro corpo deles*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 79); seja para um homem qualquer, em um canto manicomial qualquer, com terra preta no chão. Homens que portam verdades, poder, autoridade, que dizem: “*Deita aí no chão pra mim te foder*” (PATROCÍNIO, 2001, p.101). Uma sexualidade vivenciada a partir da lógica do outro, da violação exercida por esse outro, em que não parece existir espaço para o prazer e desejo da mulher, principalmente quando se é uma mulher negra, pobre, enlouquecida e aprisionada.

Desse modo, Stella traz uma conotação negativa à relação sexual, de um corpo-território invadido por “*um homem*”, por “*eles*”, e: “*... fico vendo tudo em cima da minha cabeça/Em cima do meu corpo*” (p. 125). Um corpo gozado que não goza. Uma sexualidade cerceada pelo ato de ser fodida. Nesse sentido, os manicômios como suas práticas de violência,

dentre essas a sexual, dizem muito de um reforço às normativas de gênero, sexualidade e raça. Um casamento perfeito: manicômio e o sistema moderno/colonial de gênero, as metades da laranja que se fundem, bem brega, mas bem perigoso como o fungo que vai se alastrando por essa laranja, que a mofa, a apodrece, mas ainda existe e se espalha, se aloja em outras laranjas. Nesse sentido, Stella chama atenção acerca de uma vivência que revela o funcionamento de um sistema moderno/colonial no seio de uma instituição psiquiátrica. Como no falatório exposto abaixo:

*Eu vejo o mundo e a família
O mundo e a família
A família que vive no mundo
E vive na casa que está sempre no mundo
E que está sempre na casa...
E a Dra Elisabeth disse assim pra mim
E você queria ver mais do que isso pra quê?
E você queria ver mais do que isso pra quê?
(PATROCÍNIO, 2001, p.90)*

O que mais uma mulher quer ver além de um mundo que só existe a partir da família e da casa? Uma tríade: família, casa e mundo. “*E você queria ver mais do que isso pra quê?*”. Uma Dra. Dra. Elisabeth. Uma Dra. sujeito suposto saber que interroga uma interna. Stella. O que mais Stella queria e poderia ver além dessa tríade? Mesmo não performando uma feminilidade hegemônica que relega a mulher branca e burguesa a responsabilidade pela esfera doméstica, pela casa e pela família, à Stella também é imposta essas responsabilidades, e mais: não só pela sua casa e sua família, mas pelas casas e famílias das Doutoradas, como Dra. Elisabeth⁴³. Desse modo, quando Stella é interrogada se já: “Viveu junto com homem, com parceiro, não sabe o que é casar?” (PATROCÍNIO, 2001, p.151), ela responde: “*Casar é ter um filho durante muitos dias/semanas mês o ano inteiro/Ficar com a casa cheia e cheia de preocupação/em si/Com o companheiro e os filhos?*” (p.151). Ou seja, casamento é sinônimo de filhos, e casamento mais filhos é sinônimo de “*Ficar com a casa cheia e cheia de preocupação*”.

Ao revisitar os áudios dos falatórios de Stella, Ramos (2022) afirma, em nota de rodapé, que uma das poucas falas de Stella em que a sexualidade não é expressa a partir vinculação com a violência sexual, refere-se a uma sexualidade fora do escopo monogâmico

⁴³ Afinal, quem servia de empregada doméstica e baba, para que as mulheres brancas e burguesas pudessem sair da esfera privada e ocupar o mercado de trabalho? Para que pudessem formar e ser doutora, como Dra. Elisabeth? Foram as mulheres negras. As Stellas. Uma aliança entre patriarcado, branquitude e um sistema econômico capitalista colonialista que vulnerabiliza o trabalho quando se trata das mulheres terceiro-mundistas, negras, indígenas (VERGES, 2020).

cristão, por afirmar a existência de diversos parceiros, sem haver registros de que ela fosse casada. Como é o caso desse falatório: “[...] *Tive na Avenida Rio Branco/ Tive na avenida Presidente Vargas/ Tive na avenida Nilo Peçanha/ Tive na Avenida Nossa Senhora de Copacabana/ Em Copacabana tive muitos homens mesmo.*” (PATROCÍNIO, 2001, p.99)⁴⁴. Nesse ponto, Stella faz ver novamente um sistema moderno/colonial de gênero (LUGONES, 2014;2020), que a impõe um enquadramento de visão que deve restringir o mundo a casa e a família, que atrela casamento e monogamia como obrigação, vinculada à reprodução, e a consequência desse processo, para as mulheres, é: “*ficar com a casa cheia e cheia de preocupação*”.

No falatório de Stella acima citado, consigo perceber que há não só a imposição de obrigações historicamente destinadas às mulheres não-brancas que vêm sendo subalternizadas, para fazê-las enxergar um mundo que se resume a casa e família, inclusive as casas e famílias dos/as patrões e patroas brancos/as. Mas há também uma animalização dessas mulheres que nem chegam a ser consideradas mulheres, mas fêmeas. E Stella continua falando:

*Pra poder ter uma alimentação
É preciso depender sempre de uma fêmea
Dos filhos todinhos da fêmea
Da fêmea dos filhos todinhos da fêmea
Dos bichos dos animais todinhos da fêmea
Recolher tudo botar tudo pra dentro pra fora pra
cima pra baixo
De um lado de outro pela frente pelo fundo
Pela boca pelos olhos pela cabeça
Pela pele pela carne pelos ossos
Pela larguez pela altura
Pelo corpo todo*

*Quem sofre sou eu
Quem passa mal sou eu*

(PATROCÍNIO, 2001, p.106)

Stella no falatório acima não fala de uma mulher que é responsável por filhos, pela alimentação, que recolhe tudo e bota pra fora, ela fala de “*uma fêmea*”, uma fêmea que arca com tudo isso, que carrega filhos – até mesmo filhotes de animais e bichos, não humanos - e que deve conseguir alimentação. No final, essa mesma fêmea parece se fundir a Stella, no fim, ela fala: “*Quem passa mal sou eu*” (PATROCÍNIO, 2001, p.106). Em outro falatório ela ainda

⁴⁴ No trecho citado por Ramos (2022), há um complemento nesse falatório, que não consta no livro: “[...] *Tive na avenida rio branco, tive na Avenida Presidente Vargas, tive na Avenida Nilo Peçanha, tive na avenida nossa senhora de Copacabana, em Copacabana. Tive muitos homens mesmo. Me lembro de todos*” (PATROCÍNIO apud RAMOS, 2001, p.31).

afirma: “*Eu queria brilhar ser limpinha gostar de limpeza/Gostar do que é bom gostar da vida/Saber ser mulher da vida/Dar vida por alguém que tivesse morrendo/Que tivesse doente/Fazer meu papel de doutora*” (PATROCÍNIO, 2001, p.153). Ou seja, Stella queria fazer papel de doutora e esse papel parece se articular ao “*saber ser mulher da vida*”. Na nossa sociedade, quem consegue ser doutora? Ser mulher doutora? É nesse entre, entre o querer e a realidade vivida, que as palavras de Stella aumentam o volume: “*Quem sofre sou eu/ Quem passa mal sou eu*” (PATROCÍNIO, 2001, p.106). A fêmea, agarrada pela relação sexual, que recolhe tudo, bota tudo para dentro e para fora em um movimento incessante, que sustenta os filhotes, que sustenta a casa, a família, o mundo: “*Botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo/nenhum*” (PATROCÍNIO, 2001, p.125).

Lembro-me do questionamento feito por Sojourner Truth⁴⁵(1851/2019) em um discurso durante a convenção dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851. Como resposta a um grupo de pastores que afirmaram que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos dos homens por, dentro os variados argumentos, serem fisicamente frágeis e intelectualmente incapazes (JESUS, 2019). Após ouvir os pastores, Sojourner responde em seu discurso:

... Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851/2019, p.44,45).

É nos meandros desse questionamento: “E eu não sou uma mulher?” articulado ao falatório de Stella, que fica nítido os fantasmas da escravização criados e perpetuados pela branquitude colonizadora, a junção entre a mulata, a mãe preta e a doméstica que continuam vivíssimos, corporificados na exploração e violação dos corpos das mulheres negras e pobres, como Stella. Assim, a partir dos falatórios que venho traçando até essa parte do texto, percebo que Stella à medida que põe em cheque todo um ideal normativo do que viria a ser uma mulher

⁴⁵ Truth foi uma senhora negra norte-americana, nascida no ano de 1727, foi nomeada como Isabella Baumfree, mas posteriormente se nomeou Sojourner Truth significando “Verdade Viajante”, ela viveu entre os séculos XVIII e XIX, escravizada ao nascimento, trabalhadora doméstica, pregadora, oradora, cantora e mãe (JESUS, 2019).

Assim, a sexualidade resumida ao ser “*agarrada pra relação sexual*” parece gritar que a sexualidade vai além de apenas uma esfera da vida, uma dimensão secundária, mas diz de processos de objetivação e subjetivação. Diz de um corpo que é objetificado, sujeito às normas, ao mesmo tempo que se individualiza em meio a essa rede de captura. Um corpo efeito de dispositivos históricos de poder, dentre esses, o dispositivo da sexualidade. Um corpo supostamente “*espaço vazio*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 82), que transborda uma enxurrada de sexualização vinda do outro.

... o Ocidente não é realmente um negador da sexualidade – ele não a exclui – mas sim que ele a introduz, ele organiza, a partir dela, todo um dispositivo complexo no qual se trata da constituição da individualidade, da subjetividade, em suma, a maneira pela qual nos comportamos, tomamos consciência de nós mesmos. Em outras palavras, no Ocidente, os homens, as pessoas, se individualizam graças a um certo número de procedimentos, e creio que a sexualidade, muito mais do que um elemento do indivíduo que seria excluído dele, é constitutiva dessa ligação que obriga as pessoas a se associar com sua identidade na forma de subjetividade (FOUCAULT, 2017, p. 74,75).

Agora, eu me permito dizer que, a partir dos falatórios de Stella, começo a ficar sabendo, a ter noção do que já vinha há uns tempos atrás matutando... As sexualidades das mulheres enlouquecidas, presas em um hospital psiquiátrico, não só são controladas, interditas, “*agarradas*”, de uma forma severa a ponto de perder “*o prazer*”, como também estão sujeitas a todo tipo de violência e colonização pelos enquadramentos normativos e dispositivos de normalização, tornando a vivência sexual um peso. Um peso a ser carregado “*(...) em cima da minha cabeça/Em cima do meu corpo*” (PATROCÍNIO, 2001, p.125). Nesse sentido, o manicômio se revela como um espaço que reproduz e reforça as normas de gênero, raça e sexualidade, seja a partir da interdição da sexualidade voltada para o prazer e satisfação das próprias mulheres, ou quando burlada essa interdição, muitas vezes as vivências sexuais acabam por se configurar restritas a uma heterossexualidade compulsória⁴⁶ e até mesmo à violência sexual.

Sobre a vigilância das sexualidades no contexto asilar, Birman (1980) considera uma diferenciação entre o controle da sexualidade das mulheres internadas em relação ao controle dos homens internados. Apesar de não considerar as intersecções entre raça e classe, ele observa que tal instituição é uma instância de reprodução social que mantém e perpetua um quadro de

⁴⁶ Conceito proposto pela autora Adrienne Rich, no texto “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (2010) que se refere a heterossexualidade como uma instituição que visa retirar o poder das mulheres, impondo um regime onde a heterossexualidade deve ser a inclinação emocional e sexual natural para as mulheres, e onde as desviantes desse regime cairiam no limbo da patologização.

diferenças significativas acerca dos binarismos de gênero. O sistema asilar regulado por um sistema de normas que sustentam as instituições sociais, visa situar a loucura no quadro normativo que regula as relações interpessoais, nesse sentido o asilo também regula a reprodução dos lugares ditados como sendo do homem e da mulher, no espaço social (BIRMAN, 1980). Desse modo, a prática asilar exige de forma caricatural a ritualização do conjunto de normas que sustenta as relações com o corpo próprio e o corpo do outro, assim, a sexualidade da mulher é encarada com mais vigilância que a do homem, sendo a prática sexual desse com menor conotação patológica.

Se o comportamento sexual da mulher é regulado com maior intensidade que o do homem, isto se deve não apenas pela indisciplina institucional que representa, mas pela representação que designa um lugar básico para o corpo feminino [...] quando ela é o sujeito da busca sexual, atualiza um duplo perigo: o da sua atividade, interdito geral, e o deslocamento que realiza do seu lugar designado. Por isso mesmo, o comportamento sexual feminino apresenta um índice mais rápido de conversão patológica do que o masculino. De imediato a sua anomalia transforma-se numa figura do universo patológico, saturada de gravidade e mau prognóstico (BIRMAN, 1980, p. 50-51).

A partir dos falatórios de Stella, é possível notar que a sexualidade exposta por ela está totalmente atrelada ao sistema moderno/colonial de gênero que reproduz não só os enquadramentos normativos do dimorfismo sexual, como também o do patriarcado e da heterossexualidade compulsória. A esse sistema moderno/colonial de controle dos corpos das mulheres, aplicado no manicômio, em articulação com o poder psiquiátrico, eu acrescentaria a forte presença de ideais eugenistas, tendo em vista a associação entre controle sexual e controle reprodutivo, no caso das mulheres que mantêm relações heterossexuais, mesmo institucionalizadas. E são a essas relações que o contexto asilar mais se ocupa de vigiar, restringindo as sexualidades à heterossexualidade e especificamente ao ato sexual. “... a relação heterossexual recebe o peso maior do interdito, superando quer a relação homossexual, quer as carícias e os beijos... (BIRMAN, 1980, p.49).

Aqui, eu gostaria de desdobrar a problemática acima exposta em dois aspectos: o primeiro, refere-se à invisibilidade nesse espaço para outras formas de sexualidades que não estejam no escopo normativo do sistema moderno colonial de gênero, como se não existissem mulheres lésbicas e bissexuais – o que é notório pela escassez de pesquisas com essa população e nesse contexto específico, e quando apontado é para a suposta inexistência -. Gustavo Machado (2018) afirma que para alguns profissionais que trabalham no contexto asilar, é muito lógico que as pessoas sejam ordenadas dentro do projeto espacial do hospital de acordo com seu sexo biológico o que denota dois movimentos: o de negação da possibilidade do sexo e a

ideia de que, caso ocorra, todos são heterossexuais. O que demonstra a vivência da sexualidade no manicômio sendo demarcada por enquadramentos relacionais baseados na lógica cis e heteronormativa. As/os trabalhadoras/trabalhadores supõem que exista apenas o desejo direcionado ao sexo oposto, desconsiderando quando a orientação sexual e/ou desejo sexual da/do paciente não seja heterossexual (BESSA, 2015).

O segundo aspecto que quero elencar, continuando o debate acima, refere-se à violação dos direitos reprodutivos das mulheres institucionalizadas em hospitais psiquiátricos, totalmente articulada à biopolítica e aos ideais eugênicos. Aqui, chamo novamente Foucault (2018a) para a conversa. Para ele, a partir do século XVII, o sexo, junto com a ideia de “população” - propiciado pelo surgimento do liberalismo e, posteriormente, o neoliberalismo - , passa a ser considerado um problema econômico e político, necessário de ser regulado não pelo rigor de uma proibição, mas por meio de discursos úteis e públicos. Assim, fatores como a taxa de natalidade, a idade de casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito das interdições e das práticas contraceptivas, passam a se tornar imprescindíveis para análise e controle populacional (FOUCAULT, 2018a).

Me vem à mente a junção entre o processo de expansão da biopolítica e a importação das teorias higienistas e eugenistas no Brasil, como é o caso da degenerescência moral e sua relação com o fortalecimento do poder psiquiátrico e dos manicômios neste país. “Com a degeneração, temos certa maneira de isolar, de percorrer, de recordar uma zona de perigo social e lhe dar, ao mesmo tempo, um estatuto de doença, um estatuto patológico” (FOUCAULT, 2018b, p. 102).

Segundo Rita Couto (1994) e Jurandir Freire Costa (1989), a psiquiatria brasileira foi acentuadamente influenciada pelas ideias eugenistas, tendo transformado os limites da normalidade em parâmetros da saúde social, que deveria ser defendida da degeneração. A psiquiatria, oriunda dos aspectos morais do saber médico, torna-se um instrumento de controle da sociedade, atuando inclusive nas relações de gênero. Importante acentuar que as ligas eugênicas desaparecem ao longo do tempo, não pelo seu fracasso, mas pelo seu sucesso e inserção nos aparatos do Estado (CUNHA, 1989).

Assim, umas das questões que me puxa nessa correnteza histórica e relaciona-se ao controle da sexualidade, é a articulação entre interdição sexual e interdição reprodutiva no contexto asilar. As mulheres aprisionadas, consideradas degeneradas, não podiam exercer suas sexualidades principalmente para não reproduzirem pequenas e pequenos degenerados, não

habitar a pátria com corpos nascidos de ventre indisciplinados que passariam essa indisciplina a futuras gerações (MACIEL, 1999; FRANCESCON, 2017).

... não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele parecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. [...] A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 2018a, p.128).

Assim, como Stella se situa nesse processo de controle das sexualidades, inclusive no que se refere à interdição reprodutiva? Principalmente considerando as intersecções que atravessam o corpo dessa, o período histórico – século XX - que envolve forte associação entre o que Lélia Gonzalez chamou de “duplo nó” (a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial) (GONZALEZ, 2020, p.168) e a emergência e fortalecimento dos manicômios. Os anos de aprisionamento, as barreiras de silêncios e os falatórios dizem muito. Um falatório que chama atenção por trazer essa problemática, é o transcrito abaixo:

*Eu já produzi uma criança no colo outra no corpo
Se eu saber que estava produzindo uma criança
Pequena
De tamanho grande e de saúde
Eu também estava com saúde
Era Rio de Janeiro
Ainda era Botafogo
Eu me confundi comendo pão ganhando pão*
(PATROCÍNIO, 2001, p.104)

Stella diz já ter produzido “criança no colo outra no corpo”. Já sei(abemos) que Stella trabalhou como doméstica em casa de família, cuidava de crianças, a criança produzida no colo, como a mãe preta que dá conta da educação das crianças enquanto a mãe branca consegue seu “empoderamento” trabalhando fora do âmbito doméstico. Mas e a criança produzida no corpo? A criança produzida no corpo que ela nem sabia que estava produzindo, pequena, mas de tamanho e de saúde? Uma criança produzida no corpo “doente mental”, mas um criança com saúde, quando Stella também estava com saúde? Qual o destino de uma criança produzida em um corpo não só enlouquecido mas encarcerado? Interrogações... Lacunas biográficas... Nada consta nos registros, apenas nos seus próprios falatórios.

Como um trabalho acadêmico em parâmetros positivistas, eu deveria ter todas as respostas e certezas revertidas de verdades. Mas não me proponho a isso, não tenho essa pretensão, nem quero, desde o início da minha escrita já venho alertando isso para você que me acompanha. Todavia, continuo meu percurso problematizando justamente essas lacunas nos

registros “oficiais” e nos trabalhos acadêmicos, e principalmente: tomando o que Stella conta, grita, faz pensar, como saberes tão válidos quanto qualquer teoria. E aqui, ela faz pensar em um biopoder, não só na disciplina imposta entre muros asilares, mas na biopolítica, no controle populacional e das sexualidades.

Uma biopolítica que diz de quem pode ou não exercer as sexualidades e como exercê-las. Da diferenciação entre sexualidades consideradas normais em detrimentos das anormais, dissidentes, perversas. E principalmente, de quem pode ou não “*produzir criança*”. Nesse sentido, a biopolítica que afirma o controle do corpo múltiplo - da população - vem se articulando aos projetos de eugenia, à higienização populacional e ao controle reprodutivo. Aqui, fica nítido o papel do poder psiquiátrico no exercício do biopoder. De acordo com Foucault (2018b), a psiquiatria se atribui uma função de proteção, ordem e defesa social generalizada, incluindo um direito de ingerência na sexualidade da família, por meio da noção de hereditariedade.

Em linhas gerais, a psiquiatria, por um lado, fez funcionar toda uma parte da higiene pública como medicina e, por outro, fez o saber, a prevenção e a eventual cura da doença mental funcionarem como precaução social, absolutamente necessária para se evitar um certo número de perigos fundamentais decorrentes da existência mesma da loucura (FOUCAULT, 2018b, p.101).

Desse modo, o que uma instituição psiquiátrica faria com um corpo enlouquecido que “*produz criança*”? Cardoso *et al.* (2020), em um artigo sobre violência institucional, a partir de narrativas de egressos de um manicômio na Bahia, afirma que no caso das/os internas/os cujos filhos eram menores de idade - nascidos anteriormente ou durante a internação -, tudo indica que eram encaminhados para adoção, muitas vezes pelos próprios funcionários do hospital. Aqui, lembro-me da história de Geralda Siqueira Santiago, que foi estuprada aos 14 anos pelo patrão, na casa onde trabalhava como doméstica e desse estupro resultou uma gravidez, por isso foi internada no Colônia de Barbacena (ARBEX, 2013). Após o parto, dois anos se passaram e João Bosco, filho de Geralda, foi entregue para adoção, sem seu consentimento:

- Cadê meu filho? – perguntava Geralda a cada funcionária que encontrava pelo caminho.
 - Não está mais aqui. Foi levado para longe – respondeu uma das freiras que acabava de chegar.
- Geralda perdeu o controle. Começou a gritar, debatendo-se. Não podia aceitar que a melhor parte dela lhe tivesse sido arrancada. Estava histérica. Foi detida por dois guardas que a levaram para outro pavilhão. Presa pelos braços, recebeu descargas elétricas e, depois, uma ameaça:
- Se voltar aqui, não te deixaremos sair.

Aos dezoito anos, a jovem deixou o hospital com passos de uma idosa. Em uma hora, havia envelhecido décadas. Não tinha forças para enterrar um filho vivo. (ARBEX, 2013, p.150,151).

João e Geralda só foram se reencontrar mais de 40 anos após a separação.⁴⁷ Sobre Stella, não sei(abemos) e talvez não tenha(mos) como saber sobre a tal criança produzida no corpo, mas o seu falatório ressoa casos como o de Geralda e de tantas outras que, entre muros manicomiais, quando não são esterilizadas, eram/são recorrentemente submetidas a aplicação de anticoncepcionais injetáveis, sem seu consentimento. Silva e Garcia (2019) afirmam que no caso das mulheres que são consideradas com transtornos mentais, presume-se que não devam gerar filhas/os, assim, desde a entrada nos manicômios é recorrente a aplicação de injeções de anticoncepcionais. Um adendo, no caso das mulheres negras e indígenas, como Stella, a vulnerabilização à esterilização compulsória é agravada (CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2016). A medicação em excesso desses corpos é outra ferramenta de controle das sexualidades muito utilizada (CAMPOS, 2016), sendo os psicofármacos considerados essenciais na tentativa de tutela e vigilância das expressões sexuais e da natalidades das mulheres enlouquecidas (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015; DETOMINI; RASERA, 2018; BESSA, 2017; SILVA, 2015; MACHADO, 2018; ROEDER, 2014).

Ao mergulhar mais profundamente, os falatórios de Stella continuam se expandindo, como quando jogo(amos) uma pedra no rio e são produzidas ondas maiores, os falatórios em suas durezas, como pedras, pedras preciosas, agigantam-se, permitem refletir sobre o cenário atual. Sobre um projeto político vivíssimo no Brasil de 2021. Passados 26 anos desde sua morte, Stella e seus falatórios continuam vivos e presentes, bem como o fortalecimento dos horrores vivenciados por ela. No Brasil atual, ao mesmo tempo que incentivam políticas manicomiais, a partir da abertura de leitos em instituições psiquiátricas e comunidades terapêuticas (CRUZ, GONÇALVES; DELGADO, 2020; ONOKO-CAMPOS, 2019; MALUF, 2020), em paralelo, a ministra-pastora da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, busca adotar políticas de abstinência sexual para jovens⁴⁸ (GAZETA, 2019), a implantação de uma fábrica de calcinhas como forma de prevenir o abuso sexual contra meninas (CAPITAL, 2019)⁴⁹, enquanto afirma que meninos usam azul e meninas usam rosa (GLOBO, 2019). O que há em comum entre essas duas esferas?

Paralelos que se encontram, que estão totalmente imbricados. Uma aliança entre poder psiquiátrico, político, religioso e moral, - “Brasil acima de tudo, Deus Acima de todos” –,

⁴⁷ Para mais detalhes sobre essa história, ler: “Holocausto Brasileiro” (2013), escrito por Daniela Arbex.

⁴⁸ Ver no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7dT7WFtARY>

⁴⁹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/dameres-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-calcinhas>

temperado pelas cinzas em chamas ressuscitadas do fascismo. Um projeto político de reforço aos enquadramentos normativos de gênero, raça, classe e sexualidades que tende a investir em ferramentas e espaços manicomial como políticas de encarceramento e de morte para determinadas vidas consideradas “perturbadoras” da ordem e dos “bons costumes”. Assim, vidas menos vivíveis, dissidentes de um sistema moderno/colonial de gênero e neoliberal, como de tantas Stellas por aí afora. Corpos passíveis de serem mortos pelo Estado – como um poder soberano –, ou deixadas à deriva para a morte – como um biopoder.

O corpo de Stella. Os falatórios de Stella. A morte e vida de Stella. Rastros gritantes, viscerais, de um tempo histórico e político passado que mescla e insurge no presente. Diz de um tipo de projeto político que se fortalece no cenário atual. Todavia, apesar de todos os sofrimentos e violências vivenciadas, Stella transformou o silêncio manicomial ensurdecido em linguagem e ação (LORDE, 2019) e mesmo a sexualidade sendo expressa por ela como um modo invasivo, sem prazer, sem gosto, ainda assim, ela ficou “*sabendo*” e falou sobre. Com a mesma boca e língua que ela afirmava carregar tudo, e ter aprendido essa forma de carregar após a relação sexual: “*Só depois da relação sexual é que eu posso/carregar tudo pela língua e pela boca*” (PATROCÍNIO, 2001, p.100), ela produziu falatório. Quando perguntada: “Stella, quais são teus desejos?” (PATROCÍNIO, 2001, p.151), ela responde: “*Meu desejo é crescer e multiplicar*” (p.151). Ela e seus falatórios vêm crescendo e se multiplicando...

Com a mesma boca e língua que a ensinaram a: “*morder chupar roer lamber e dar/dentadas*” (PATROCÍNIO, 2001, p.133) ela disse palavras que mesmo duras, incisivas, servem na boca dos passarinhos (BARROS, 2015) e avoam. É preciso fazer a palavra voar, se espalhar, fazer eco em meio aos muros de silêncio, as mordanças cotidianas durante os dias e meses que se repetem: “*Todo dia dá segunda terça quarta quinta sexta/sábado domingo/Janeiro fevereiro março abril maio junho julho [...] Estamos no mês de junho e hoje é quarta feira/Do dia não sei*” (PATROCÍNIO, 2001, p.110). Lembro-me de um trecho do manifesto “Cartas para mulheres que deixamos morrer em nós” (2019) da poeta paraibana Hyolitta Araújo, em diálogo com um dos falatórios de Stella, citado no início dessa dissertação:

Como cabia tanto barulho em mim se fui orientada a ser silêncio? Não tinha estrutura física para seguir carregando tanta coisa não dita. Se juntassem todos os barulhos de todas as mulheres que me foram abrigo, o eco do mundo não suportaria o prolongamento do dizer. A pronúncia formava um som que tinha o aconchego de um lar, era a minha voz. Tinha a força de um terremoto mesmo que eu nunca houvesse estado em um. Era tão forte que talvez agora eu soubesse da dimensão de caber dentro de um terremoto. Cada barulho que a minha voz traduzia conduzia uma partida. Nunca mais silêncio.

(ARAÚJO, 2019, p.21)

*Eu não tenho coragem de enfrentar nada
Eu tenho que enfrentar a violência
A brutalidade e a grosseria
E ir à luta pelo pão de cada dia
(PATROCÍNIO, 2001, p.122)*

A voz forte e barulhenta como um terremoto. A voz que produz falatórios. Mesmo afirmando que não tinha coragem de enfrentar nada, Stella foi corajosa e enfrentou a violência, a brutalidade, a grosseria, como pôde. A mesma boca amordaçada, é a boca que grita. Os falatórios são sobre ir à luta, sobre “*fazer boca*”, “*fazer corpo*” e colocar esse corpo que morde, chupa, lambe e dá dentadas, também para falar. Falatórios que permitem ver as violências, brutalidades e grosserias com que a aprisionaram, envenenaram e invadiram seu corpo, assim como a forma como a sexualidade é imposta. Falatórios de coragem, de enfrentamento possível. “Um corpo sem juízo, que não quer saber do paraíso/ Mas sabe que mudar o destino é o seu compromisso” (JUP DO BAIRRO, 2019).

O silêncio não protege, Stella sabia disso.

5 “DE QUE MAIS EU VOU FALAR? ENTÃO EU JÁ VOU...”: PARA FALATÓRIOS FUTUROS

Nesta dissertação busquei abrir espaço para que os falatórios de Stella do Patrocínio pudessem ecoar, vibrar, voar, como poéticas e como saberes válidos e necessários para o campo da psicologia, ou melhor, como caquinhos pontiagudos que tensionam (MORAES, 2021), que furam saberes fossilizados e normativos para deixar escorrer outras vias de pensamentos, de produção de conhecimentos, práticas e existências. Em meio ao exercício de catar caquinhos, como quem cata conchas em uma praia, tentei me deixar levar pela brisa do mar de falatórios que envolveu meu corpo e de todos os outros corpos que pude encontrar e estabelecer pontes de diálogos. Foi um desafio ir catando e juntando os caquinhos que iam aparecendo ao longo do trajeto, fui selecionando aqueles mais pontiagudos. Assim, pude ir produzindo os meus próprios falatórios em línguas, emaranhados com os de Stella e das tantas autoras feministas negras, decoloniais, pós-estruturalistas, poetas, professoras e personagens literárias, registradas ao longo dessas páginas.

Inicialmente procurei abarcar alguns conceitos que fui acionando à medida que ia estabelecendo o diálogo com Stella, posteriormente trouxe um breve histórico sobre a articulação entre sexualidade das mulheres e loucura, assim como, sobre a emergência e fortalecimentos do poder-saber *psi* e dos manicômios no Brasil, problematizando sua função social e quais corpos têm sido historicamente aprisionados nesses espaços. Busquei ser mais breve nesses fragmentos para que os conceitos e problematizações pudessem ser melhor desenvolvidos com Stella e a partir dos seus falatórios, e não o contrário, que os conceitos e problematizações a engolissem e a colocassem novamente dentro de “*categoria*”.

Assim, após trazer pistas conceituais, com intuito de situar quem lê, pude me aprofundar em Stella e trazer sobre sua vida, seus rastros e lacunas biográficas, os trabalhos que me auxiliaram a ir catando os caquinhos de sua vida, inclusive para além dos aspectos relacionados à sua institucionalização. Isto é, para além dos gostos e hábitos na instituição onde Stella passou a maior parte da sua vida, presa, pude conhecer também, principalmente a partir do trabalho de Anna Zacharias (2020), sobre sua família, seu gosto pelo estudo, a existência de um sobrinho de Stella ainda vivo e sua admiração pela tia. Pude notar a complexidade que envolvia a produção de todos aqueles falatórios e o movimento de transição para que esses falatórios fossem gravados, transcritos e posteriormente publicados em um livro póstumo.

Em seguida, fui adentrando ainda mais nos seus falatórios e nas pontes de diálogos que fomos estabelecendo. Stella, a partir de seus falatórios, conseguiu me fazer pensar,

problematizar e escrever acerca de questões que ela vivenciou e corporificou ao longo dos trinta anos de encarceramento no hospital psiquiátrico, onde não só seus falatórios, mas sua vida e até mesmo sua morte, dizem muito, sobre muitas questões e para além do contexto asilar. Nesse sentido, apesar desses falatórios reverberarem e abarcarem diversos aspectos a serem explorados, um dos que mais tentei me ater nesta dissertação, referiu-se às sexualidades.

Foi possível notar que Stella mesmo elaborando falatórios que afirmavam o seu corpo como um corpo carregado e agarrado pela relação sexual, mas que não goza, nem sequer chegou a ser considerada/ouvida como um corpo sexual, o que demonstra uma gestão de silêncios referente à sexualidade. Uma gestão de silêncios que, como afirmaram Foucault (2018a), Birman (1980) e Machado (2018), serve como um mecanismo de controle e disciplina dos corpos no contexto asilar. Todavia, Stella, através da fala, põe em xeque o saber-poder *psi*, a instituição psiquiátrica e seus mecanismos de controle acerca da sexualidade, permitindo ver suas imbricações com enquadramentos normativos opressores.

Assim, Stella fez ver a articulação entre os saberes e práticas *psi*, assim com a emergência e fortalecimento dos manicômios, com o reforço a um sistema sexo-gênero colonial (LUGONES, 2014; 2020), que torna um corpo como o dela, suscetível às violências nas mais diversas esferas, em especial no campo da sexualidade. Ao romper com a gestão de silêncios manicômiais, Stella diz de uma sexualidade que é atravessada por normas de gênero, raça, classe, colonialidade, que torna o corpo de uma mulher negra, empobrecida, enlouquecida, não só um corpo sexual, como hiperssexualizado, onde o direito de sentir prazer, transar, estabelecer vínculos e afetos se encontra barrado. Essa forma de imposição da sexualidade para as mulheres negras evidencia um histórico colonial de exploração e violação desses corpos, como afirmaram Gonzaga (2019), Kilomba (2019) e Gonzalez (2020).

Patrocínio também deixa pistas em seu falatório sobre o enlaçamento entre a interdição das sexualidades e o controle reprodutivo das mulheres no contexto asilar. Afinal, corpos como o de Stella e de tantas outras, vêm sendo historicamente regulados, principalmente para não reproduzirem, não levarem adiante a degeneração, seja acerca da cor, seja acerca da classe, seja acerca da “doença mental”. Tal questão evidencia um aspecto que revela os manicômios e as práticas implementadas nesses locais como pertencentes à manutenção de biopolíticas, permeadas por perspectivas eugenistas. Como afirmou Birman (1980), as sexualidades das mulheres no contexto asilar só é levada em conta caso seja exercida dentro de um escopo heterossexual, para que não ocorra reprodução, como se as mulheres enlouquecidas não exercessem sua sexualidade de outras maneiras, não heternormativas, nem fossem levadas em conta quanto ao direito à reprodução.

Stella disse também sobre a relação do dispositivo da sexualidade com os processos de subjetivação e objetivação, como seu corpo é objetificado a ponto de se tornar categoria, a ponto de se sentir carregada de relação sexual. Ao mesmo tempo, se processos de subjetivação dizem de uma sujeição às normas, dizem também de resistência a essas, de uma tentativa de tornar-se sujeita para além do assujeitamento, e, no caso de Stella, seus falatórios podem ser inseridos como essa tentativa de tornar-se sujeita não necessariamente assujeitada, uma busca por uma outra estética, uma estética da existência (FOUCAULT, 2017).

Além do que já foi exposto, os falatórios de Patrocínio permitem ver a questão da matriz de inteligibilidade dos corpos e em específico acerca dos corpos-vidas abjetas, “cariados”, não passíveis de luto (BUTLER, 2017, 2019a). Uma voz transcrita que atravessa coletividades que foram presas, tornadas categorias, tornadas diagnósticos, logo, não passíveis de terem um nome, uma vida vivível, de serem sujeitas para além do assujeitamento, sujeitas de afetos, passíveis de sentir prazer, desejar, ter acesso às mais diversas formas de expressão e vivência da sexualidade. Desse modo, Stella por meio dos seus falatórios permitiu ver mecanismos de controle e de disciplina sobre seu corpo, mas também sobre as populações das quais seu corpo faz parte. Portanto, são falatórios que se configuram como uma escrevivência (EVARISTO, 2017b; 2021), uma voz pulsante.

Importante destacar aqui que, como afirmei anteriormente, só tive acesso às gravações de Stella esse ano – 2022 -, ano que essas foram disponibilizadas e tornadas acessíveis a domínio público e período em que eu já estava me encaminhando para os provisórios acabamento dessa escrita. Ouvi-la foi uma experiência que me tocou profundamente, gerou emoções e arrepios mais fortes do que a leitura dos falatórios contidos no livro “*Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*”, talvez porque a leitura e escrita, como informou Evaristo (2020b), é muitas vezes um exercício silencioso, diferente da oralidade. Ao ouvir Stella, em diálogo com suas interlocutoras, era como se estivesse me teletransportando no tempo e no espaço. Mesmo sabendo da voz que existia por trás dos falatórios, ao escutá-la, nosso encontro ganhou outros contornos, tomou mais corpo, mais forma, mais carne, tornou-se ainda mais pulsante.

Todavia, ao ouvir Stella, pulsou em mim ainda mais forte a revolta e, mas também, a tristeza. Revolta por Stella ter tido a vida roubada, controlada, presa, à ponto de, depois de tantos anos institucionalizada, nem mais cogitar fugas - uma vida que se foi, como se nem fosse vida digna de importância -. Revolta também pela existência de espaços como hospitais psiquiátricos, onde aquela voz e de tantas outras não representavam nada além de ruídos a serem descritos em prontuários, que aos poucos iam desaparecendo junto com o falecimentos dos corpos. Tristeza porque, por mais que saiba da relevância dos seus falatórios e entendendo-os

como resistência, que se fazem vivos até hoje, ainda assim, Stella permaneceu pelos resto dos seus dias em um manicômio, sofrendo violações cotidianamente. Assim, prefiro me voltar para a revolta, e me apegar aos falatórios e à voz marcante de Stella, como grito de luta, chamadas de enfrentamento às opressões e aos espaços manicomial, que não se restringem aos hospitais psiquiátricos.

Retorno a uma palavra que trouxe no início desse trabalho, e articulo a revolta exposta acima a uma tentativa de “reparação”. Debora Diniz ao subverter acerca do verbo “reparar”, no livro “Esperança Feminista” (2022), afirma o “reparar feminista” como um retorno ao instante do que foi espoliado pelo patriarcado, uma maneira de refazer e apreender as histórias e vivências, através de outros marcos de pensamentos e afetos. Embora, a reparação se atrele a existência de histórias de sofrimento e sempre chegue após um processo de desumanização, sendo, portanto, uma disputa sobre quais vidas foram injustiçadas e por quem: “Há vítimas, e muitas delas já mortas quando a reparação alcança o instante de reescrever a história e oferecer-lhes reconhecimento” (DINIZ, 2020, s/p via *kindle*).

Desse modo, há sim tristeza e dor diante de uma história como a de Stella, em que não houve reparação em vida e até os dias de hoje, seu nome e seus falatórios ainda são poucos divulgados e visibilizados. Portanto, foi um desafio escrever essa dissertação e lidar com todos esses afetos, muitas vezes desoladores, mas busquei tecer diálogos que fossem condizentes ao exercício do reparar, como num gesto das “escutadeiras”, explicitado por Diniz (2020). Como no gesto de escutadeira, fui escutando e dialogando com aliadas, autoras, que me ajudaram a transformar afetos tristes, inquietações e revolta em uma política de escrita baseada numa “reparação feminista”, a qual as dores, ininteligíveis pelo patriarcal e pela branquitude, devem se tornar visíveis (DINIZ, 2022).

São revoltas necessárias para gerar reparações e mudanças, para se inconformar com histórias como de Stella e não permitir que determinados corpos continuem sendo alvos de encarceramento e mortificação, nem que o futuro seja uma repetição desse passado manicomial vicioso. Afinal, apesar dos falatórios de Stella serem datados no período da segunda metade do século XX, em um momento onde há tantos retrocessos no campo da saúde mental e onde corpos dissidentes tendem e tenderão a ser alvos para encarceramento, sendo as suas sexualidades um dos aspectos mais vigiados e regulados, tais falatórios se tornam atuais. Mais do que atuais, esses falatórios são necessários para debater acerca de pautas como sexualidade e loucura, principalmente em um campo de disputa como a psicologia e servir como força de enfrentamento a tais retrocessos.

Aqui, é uma aposta na articulação entre duas lutas – a antimanicomial e a feminista (PASSOS; PEREIRA, 2017) - que fazem parte do campo da militância, mas também de campos epistemológicos, são linhas de combate aos enquadramentos normativos, com objetivo de garantir a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, seja na esfera da produção de saberes, das práticas e das políticas públicas. Essa aposta vem gerando frutos, como esse trabalho que é uma dessas colheitas e semente para outros frutos que estão por vir, ou melhor, outros falatórios que estejam por vir, vislumbrando outros mundos e outros modos de existência não manicomiais.

Essa construção, portanto, não propõe o encerramento dos falatórios, mas deixa ainda muitas lacunas a serem pesquisadas, muitos cacos a serem recolhidos, muitos debates a serem traçados. Em um dos falatórios de Stella, ela afirma que “...já não tenho mais voz/*Porque já falei tudo o que tinha que falar/Falo, falo, falo, falo o tempo todo/E é como se eu não tivesse falado nada*” (PATROCÍNIO, 2001, p.142). Stella mesmo dizendo que fala o tempo todo e que já não tem mais voz, ao mesmo tempo é como se não falasse nada, como em um movimento incessante de falatórios em línguas, apesar do cansaço, dos seus intervalos entre falatórios, a necessidade de fala não cessa. Aqui, sinto que já escrevi bastante, mas como Stella, sinto que ainda há muito a ser dito, muito mais falatórios a serem elaborados, principalmente no que se refere a Stella, sua obra e a sexualidade.

Por enquanto, vou encerrando esse fragmento dissertativo, afinal: “...*De que mais eu vou falar? / Então eu já vou...*” (PATROCÍNIO, 2001, p.144). Em meio a tantos falatórios em línguas, em meio a tantos corpos insubordinados, uma multidão de línguas ainda são amordaçadas, mas não deixam de gritar, de transformar os silêncios em linguagem em ação (LORDE, 2019), na busca por mundos onde não exista nenhum tipo de muro manicomial, o que significa a derrubada de todos os tipos de opressão. Que os falatórios de Stella continuem reverberando como palavras de força que evidenciam a violência e a “*brutalidade*” (PATROCÍNIO, 2001, p.122) a que determinados corpos estiveram e estão submetidos historicamente, e, também, a luta e o esperar para além do “*pão de cada dia*” (PATROCÍNIO, 2001, p. 122). “São vidas que alimentam nosso fogo da esperança/O grito da batalha/Quem espera, nunca alcança” (SOARES, 2019). Sigo/Sigamos.

...
Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará

Ê eu, não posso esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta

(Elza SOARES, 2019)

REFERÊNCIAS

- ABIA; ABGLT; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS; CONSELHO LATINO AMERICANO DAS MULHERES; CONECTAS DIREITOS HUMANOS; NUH (UFMG); IPAS. *Ofensivas Antigênero no Brasil – Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social*. 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- AMARANTE, Paulo. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 8, n. 1, pp. 229–236, jan. 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História da Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ARAÚJO, Hyolitta. *Cartas para mulheres que deixamos morrer em nós*. Produção Independente: Cajazeiras, 2019.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARRAES, Jarid. *Um buraco com meu nome*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2021.
- BAIRRO, Jup do. *Corpo sem Juízo*. BAIRRO, Jup do [Compositora]. Álbum Corpo Sem Juízo. BADSISTA, 2019.
- BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimarães; SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. Violência Sexual: narrativas de mulheres com transtornos mentais no Brasil. *Revista Panamericana de Saúde Pública*, vol. 37, n. 4/5, p. 273-278, jul./fev. 2015. Disponível em: <https://doaj.org/article/dee25c3c1e07460881f76823724ac32f?frbrVersion=2>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BARBOSA, Laís Barreto; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re)pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 32. n.2, p. 309-320, 2014. [dx.doi.org/10.12804/apl32.2.2014.09](https://doi.org/10.12804/apl32.2.2014.09)
- BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARROS, Manoel. *Meu quintal é maior do que o mundo: Antologia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BASAGLIA, Franco. *Escritos Seleccionados: em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Trad.br: Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BELCHIOR. *Velha Roupa Colorida*. Belchior [Compositor]. Álbum Alucinação. Rio de Janeiro: Estúdio Phonogram, 1976.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, vol.53, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BESSA, Juliana Cristina. “*Deixe-me sentir*”: (des)encontros entre sexualidade e o campo da saúde mental em periódicos brasileiros (2001 -2014). 2017. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017.

BIRMAN, Joel. *Sexualidade na Instituição Asilar*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, vol. 42, pp. 249-274, jan/jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019a.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

CABRAL, Sheylla Beatriz; DAROSCI, Manuela. A Trajetória Das Políticas De Saúde Mental No Brasil: Uma análise a partir do ângulo normativo (1903-2019). III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202550/Darosci_Cabral_A%20trajet%3%b3ria%20das%20pol%3%adticas%20de%20sa%3%bade%20mental%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira. *Saúde Mental e Gênero em um Caps II de Brasília: Condições sociais, sintomas, diagnósticos e sofrimento psíquico*. 2016. 122f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura) -- Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANÇADO, Maura Lopes. *O sofredor do ver*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CARDOSO, Antonio José Costa *et al.* Violência institucional e enfermidade mental: narrativas de egressos de um manicômio da Bahia. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1105–1119, out/dez. 2020.

CARDOSO JR, Hélio Rebello. Para que Serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. vol.18, n.3, pp.343-349. 2005.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722005000300008>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, vol.17, n.49, pp. 117-132, set/dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamental do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CLARETO, Sônia Maria; VEIGA, Ana Lygia Vieira Schil da. Uma escrita de muitos ou uma escrita em travessia. In: CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice (Org). *Uma outra escrita acadêmica: Ensaio, experiências e invenções*. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2016. pp. 31-47.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: Raça, Classe e Gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015. pp. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 278-323.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, vol. 26., n.1, p.197-207. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864/154434>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%Aauticas.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; MECANISMO NACIONAL DE COMBATE A TORTURA; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO; MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO. *Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional*. Brasil, 2020. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio_Inspecao_HospPsiq.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

CORREIA, Ludmilla. “A minha áurea não é indefesa”: Manicomialização do Sistema de Justiça e as mulheres em sofrimento mental em conflito com a lei na Paraíba. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; NASCIMENTO, Adelle; CORREIA,

Ludmila Cerqueira; ALMEIDA, Olívia Maria de. *Luta Antimanicomial e Feminismos: Formação e Militâncias*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. pp.153-169.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Eugenia, Loucura e Condição Feminina. *Cadernos de Pesquisa*, v. 90, pp. 52-61. 1994. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/892/897>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, vol. 18, n.3, p. 1-20, mar/mai.. 2020.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As mulheres no Juquery na São Paulo do início do Século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.9, n.18, p. 121-144, ago./set. 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiæ zudia*, São Paulo, v.6, n.2, p.201-218, jun. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol.17, n.2, pp. 4-7, mai. 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212>

DETOMINI, Vitor Corrêa; RASERA, Emerson Fernando. Sexualidade e Saúde mental: Construindo sentidos com pessoas usuárias de um CAPS. *Estudos de Psicologia Natal*, vol 23, n 3, p. 306-316, jul/set. 2018. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180029>

DETOMINI, Vitor Corrêa; RASERA, Emerson Fernando; PERES, Rodrigo Sanches. Sexualidade e saúde mental: vivências, serviços e estigmas. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, vol.17, n.2, p. 81-95. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000200007&lng=en&tlng=en. Acesso em: 15 mar. 2021.

DINIZ, Debora. Ela, Zefinha – o nome do abandono. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 20, n. 9, p. 2667-2674, set. 2015. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.02832015>

DINIZ, Debora; BRITO, Luciana. “Eu não sou presa de juízo, não”: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 113-130, jan-mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000100008>

DINIZ, Debora. Reparar. In: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História da Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ENGEL, Magali. As fronteiras da ‘anormalidade’: psiquiatria e controle social. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.5, n.3, pp. 547-563. 1999. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000100001>.

ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos Latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas em el espacio transnacional. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, vol. 14, n.33, p. 37-54. 2009. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/article/view/2064. Acesso em: 27 de março de 2021.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017a.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). *Escrivivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

EVARISTO, Conceição. *CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrivivência serve também para as pessoas pensarem”*. [Entrevista concedida a] SANTANA, Tayrine; ZAPPAROLI, Alecsandra. Itaú Social, São Paulo, novembro, 2020b. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em: 15 mai. 2022.

EVARISTO, Conceição. *Roda viva - Entrevista*. São Paulo: Tv Cultura, 06 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw&t=8s>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

FLORES, Guilherme Gontijo. A não poeta mais poeta que já li. *Folha de São Paulo*, 2021. Disponível em: <https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/artigos/literatura-brasileira/a-nao-poeta-mais-poeta-que-ja-li>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro| São Paulo: Paz & Terra, 2018a.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2018b.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FRANÇA, Cátia. *Djaniras*. SEMENTE, Israel; FRANÇA, Cátia; XANGAI [Compositores]. Álbum 20 palavras girando ao redor do sol. Sony Music, 1979.

FRANCESCON, Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda. *Eugenia, Corpo e Educação Sexual: Imagens e Interpretações sobre Mulheres na Obra de Renato Kehl (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Irati, PR, 2017.

FREITAS, Evandra Viana de. *Quem sai aos seus não degenera: Juliano Moreira e a Teoria Abrasileirada da Degenerescência Social (1872-1933)*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. 2018.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa; LOPES, Paula (Orgs). *Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRV, 2020. pp. 17-36.

GESSER, Marivete, OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, vol.27, n.3, p. 558-568, set/dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>

GIAMI, Alain. *O Anjo e a Fera: Sexualidade, Deficiência Mental, Instituição*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, vol.18, n.1, pp. 65-82, jan/abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. *"A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo"*: Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de

mulheres negras lésbicas e bissexuais. 347f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 25 jul. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Prefácio. In: SOJOURNER, Truth. *Eu não sou uma mulher? E outro discursos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantaço*: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Fátima. Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). *Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de Gênero, Raça e Classe*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017. pp. 70- 85.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal*. Curitiba: Antoniofontoura, 2017.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: Ensaio e Conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. <https://doi.org/10.1590/%25x>

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do tempo, 2020. pp.58-91.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. *Anos 90*. vol.7, no. 11, p. 121-143, jul. 1999. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6545>

MACHADO, Gustavo da Silva. *Experiência Macabea: modos de subjetivação e sexualidade em instituições psiquiátricas de longo prazo ou asilares*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MALUF, Sônia. Saúde Mental e Direitos Humanos: gênero, raça e classe. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. *Luta Antimanicomial e Feminismos*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020. pp. 183-198.

MOREIRA, Diva. *Psiquiatria, Controle e Repressão Social*. Petrópolis | Belo Horizonte: Vozes, 1983.

MOSÉ, Viviane. Apresentação: Stela do Patrocínio – Uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica. In: PATROCÍNIO, Stela do. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001, p. 19-43.

ONOKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Saúde Mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, v.35, n.11. 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00156119>.

PASSOS, Jacinta. Comprimidos poéticos. In: AMANDO, Janaina. *Jacinta Passos, coração militante – Obra completa: poesia e prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: Editora EDUFBA, 2010.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: Inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, Vitória, vol.10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidades: notas para o debate. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. *Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de Gênero, Raça e Classe*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017. pp. 25- 51.

PATROCÍNIO, Stela do. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia*. vol. 11, n.3, p. 490-496, set. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142008000300012>

PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. Desafios contemporâneos na Luta Antimanicomial: comunidades terapêuticas, gênero e sexualidade. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. *Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de Gênero, Raça e Classe*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017. pp. 110-126.

PLATERO, Lucas. ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer? In: AZKUE, Irantzu Mendia; LUXÁN, Matxalen Legarreta; GUZMÁN, Gloria; ZIRION, Iker; CARBALLO, Jokin Azpiazu. *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Centro Carlos Santamaría, 2015.

PRINS, Baukje & MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 155–167, jan. 2002.

QUEBRADA, Linn da. *Medrosa – Ode à Stella do Patrocínio*. Álbum musical “Trava línguas”. São Paulo: Estúdio Brocal, 2021.

QUEIROZ, Luciana. *Nem apedrejar posso*. Campina Grande: Menstrual, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad Del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Nuario Mariateguiano*, vol. IX, n. 9, pp. 113-122. 1998. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/quijano-anibal-colonialidad-del-poder-cultura-y-conocimiento-en-amc3a9rica-latina-2000.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2022.

RAMOS, Sara Martins. *Stella do Patrocínio: Entre a letra e a negra garganta de carne*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada) – Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RIBETTO, Anelice. Experiência, experimentações e restos na escrita acadêmica. In: CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice (Org). *Uma outra escrita acadêmica: Ensaio, experiências e invenções*. Rio de Janeiro: Lamparina editora. 2016. p. 58-67.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, Brasília, vol. 46 n.3, p. 209–226, set./dez. 2021.

RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 3, p. 1118–1135, 2015. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.19431>

ROEDER, Maika Arno. Sexualidade da Mulher nos serviços residenciais terapêuticos em saúde mental – um ensaio etnográfico sobre “fragmentos de uma sexualidade contida”. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula Muller de. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba: Editora Appris, 2014. pp. 147-174.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

SANTOS, Ana Maria Corbi Caldas dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol.14, n.4, pp. 1177-1182, jul/ago, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400023>

SANTOS, Jarissa Porto dos Santos. *(Sobre)vivências das sexualidades: Estudo Antropológico em um Hospital Psiquiátrico de Maceió/AL*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia) -- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, “branco” e “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Angelita Danielle Gouveia da. *Sexualidades (des) Institucionalizadas? A sexualidade das moradoras e dos moradores dos Serviços de Residenciais Terapêuticos nos Discursos de suas Profissionais*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) -- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Thaiga Danielle Momberg; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Mulheres e Loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, vol. 13, n. 1, p. 42-52, jan/abr, 2019.
<http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>

SOARES, Elza. *A carne*. YUKA, Marcelo; JORGE, Seu; CAPPELLETTI, Ulisses [Compositores]. Álbum Do cóccix até o pescoço. São Paulo: Maianga, 2002.

SOARES, Elza. *Pequena Memória Para um Tempo Sem Memória*. GONZAGUINHA [Compositor]. Faixa 10 do álbum “Planeta Fome”. Gravadora DECK, 2019.

SOJOURNER, Truth. *Eu não sou uma mulher? E outro discursos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Pedro Fernandez de; FURLAN, Reinaldo. A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia USP*, vol. 29, n. 3, p.325-335, 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170057>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. pp. 330-391.

VASCONCELOS, Michele. Cuidado com corpos: um olhar (de gênero) para políticas de saúde. *Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p.377-388, mai./ago. 2015.
<https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p371>

VELOSO, Caetano. *Cajuína*. VELOSO, Caetano [Compositor]. Álbum Cinema Transcendental. Philips Records, 1979.

VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora, 2020.

vergueiro, viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividades*. 2015. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto latinoamericano actual. *Revista latinoamericana de estudios de familia*, v.1, pp. 63-81, jan/dez. 2009. Disponível em
http://revlatinofamilia.ucaldas.edu.co/downloads/Rlef1_4.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZACHARIAS, Anna Carolina Vicentini. *Stella do Patrocínio: da internação involuntária à poesia brasileira*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

ZANELLO, Valeska. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula Müller de (Orgs). *Saúde Mental e Gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris Editora, 2014. p. 41-58.

ZANELLO, Valeska. *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela.; COSTA, Humberto Soares. Saúde Mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, vol.27, n.3, p. 238-246, set/dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e Silva. Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, v. 20, n. 2, p. 267-79, 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745/776. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZARA, Telma Beiser de Melo. “*Me transformei com esse ‘falatório’ todinho*”: cotidiano institucional e processo de subjetivação em Stela do Patrocínio. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu “Ciências Sociais” – Fronteira, Cultura e Identidade). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. Trad. br.: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

WEYLER, Audrey Rossi. A loucura e a república no Brasil: a influência das teorias raciais. *Psicologia USP*. vol.17, n.1, p. 17-34, mar. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100003>

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.